

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

SILMARA FRANCISCA DOS SANTOS DE MELO

**O PROBLEMA DO BAIXO DOMÍNIO NA LEITURA E ESCRITA NO BRASIL:
ANÁLISE DE METODOLOGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO COTIDIANO
ESCOLAR**

Delmiro Gouveia/ AL
2020

SILMARA FRANCISCA DOS SANTOS DE MELO

**O PROBLEMA DO BAIXO DOMÍNIO NA LEITURA E ESCRITA NO BRASIL:
ANÁLISE DE METODOLOGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO COTIDIANO
ESCOLAR**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão.
Orientador: Prof. Dr. Heder Cleber de Castro Rangel.

Delmiro Gouveia/ AL
2020

**Catálogo na fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca do
Campus Sertão Sede Delmiro
Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

M528p Melo, Silmara Francisca dos Santos de

O problema do baixo domínio na leitura e escrita no Brasil: análise de metodologias e práticas pedagógicas do cotidiano escolar / Silmara Francisca dos Santos de Melo. – 2020.
107 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Heder Cleber de Castro Rangel.
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2020.

1. Ensino fundamental. 2. Ensino e aprendizagem. 3. Leitura e escrita. 4. Baixo domínio. I. Título.

CDU: 37.012

Folha de Aprovação

AUTORA: SILMARA FRANCISCA DOS SANTOS DE MELO

O PROBLEMA DO BAIXO DOMÍNIO NA LEITURA E ESCRITA NO BRASIL: ANÁLISE DE METODOLOGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO COTIDIANO ESCOLAR

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, em Delmiro Gouveia.

Aprovado em 20 de Fevereiro de 2020.

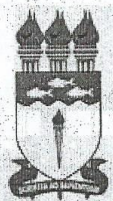
Orientador:

Prof. Dr. Heder Cleber de Castro Rangel
UFAL/ Sertão

Banca examinadora:

Prof^ª Dra. Ana Paula Solino Bastos
UFAL/Sertão – Examinadora Interna

Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho
UFAL/ Sertão – Examinador Interno



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
COORDENADORIA DE GRADUAÇÃO - COGRAD

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao dia **vinte** do mês de **fevereiro** do ano de **dois mil e vinte**, às **12h (doze horas)**, sob a presidência do(a) professor(a) **Heder Cleber de Castro Rangel** em sessão pública nas dependências da UFAL, Campus do Sertão, situada à Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849, Bairro Cidade Universitária - Delmiro Gouveia-AL, reuniu-se a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**O problema do baixo domínio na leitura e escrita no Brasil: análise de metodologias pedagógicas do cotidiano escolar**", do(a) aluno(a) **SILMARA FRANCISCA DOS SANTOS MELO** sob matrícula **15213815**, requisito obrigatório para conclusão do Curso de Pedagogia – Licenciatura, assim constituída: **Prof. Dr. Heder Cleber de Castro Rangel** (orientador/a), **Prof. Dr. José Ivamilson Barbalho**, **Profa. Dra. Ana Paula Solino Bastos**. Iniciados os trabalhos, foi dado a cada examinador(a) um período máximo de 30 (trinta) minutos para a arguição do(a) candidato(a). Terminada a defesa do trabalho, procedeu-se o julgamento final. Apuradas as notas, o(a) candidato(a) foi considerado(a) APROVADA com média geral 10,0 (Dez). Na oportunidade o(a) candidato(a) foi notificado(a) do Artigo 19 da Resolução no.4, de 9 de outubro de 2018, resolução interna ao curso de pedagogia, que estabelece prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a partir desta data, para entregar à Coordenação do Curso, devidamente protocolada, a versão definitiva do trabalho defendido em meio digital (CD-ROM) com as correções sugeridas pela banca. Nesta ocasião a presente ata (original) assinada também deve ser entregue à Coordenação. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados para a lavratura da presente ata, que depois de lida foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Delmiro Gouveia-AL, **20 de fevereiro de 2020**.

Orientador(a)

Heder Cleber de Castro Rangel

Prof. Dr. Heder Cleber de Castro Rangel

1º Examinador(a)

José Ivamilson S. Barbalho

Prof. Dr. José Ivamilson Barbalho

2º Examinador(a)

Ana Paula Solino Bastos

Profa. Dra. Ana Paula Solino Bastos

Ao meu noivo Douglas Ravel, por sempre me incentivar e me motivar nos momentos de desânimo ao longo da jornada acadêmica.

A minha família, que apesar de tanta dificuldade e com o pouco que tínhamos, e em um cenário em que ingressar na universidade parecia impossível, consegui chegar aonde cheguei, com o entusiasmo de ir mais longe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir essa dádiva que é a vida. Pela força e sabedoria, que apesar de muitas dificuldades, me permitiu chegar até aqui.

Aos meus familiares, que de certa forma mesmo que indiretamente torceram por mim.

Ao meu querido noivo que amo muito, que com seu bom humor e alegria, foi e é meu porto seguro, que me incentivava e motivava nos momentos de desânimo e tristezas nesta jornada acadêmica.

A família do meu noivo por me darem apoio quando precisei.

As minhas amigas inseparáveis que construir ao longo desses anos: Suzana, Silene, Lucineide, Sandra e outros demais da sala, que fizeram as manhãs mais especiais, apesar de tanto sono que tínhamos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Heder Rangel, por ter aceitado me ajudar nessa etapa tão importante na Universidade para a conclusão do curso. Obrigada pela paciência e conhecimentos compartilhados.

Aos motoristas que dispuseram carona quando precisávamos ir para a cidade realizar os estágios.

Ao motorista que fazia o nosso deslocamento todos os dias para universidade, que apesar da dura rotina, nos contagiava com simpatia e bom humor. Tornando um amigo.

A CAPES, por permitir a oportunidade de participar do programa residência pedagógica e o suporte financeiro.

Aos professores que fizeram parte da minha trajetória escolar, que sem suas contribuições não chegaria até aqui.

Aos meus professores na universidade que contribuíram para os meus conhecimentos profissionais

Por fim, agradeço a mim mesma, pois apesar de tanta dificuldade, entre choro, desespero e alegrias, estou feliz pela pessoa que tornei ao longo desses 4 anos.

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou
um ser condicionado mas, consciente do
inacabamento sei que posso ir mais além dele.”

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo é resultado de uma pesquisa realizada para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e tem como objetivo geral compreender as causas do baixo domínio de leitura e escrita existentes em muitas pessoas que estão nos anos finais escolares ou que já concluíram os estudos. Analisando assim as práticas e metodologias dos anos iniciais do ensino fundamental ao compreender que é a etapa de aquisição dessas habilidades. Tendo como cenário a pesquisa, na Escola municipal de educação básica Irmã Dulce, na cidade de Delmiro Gouveia – AL. Escolhemos uma professora para a pesquisa, em que permitiu responder algumas perguntas com relação ao ensino e aprendizagem da leitura e escrita, assim, o campo da pesquisa analisou as práticas e metodologias que a educadora realizou e realiza durante sua experiência como docente. O trabalho busca contribuir na identificação das causas do problema em questão, do baixo domínio na leitura e escrita, sobre de onde surge, não tendo propósito na escola pesquisada, mas surge tentando compreender o problema de forma geral no país a partir de práticas e metodologias em cenário de educação pública. Para atingir o objetivo, foi necessário um levantamento bibliográfico de autores da área de letramento e alfabetização, tais como: KOCH (2012); FERREIRO e TEBEROSKY (1999); SOARES (2012); FREIRE (2006; BAGNO (2001); KLEIMAN (2012); CAGLIARI (2009) entre outros, no intuito de articular uma discussão acerca do problema, buscando e analisando indícios para se chegar então a possíveis respostas. Foi utilizado também os dados das avaliações externas do país, tais como: Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, através de relatórios oficiais. Em seguida, foi realizada a pesquisa de campo na escola supracitada, onde foi aplicado um questionário com perguntas abertas para a professora escolhida. Através das análises bibliográficas e dos dados avaliativos do nível de desempenho através das avaliações externas juntamente com a pesquisa de campo, evidenciaram que o problema no baixo desempenho dos alunos na leitura e escrita, não se trata de um problema com apenas um fator, mas, é percebido a partir de outros também, como: a falta do compromisso e de participação mais efetiva por parte de docentes, gestores e famílias.

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Problema. Domínio.

ABSTRACTS

This study is the result of a research carried out for Course Completion Work (CBT) and its general objective is to understand the causes of the low domain of reading and writing existing in many people who are in the final years of school or who have already completed their studies. Thus analyzing the practices and methodologies of the early years of elementary school when understanding that it is the stage of acquiring these skills. Having research as a scenario, at the Municipal School of Basic Education Irmã Dulce, in the city of Delmiro Gouveia - AL. The target of the research was a teacher, who allowed to answer some questions in relation to the teaching and learning of reading and writing, thus, the research field analyzed the practices and methodologies that the educator performed and performs during her experience as a teacher. The work seeks to contribute to the identification of the causes of the problem in question, the low domain in reading and writing, about where it arises, having no purpose in the researched school, but understanding the problem in general in the country from practices and methodologies in the scenario of public education. To achieve the objective, a bibliographical survey of authors in the field of literacy and literacy was necessary, such as: KOCH (2012); FERREIRO and TEBEROSKY (1999); SOARES (2012); FREIRE (2006; BAGNO (2001); KLEIMAN (2012); CAGLIARI (2009) among others, in order to articulate a discussion about the problem, seeking and analyzing evidence to arrive at possible answers. The data from the evaluations were also used. country, such as: National Literacy Assessment - ANA, through official reports, followed by field research at the aforementioned school, where a questionnaire was applied with open questions for the chosen teacher. of the evaluative data of the level of performance through external evaluations together with the field research, showed that the problem in the low performance of students in reading and writing, is not a problem in which it is found in only one factor, but, the from a set, which in this case, is the lack of commitment and participation in education by teachers, managers and family.

Keywords: Reading. Writing. Problem. Domain.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Taxa de aprovação e distorção idade/série - 1º ao 3º ano do EF.....	65
Gráfico 2 – Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em Leitura na edição de 2014 da ANA, por região geográfica e unidade da Federação.....	67
Gráfico 3 – Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em escrita na edição de 2014 da ANA, por região geográfica e unidade da Federação	68
Gráfico 4 – Média de proficiência dos estudantes em leitura na ANA – Brasil e grande região – 2014/ 2016	69
Gráfico 5 – Média de proficiência dos estudantes em escrita na ANA – Brasil e grande região – 2014/ 2016	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Projeções da Meta 7 do Plano Nacional de Educação	72
Tabela 2 – Resultados (2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017) e metas dos anos iniciais do ensino fundamental	74

LISTA DE SIGLAS

ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PCNLP – Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS DA LEITURA E DA ESCRITA	16
2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA LEITURA E DA ESCRITA	16
2.1.1 CONCEITUAÇÃO DA LEITURA	18
2.1.2 CONCEITUAÇÃO DA ESCRITA	21
2.1.3 PRODUÇÃO TEXTUAL E INTERPRETAÇÃO: PRÁTICAS DA LEITURA E ESCRITA	25
3 A LEITURA E A ESCRITA NO ÂMBITO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DA ESCOLA	28
4 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA.....	35
4.1 O PROBLEMA DO BAIXO DOMÍNIO NA LEITURA E NA ESCRITA: ANÁLISE DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	40
4.2 PLANEJAMENTO E PRÁTICA DOCENTE: CONTEXTUALIZANDO REALIDADES E ASPECTOS FUNDAMENTAIS PARA A FORMAÇÃO DE BONS LEITORES E ESCRITORES	49
5 O PROBLEMA DO BAIXO DOMÍNIO NA LEITURA E NA ESCRITA NO BRASIL: DADOS AVALIATIVOS DO NÍVEL DE DESEMPENHO DA ALFABETIZAÇÃO....	62
5.1 AVALIAÇÃO: DA APRENDIZAGEM À PRÁTICA DOCENTE.....	76
6 METODOLOGIA	77
6.1 A PESQUISA	78
6.1.1 COLETA DE DADOS	78
6.1.2 ANÁLISE DOS DADOS	79
7 PRÁTICAS E METODOLOGIAS DE LEITURA E ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL E O PROBLEMA DO BAIXO DESEMPENHO	80
7.1 PERSPECTIVAS E REALIDADES ACERCA DAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA	92
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE	103

1 INTRODUÇÃO

O baixo domínio na leitura e escrita é um problema muito constante em muitas pessoas. A insegurança é um fator principal em quem se julga não ter habilidade na produção de textos e nem em interpretações. Em vista disso, nos faz se perguntarmos de onde vêm estas dificuldades, apesar de tanto tempo em que estudamos a língua portuguesa. É uma questão pessoal ou de práticas escolares? Lembrando que, ao falar de dificuldades, o problema não faz relação com questões patológicas.

Ressaltando, o domínio a que referimos, se trata de uma formação em que seja capaz do aluno desenvolver competências na leitura e escrita, tornando um bom leitor e escritor, isto é, que saiba ler adequadamente, tendo compreensão do conteúdo, permitindo uma visão ampla e escrever de forma eficiente, sem dúvidas ou inseguranças com relação a pontuações ou com a gramática, principalmente que não exista a falta de conhecimento no momento de escrever palavras simples e confusões com a sonoridade e a escrita.

Tendo em vista este problema do baixo desempenho na leitura e escrita, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca contribuir em uma discussão acerca deste problema, de forma que possa ser despertada a atenção para esta realidade e possuir um olhar amplo sobre as metodologias e práticas de ensino bem como de todo o contexto escolar, pois não é difícil encontrar quem se julga ter estas dificuldades, nisso percebemos, que se trata de algo preocupante com relação a educação brasileira, especificadamente a pública.

Contribuindo para o embasamento teórico da pesquisa, foram realizados estudos com revisão de artigos e da bibliografia de grandes autores da área do letramento para um maior aprofundamento, com utilização de livros de: KOCH (2012); FREIRE (2006; 2003); FERREIRO e TEBEROSKY (1999); CAGLIARI (2009); SOARES (2012); KLEIMANN (2012) e entre outros. Estes que trazem abordagens enriquecedoras das definições de leitura e escrita, de práticas e metodologias até da problemática no ensino destas habilidades.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas e metodologias dos anos iniciais no intuito de apontar possíveis causas do problema do baixo domínio, tendo com hipótese de que a raiz do problema pode estar nos anos iniciais, considerando que trata de onde tudo começa, isto é, a construção dos saberes. Tendo assim, como objetivo específico,

analisar as contribuições bibliográficas em busca de indícios, os índices da educação brasileira e as práticas do campo pesquisado.

O tema deste presente trabalho surgiu a partir de um questionamento percebido ao longo da vivência acadêmica: por que apesar de estudarmos tanto tempo a língua portuguesa, mesmo assim ainda possuímos tantas dificuldades? E, nisso, fez refletimos os porquês disso e que causas estão por trás desse problema que aparenta ser tão frequente em várias pessoas. Assim, despertando a curiosidade de ir em busca de possíveis respostas através da pesquisa.

Para a coleta de dados na pesquisa, foi utilizado um questionário com perguntas abertas e com objetivo de ter o máximo de informações precisas sobre práticas e metodologias no intuito de compreender uma parcela da realidade das escolas públicas brasileiras. A pesquisa teve como público alvo uma professora, de preferência que estivesse muito tempo no meio educacional e que ministrasse as disciplinas de português e que também leciona ou lecionou nos anos iniciais do ensino fundamental. Não escolhemos alunos, pois, o foco era analisar as vivências pedagógicas do contexto educacional.

A escola Irmã Dulce, localizada no centro do município de Delmiro Gouveia- AL, foi o cenário da pesquisa, por possuir contato com a instituição a algum tempo através do programa residência pedagógica. O questionário foi respondido com a autorização da coordenação e com consentimento da professora pesquisada. Os dados assim foram coletados e analisados fazendo uma articulação como forma de diálogo com a visão de autores e documentos referenciais e também da Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB.

O trabalho organiza-se em 6 seções. A primeira parte apresenta um breve histórico do surgimento da escrita e leitura no mundo e, aborda os conceitos da leitura e escrita definidas pelo os autores: ARANHA (2012); SOARES (2012); FREIRE (2006); KOCH (2012). Na segunda seção, apresentado no tópico 3, aborda assim a perspectiva e concepções da leitura e escrita no âmbito escolar e como essas habilidades são vistas na escola e sobre como se dá o processo de aprendizagem dessas habilidades na escola e desde o primeiro contato na infância antes mesmo das crianças chegarem a escola. Tendo contribuições dos autores: KLEIMANN (2012); BNCC (2017); FERREIRO (2011); GERALDI (2011) e BAGNO (2001).

Na terceira seção, apresentado no tópico 4, abordaremos o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita, tratando assim da importância bem como das dificuldades na prática. Falaremos também sobre o planejamento e as práticas docentes acerca de uma formação de leitores e escritores, trazendo a concepção de uma formação eficiente, com as contribuições dos autores: FERREIRO e TEBEROSKY (1999); BARBOSA (1994); ANTUNES (2003) e BAGNO (2001).

Na quarta seção, apresentado no tópico 5, falaremos sobre os dados avaliativos do nível de desempenho da alfabetização sobre o problema do baixo domínio na leitura e escrita, tratando assim dos índices obtidos nos últimos anos e das mobilizações por parte do governo em prol de soluções sobre o problema. Trazendo assim gráficos e tabelas para análise dos índices. Trazendo como fundamentação teórica: Ministério da Educação (MEC); Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Plano Nacional da Educação (PNE); SEABRA e CAPOVILLA (2010); Relatórios do PNE (2016; 2018); ÍDEB e ANTUNES (2003).

Na quinta seção, apresentado no tópico 6 será apresentada a metodologia acerca do percurso realizado e em sequência a discussão da pesquisa na sexta seção: tópico 7, abordando assim análise e discussão dos dados coletados. Traremos ainda logo abaixo, uma perspectiva acerca do que foi analisado e articulando reflexões e críticas em questão da realidade da educação pública brasileira. Por último, temos nossas considerações finais acerca da pesquisa, no tópico 8.

2 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS DA LEITURA E DA ESCRITA

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE LEITURA E ESCRITA

A forma como associamos a leitura e a escrita atualmente por um aspecto linguístico, não era o mesmo modo como nos primórdios da nossa civilização. A escrita existe desde a época primitiva com registros através dos desenhos nas cavernas, as conhecidas figuras rupestres, que se tratam de símbolos desenhados. Através disso, podemos perceber a necessidade de fazer registros que os seres humanos já possuíam desde aquela época.

Numa abordagem histórica da leitura e da escrita, podemos observar que ambas são associadas ao processo histórico, uma vez que desde a antiguidade os povos se expressavam através de desenhos, já que não existia a escrita que conhecemos hoje. Neste contexto, a

leitura e a escrita surgem a partir de um processo evolutivo do ser humano, em que de acordo como a sociedade iria se modificando, a forma de ler e escrever acompanhavam as mudanças, isto é, a partir de como as necessidades iam surgindo, os povos criavam formas de adequar ao que era necessário com estas habilidades que também se referia à comunicação. Diante disso, percebemos o quanto havia necessidade de comunicar-se por escritos desde a antiguidade.

As escritas cada vez mais se desenvolviam através de várias anotações realizadas, as quais serviam e servem à sociedade como um todo, pois, “Além das inscrições nas pedras de túmulos e monumentos, os egípcios usavam madeira e papiro para o registro das atas administrativas, da justiça e para as anotações contábeis nas atividades do comércio” (ARANHA, 2012, p. 49-50). Com isso, percebe-se que, o comércio teve grande influência para o impulso de desenvolvimento da escrita e da leitura na sociedade, pois como necessitavam controlar as vendas, criavam meios de como fazer suas anotações. Dessa forma, segundo Bagno (2001, p.16), podemos entender como a leitura foi por muito tempo uma prática utilizada pela elite de épocas passadas.

Após um longo processo destas práticas,

A escrita, no entanto, difundiu-se muito mais no segundo milênio, por volta de 1500 a.C. (data incerta), quando os fenícios inventaram a escrita fonética alfabética, ou a aperfeiçoaram, não se sabe bem. O termo alfabeto, inicialmente formado pelas primeiras letras fenícias aleph e bet, é composto das letras gregas alpha (α) e beta (β). Os 22 sinais permitem as mais diferentes combinações, tornando bem mais práticos o uso e a aprendizagem da escrita (ARANHA, 2006, p. 51).

Assim, as populações aos poucos foram conhecendo esta forma de escrita e de leitura e se adequando em suas atividades até os tempos atuais, em que associam o som falado aos símbolos escritos, estes que formam palavras, frases e textos, dos quais produzimos hoje a partir das letras do alfabeto. Atualmente todos que estudam e aprendem se apoderam de tais habilidades, diferente da antiguidade em que apenas a elite fazia uso, portanto, essa prática confirma que ler e escrever são uma representação de poder.

Desde que nascemos e crescemos conhecemos uma única forma de escrita, construídas pelas letras do alfabeto, e desde os tempos primitivos a humanidade já tinha a necessidade de se comunicar, como através dos desenhos. Hoje em dia a forma de comunicação em que pessoas usam a escrita desde quando nascemos passaram por alguns processos evolutivos diferenciados, como exemplo, das cartas enviadas pelo correio. Nos dias atuais temos a internet, meio pelo qual as pessoas escrevem para outras, e estas recebem instantaneamente.

Neste sentido, compreendemos que desde a antiguidade, o ato de ler e de escrever sempre teve representação na sociedade, passando por longos métodos e recursos até chegar a forma principal como conhecemos hoje, que é através de um sistema alfabético. A escrita e a leitura, hoje, possuem grande representação para a vivência e o desenvolvimento das pessoas no meio social e cultural.

2.1.1 CONCEITUAÇÃO DA LEITURA

A leitura e a escrita são práticas fundamentais na vida cotidiana dos indivíduos, pois através destas habilidades nos possibilitam exercer a nossa cidadania. Tais saberes são necessários em contextos sociais e educacionais, pois através destes podemos nos comunicar com nossos pares e até mesmo nos ajudam na execução de nossas práticas do dia a dia.

Desde cedo somos inseridos nesta cultura, desde nossa casa muitas vezes, mas é quando frequentamos a escola que através de uma forma sistematizada iremos compreendendo o sentido e o uso destas práticas. Neste caso, a leitura é uma forma de nos inserirmos na sociedade que vivemos, pois nos possibilita fazer a leitura de tudo que vemos e sentimos e assim poder compreender as coisas em nossa volta, afinal, ler:

É um conjunto de habilidades e comportamentos que se estendem desde simplesmente decodificar sílabas ou palavras até ler *Grande Sertão Veredas* de Guimarães Rosa... uma pessoa pode ser capaz de ler um bilhete, ou uma história em quadrinhos, e não ser capaz de ler um romance, um editorial de jornal... [...] (SOARES, 2012, p. 48).

A leitura em seu sentido mais amplo não se trata apenas de decodificar signos, a leitura nos permite interpretar, entender o que determinada mensagem quer nos dizer. A leitura dá um significado para o sujeito leitor. Fazemos leitura das coisas e logo interpretamos, se lemos e não compreendemos, não é leitura, é decodificar códigos. Ler nos permite pensar, imaginar e refletir. Como afirma Freire (2006, p. 22), a leitura é:

O ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade.

A leitura não se mostra presente apenas em textos, ela está em tudo que vemos e até mesmo no que sentimos e diante disso podemos fazer uma interpretação. Ao olhar para uma paisagem, por exemplo, e através dela surgir um pensamento ou uma reflexão e em seguida um entendimento, estamos fazendo uma leitura, ao mesmo modo quando estamos fazendo uma leitura textual, são contextos diferentes, porém estamos executando o mesmo fator: A

interpretação. Esta causa provoca como efeito o elemento de realizar a leitura de algo. Como já dizia Freire (2003, p. 5-6):

Desde que nascemos, vamos aprendendo a ler o mundo em que vivemos. Lemos no céu as nuvens que anunciam chuva, lemos na casca das frutas se elas estão verdes ou maduras, lemos no sinal de trânsito se podemos ou não atravessar a rua. E, quando aprendemos a ler livros, a leitura das letras no papel é uma outra forma de leitura, do mesmo mundo que já líamos, antes ainda de sermos alfabetizados.

O ato de ler nos possibilita diversos benefícios como sujeitos evolutivos em sociedade, pois existem vários tipos de leituras, e cada uma com sua contribuição para o leitor. Os jornais, por exemplo, possuem uma linguagem informativa, ou seja, tem o intuito de nos informar sobre os acontecimentos da sociedade em geral. Outras leituras possíveis são percebidas quando adquirimos algum conhecimento ou aprendizado sobre determinado conteúdo, a exemplo, quando estudamos uma matéria escolar, como uma forma de compreendê-la. São nesses aspectos que percebemos que a leitura não está baseada apenas no ato de decodificar palavras, mas, sim se fazendo presente e necessária à interpretação para que o conteúdo seja compreendido, e, então possa contribuir para uma aprendizagem.

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita (BRASIL, 1997, p. 41).

Neste caso, ler é uma forma de apoderar-se de novos saberes e aprendizagens, é um ato “de aquisição de conhecimentos e de enriquecimento cultural, de ampliação das condições de convívio social e de interação” (SOARES, 2000, p. 19). Tal prática é muito importante enquanto sujeitos na sociedade, pois através da leitura podemos nos comunicar adquirir diversos conhecimentos, se desenvolver intelectualmente e interagir com o meio social, permitindo assim que tenhamos benefícios para si e para os que estão em nossa volta, pois, através do conhecimento adquirido podemos ajudar outras pessoas.

Como podemos perceber, a leitura nos aspectos textuais a partir de nossas interpretações proporciona a formação do nosso conhecimento. Nisso, torna-se uma junção de sentidos e significados, que formam os elementos fundamentais presentes numa leitura textual. Como afirma Koch (2012, p. 11):

A leitura é, pois, uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo.

Quando este ato é inexistente em nossa vida quase tudo se torna mais difícil, passamos a ser dependentes de outras pessoas e limitados acerca do que a cultura letrada tem a nos oferecer, pois indivíduos que são analfabetos sentem muita dificuldade para viver sozinhos em sociedade, necessitando sempre da ajuda de alguém. Porém, não quer dizer que serão privados totalmente de serem letrados, pois ao momento que fazem e apoderam-se da leitura e escrita, são sujeitos letrados, porque fazem uso social da leitura e da escrita mesmo que não estejam lendo ou escrevendo, pois em algum momento do dia a dia necessitam delas.

Em outros casos, existem pessoas que apesar de serem alfabetizadas são leitores funcionais, isto é, pessoas que não compreendem a palavra escrita, que não conseguem interpretar o que leem de forma clara. Isto é retrato de uma realidade que existe entre diversas pessoas, sejam estudantes e até mesmo aquelas pessoas que já concluíram os estudos, e que não tiveram sucesso durante a formação escolar no que se refere ao desenvolvimento destes aspectos linguísticos.

Percebemos assim que se trata de uma realidade que desde décadas é muito discutida em âmbitos acadêmicos, até mesmo em reportagens de sites de renome nacional, estes que mostram o quanto as pessoas estão lendo pouco e escrevendo mal, em uma sociedade que muito se fala na formação de bons leitores e escritores, tendo como requisito o incentivo a leitura.

Nesta concepção, parece que quase nada está sendo feito apesar de antigas discussões acerca desta realidade que existe bem antes mesmo da elaboração dos PCN's em 1997 e 1998, estes que são documentos de apoio à prática docente. Em se retratando do PCNLP – Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa, podemos dizer que este documento visa à formação de bons leitores e escritores, de tal modo que os alunos tornem sujeitos críticos e reflexivos, com práticas desde os anos iniciais fazendo uso de textos de circulações sociais e dos diferentes gêneros, trabalhando de forma significativa e eficaz ao que se propõe.

Durante o ensino fundamental as crianças são instruídas de forma processual para se desenvolverem diante de vários conhecimentos, em que cada ano os níveis de competências vão se tornando mais complexos, e a leitura e a escrita são os aspectos cruciais na formação dos sujeitos desde cedo, por serem imprescindíveis no desenvolvimento para a vida social e

escolar dos mesmos, como está exposto no PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais de língua portuguesa do ensino fundamental:

No processo de ensino-aprendizagem dos diferentes ciclos do ensino fundamental, espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p. 32).

Sem estas habilidades, a forma de adquirir outros conhecimentos e de viver em sociedade torna-se frustrante, pois muito do que realizamos necessita saber ler e escrever, e em determinadas situações precisamos ter um bom domínio da linguagem culta, tendo em vista que podem influenciar em fatores decisivos para a nossa vida profissional, além de serem ferramentas que nos auxiliam em uma melhor expressão comunicativa.

Precisamos compreender que, o hábito de ler contribui significativamente para o nosso desenvolvimento intelectual, pois torna nosso vocabulário mais rico, nos permite uma melhor capacidade argumentativa, além de nos dar autonomia. Porém, apenas ler não é o bastante, é preciso saber ler de tal forma que nos possibilite o conhecimento de mundo, ter uma leitura que nos permite uma visão ampla do que está em nossa volta, tornando assim, sujeitos mais críticos e reflexivos. É preciso pensar na leitura com uma ampla ferramenta de aprendizagem, algo que vai além do que somente ler em momentos de lazer, mas que seja uma prática enriquecedora de conhecimento, tantos nos aspectos científicos como aos comunicativos. Percebe-se muitas vezes que:

O conceito de leitura geralmente está restrito à decifração da escrita, sua aprendizagem, no entanto, ao processo de formação global do indivíduo, à sua capacitação para o convívio e atuação social, política, econômica e cultural (MARTINS, 2005, p. 22).

A leitura deve ser trabalhada de tal maneira que contribua para o desenvolvimento das pessoas, não de modo como uma obrigação, mas de forma prazerosa e que proporcione conhecimentos. Nisso, precisamos compreender que a leitura possui um conceito amplo, e se referindo ao aspecto textual, é algo que nos proporciona conhecimentos.

2.1.2 CONCEITUAÇÃO DA ESCRITA

Com base nestas leituras sejam elas interpretativas ou textuais, sentimos a necessidade de registrar nossas experiências, e com isso utilizamos a escrita. Nisso, queremos, desde já,

deixar claro que escrever é uma prática de suma importância, pois nos permite expressar pensamentos, ideias e proporciona aprendizagem para as pessoas. A escrita define-se comumente como uma representação simbólica da língua falada, neste caso, representamos o que falamos através de símbolos alfabéticos, de letras e palavras que formam toda a estrutura textual, atribuindo assim sentidos. Porém,

Não é qualquer conjunto de palavras que produz uma frase. Para que uma sequência de morfemas seja admitida com frase por um locutor-ouvinte nativo, é preciso que respeite uma certa ordem combinatória, é preciso que seja composta segundo o sistema da língua (COSTE, D. et al., 2002, p. 39) .

A escrita neste caso é mais do que simplesmente escrever letras, é preciso obedecer a um sistema de regras e possuir sentido, para que então determinada frase ou texto seja compreendido. Nisso, “Escrever é também um conjunto de habilidades e comportamentos que se estendem desde simplesmente escrever o próprio nome até escrever uma tese de doutorado... [...]” (SOARES, 2012, p. 48). Neste sentido, escrever refere-se à escrita de uma simples palavra até a produção de um texto, em que este esteja de acordo com todo o sistema ortográfico.

Vale lembrar que, nem sempre iremos escrever da mesma forma como falamos, a escrita possui suas normas e regras, tendo seu uso conservador em determinadas situações, neste sentido, possuindo diferenças entre a língua falada e a língua escrita. Por isso, muitas vezes os alunos nos anos iniciais se confundem no momento da escrita, pois,

[...] o aluno sabe que se deve escrever com letras, mas não sabe ainda que as letras representam sons determinados, razão pela qual não deve usar qualquer letra para escrever qualquer palavra. A leitura cria e guia a escrita, estabelece seus limites de uso e constitui a alma dos sistemas de escrita (ROJO, 1998, p. 79).

É preciso que, durante o processo de alfabetização este aspecto esteja sempre claro e compreensível para os alunos. Que eles reconheçam desde cedo as diferenças existentes na linguagem escrita e falada bem como reconhecer que não escrevemos do mesmo modo que falamos, para que se habituem, e sejam evitadas diversas confusões no momento da escrita.

Neste processo, desde quando somos crianças antes de ingressar na escola, tentamos imitar a escrita, prática esta muito comum na fase da garatuja, que se trata dos conhecidos rabiscos que fazemos. Muitas vezes são desenhos acompanhados de letras, ou simplesmente são desenhos e rabiscos incompreensíveis. Mas, como crianças e por um ato de imitar,

entendemos que realmente estávamos escrevendo, sem saber que existe por trás um sistema alfabético. Só a partir de quando somos inseridos na escola é que aprendemos de forma sistematizada a escrita convencional e assim passamos a compreender suas funções sociais e assim fazendo uso delas, proporcionando a participação plena na sociedade. Acontece isso a partir do processo de letramento, em que as pessoas não somente aprendem a ler e escrever como também exercem sua cidadania, praticando tais habilidades socialmente. Com afirma Soares (2012, p. 18) “Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever: o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”.

Aprender a ler é uma etapa muito complexa, em que envolve muitos processos a partir do cognitivo. Neste caso, para aprendermos a ler envolve algumas etapas, como: primeiramente se dá o processo de aprendizagem do mundo das letras, ou seja, do alfabeto, para então constituímos saberes acerca da escrita das palavras, deste modo, ocorrendo a partir de um processo pedagógico em que envolve metodologias de alfabetização. Aos poucos iremos atribuindo significados e desenvolvendo nossa habilidade de produzir textos, tornando sujeitos letrados.

O processo de escrita é muito importante para uma melhor compreensão de fatos ocorridos em outra época. Nisso, os entendimentos de muitos escritos foram necessários, pois foram eles que nos permitiram voltarmos ao passado através dos escritos antigos. Muitos são utilizados nos dias atuais com muita relevância para estudos e compreensão de aspectos da realidade, como exemplo das obras de Sócrates e Aristóteles, que através de seus escritos tornam-se instrumentos de estudos em diversos cenários acadêmicos.

A escrita, neste caso, possibilita não só apenas registrar nossos conhecimentos, mas também transmitir outros saberes aos leitores. Nisso, podemos perceber a associação da leitura e escrita em função do seu papel de construção de um saber. Com isso, escrever não se trata apenas de formar palavras ou texto, é também uma ferramenta de aprendizagem a partir de quando se leem os escritos e gera-se um saber. Nisso, Rojo (1998, p. 68) afirma diante do processo de aquisição da leitura e escrita que:

Um bom trabalho de alfabetização precisa levar em conta o processo de ensino e de aprendizagem de maneira equilibrada e adequada. O professor tem uma tarefa a realizar em sala de aula e não pode ser um mero espectador do que faz o aluno ou um simples facilitador do processo de aprendizagem, apenas passando tarefas. Cabe a ele ensinar também e, assim, ajudar cada aluno a dar um passo adiante e progredir na construção de seus conhecimentos.

Diante disso, é possível afirmar que a aquisição de saberes como a escrita possui extrema relevância e diversas utilidades no meio social, pois em diferentes situações utilizamos a escrita, seja para fazer uma prova ou até escrever um simples bilhete, e também usá-las nas redes sociais através da internet. Em um contexto escolar nossas escritas são diferentes das que utilizamos normalmente no dia a dia, esta exige uma linguagem culta nas produções, pois devemos ter um bom domínio para que possamos desenvolver bem em sociedade, neste caso, necessita-se que as instituições escolares possuam uma perspectiva de formação dos alunos de modo que estes possam se tornar bons leitores escritores.

Quando inclusos dentro do contexto escolar, espera-se que tenhamos uma preparação dentro destes aspectos essenciais, de maneira que possamos desenvolver competências críticas através de posicionamentos sobre determinado assunto. Possuir este domínio permite que as pessoas saibam demonstrar com clareza suas capacidades argumentativas e bom desempenho com a gramática, neste caso, tem grande importância principalmente quando estamos sendo avaliados, seja para um vestibular ou para um emprego.

Nisso, percebe-se a importância que a escrita possui durante o processo de formação escolar, pois se constitui de um aspecto fundamental para o desenvolvimento em sociedade para que possamos ter bons resultados. Neste caso, se os alunos atingirem a eficiência na escrita e leitura, como se espera que no ensino fundamental aprendam, pode perceber que escrever é também uma comunicação, nisso a escrita desde muito tempo demonstrou ser importante e necessária na sociedade dentro desse aspecto além dos registros escritos.

Antes as pessoas se comunicavam por bilhetes e cartas, e atualmente com os avanços da tecnologia, usamos a escrita para nos comunicar através da internet, seja por sites eletrônicos, e-mails e principalmente pela as conhecidas redes sociais.

Uma nova forma de comunicação surgiu, e com isso um novo modo de escrita também tem surgido, pois as escritas que são utilizadas normalmente atendendo toda uma norma já não é mais tão seguida corretamente e muito menos tão observada por quem preza pela língua portuguesa dentro das normas. Uma hipótese desse uso é a de que, atualmente, usa-se bastante a internet, que possui uma linguagem própria, com algumas modificações comparadas ao português que conhecemos neste caso, usando de abreviações de algumas palavras. Esta forma é chamada de internetês.

Muitas pessoas que usam os meios virtuais utilizam esta linguagem, até por ser uma forma mais rápida de digitação, porém, esta forma de escrita pode ter aspectos negativos quando o uso passa a ser frequente e as pessoas automaticamente sem perceber escrevem desta forma fora dessa virtualidade. Esta realidade revela-se em muitos momentos bastante prejudicial, pois em outros contextos se presa à escrita formal de linguagem culta.

Após este processo de desenvolvimento da escrita na sociedade aprendemos o sentido da escrita, como uma ferramenta importante para a comunicação em sociedade e para a aquisição de conhecimento. Nisso, vemos também que a escrita hoje, possui grande representação para a vivência e desenvolvimento em sociedade. Neste caso, escrever é libertar-se para o conhecimento e multiplicar saberes, pois a partir da aquisição dessa prática podemos ir além e ensinar para outras pessoas.

A Escrita exige competências fundamentais, não basta apenas conhecer o português e produzir um texto, em muitas situações necessita que tenhamos um bom domínio acerca da gramática. E, em determinados momentos da nossa vida em sociedade, será exigido uma produção textual em que esteja de acordo com as normas gramaticais, como em provas escolares ou vestibulares, por exemplo, e através da escrita será julgada sua competência e, por isso mesmo, também serão avaliados ainda seus conhecimentos sobre determinado assunto.

Diante disso, a habilidade da escrita auxilia em diversos aspectos na sociedade, possuem suma importância para a comunicação e desenvolvimento das pessoas, tornando necessária e fundamental para que possamos adquirir novos conhecimentos, pois segundo a teoria Piagetiana, deve-se “introduzir a escrita enquanto objeto de conhecimento, e o sujeito da aprendizagem, enquanto sujeito cognoscente” (FERREIRO e TEBEROSKY, A., 1999, p. 31). Todavia, o conceito de escrita pensado a fundo possui um sentido amplo, pois difícil pensar o que seríamos de nós se não existisse a escrita. Nisso, refletimos acerca das pessoas que não sabem escrever e ler, é um mundo mais difícil.

2.1.3 PRODUÇÃO TEXTUAL E INTERPRETAÇÃO: PRÁTICAS DA LEITURA E ESCRITA

Aos atos de ler e escrever, temos a produção textual e a interpretação, práticas estas que realizamos no nosso dia a dia em sociedade. Quase tudo que fazemos, baseia-se no ato de ler e escrever, ou seja, fazem parte da nossa comunicação e de nossa orientação no cotidiano. A partir disso, exercemos nossa cidadania e nos desenvolvemos.

Produzir textos vai além do que escrever um conjunto de frases, pois nestas é preciso que se tenha um bom domínio, para uma produção coesa e coerente diante do conteúdo do qual se está sendo escrito, ou seja, necessita de um sentido e de um significado, é indispensável que se tenha clareza, para então o leitor ter uma compressão do que se quer dizer. Como diz Cagliari (2009, p. 106):

A produção de um texto escrito envolve problemas específicos de estruturação do discurso, de coesão, de argumentação, de organização das ideias e escolha das palavras, do objetivo e do destinatário do texto etc. Por exemplo, escrever um bilhete é diferente de escrever uma carta, uma notícia, uma propaganda, um relato de uma viagem, uma confissão de amor, uma declaração perante um tribunal, uma piada etc. cada texto tem sua função, e todas essas formas precisam ser trabalhadas na escola.

Para se alcançar o nível da produção textual, necessita-se anteriormente de saber a leitura, do conhecer as palavras, para então depois dominar as regras, a organização que um texto necessita para que seja compreensível para quem ler, que neste caso, este por vez fará a interpretação.

Nisso, compreendemos que:

A escrita, seja ela qual for, tem como objetivo primeiro permitir a leitura. A leitura é uma interpretação da escrita que consiste em traduzir os símbolos escritos em fala. Alguns tipos de escrita se preocupam com a expressão oral e outros simplesmente com a transmissão de significados específicos, que devem ser decifrados por quem é habilitado (CAGLIARI, 2009, p. 88).

A interpretação surge a partir da compreensão de algo, do que se trata determinada coisa, não sendo necessariamente um texto, pois esta habilidade pode estar envolvida em diversas situações, como exemplo, ao interpretarmos uma imagem. Interpretar nem sempre pode parecer uma ação fácil para algumas pessoas, pois requer determinados conhecimentos prévios, a exemplo da interpretação de um texto, requer domínio com as palavras que estão postas, pois se no texto existe palavras em que não estamos familiarizadas, torna-se complexo para o nosso entendimento.

Podemos perceber que o ato de interpretar está incluso entre diversos fatores, não se limitando apenas aos textos. Todavia, pode estar relacionada aos códigos ou até mesmo a interpretação de um mapa, mas o que preocupa muito a sociedade dos letrados é ao que se refere aos textos, em que muitos estudantes que não possuem o hábito da leitura podem sentir muita dificuldade em compreender diferentes tipos de textos, assim levando a um baixo domínio na interpretação, pois desconhece ainda muitas palavras, possuindo um vago vocabulário. E, o ato de ler pode ajudar nestes fatores, pois:

[...] a leitura é uma atividade de assimilação de conhecimento, de interiorização, de reflexão. Por isso, a escola que não lê muito para os seus alunos e não lhes dá a chance de ler muito está fadada ao insucesso, e não sabe aproveitar o melhor que tem para oferecer aos seus alunos. Há um dito popular que diz que a leitura é o alimento da alma. Nada mais verdadeiro. As pessoas que não leem são pessoas vazias ou subnutridas de conhecimento (CAGLIARI, 2009, p. 132).

Com o passar dos anos as exigências acerca das habilidades de produzir textos e interpretar tornam-se maiores, pois na sociedade atual em que vivemos necessitamos estar qualificados e capacitados para que possamos nos desenvolver profissionalmente, para isso somos cobrados a despertar e evoluir a nossa intelectualidade. Esta se refere ao domínio de saber, ter conhecimentos.

Para que possamos conseguir um emprego ou até mesmo ingressar numa faculdade temos que estar apto de acordo com as exigências para os atos de ler e de escrever também. Muitas vezes para participar de uma seleção de emprego somos submetidos a uma avaliação, esta muitas vezes envolve conhecimentos gerais e principalmente a produção textual, conseguindo assim a vaga quem se sair melhor. Para ingressar no ensino superior não é diferente, existem os vestibulares, que são provas em que visam analisar os conhecimentos dos candidatos que receberam uma nota. Os que demonstrarem melhor desempenho terão mais chances de ingressar.

Percebemos que até mesmo para possuímos um emprego nesta atual sociedade, necessitamos estar preparados e comprovar certas habilidades, porém por trás de tanta exigência, nunca estivemos tão despreparados, fato que preocupa muitos professores e principalmente quem necessita se capacitar para conseguir seja um emprego ou fazer um curso de nível superior. Com isso, muitos buscam conseguir melhores resultados e alcançar o que deseja, assim optam por estudar mais, seja em cursinhos pré-vestibulares ou até mesmo em casa.

De tanto que este problema é frequente, pouco se questionam os motivos e muito menos se ver discussões acerca desta realidade em muitos estudantes, principalmente de escolas públicas. É preciso analisar as práticas e as perspectivas das instituições de ensino diante desse notório problema em muitas pessoas.

Existem diversas teorias que abordam as causas que podem levar as pessoas a terem esta dificuldade, e um dos fatores pode estar ligado ao modo como estes alunos foram instruídos durante a formação. O que vemos é um ensino com diversas defasagens, em que

não se leva a sério as dificuldades de leitura e escrita, isso desde o ensino fundamental. Esse cuidado, certamente, ajudaria para que os alunos não cheguem aos anos mais avançados e até mesmo concluam os estudos apresentando este baixo nível de leitura/ interpretação.

Por outro lado, em concordância com Cagliari (2009, p. 130) tomando como uma resposta acerca deste problema, diz que:

A grande maioria dos problemas que os alunos encontram ao longo dos anos de estudo, chegando até a pós-graduação, é decorrente de problemas de leitura. O aluno muitas vezes não resolve problemas de matemática, não porque não saiba matemática, mas porque não sabe ler o enunciado do problema. Ele sabe somar, dividir etc., mas ao ler um problema não sabe o que fazer com os números e a relação destes com as realidades a que se referem. Não adianta dizer que o aluno não sabe nem sequer somar ou dividir números que não apresentam dificuldades, que ele não entende matemática... Porque de fato ele não entende mesmo é o português que lê. Não foi treinado para ler números, relações quantitativas, problemas de matemática. O professor de língua portuguesa não ensina isso porque diz que é obrigação do professor de matemática e o professor de matemática ou não desconfia do problema ou, quando muito, acha que ler e compreender um texto é um problema que o professor de língua portuguesa deve resolver na educação das crianças. E as crianças ficam sem as necessárias explicações. Mas a escola cobra que ela saiba isso e se vire com perfeição e rapidez.

Nisso, os professores culpam um ao outro, sem compreenderem o seu papel, e muitos possuem a ideia de que os saberes da língua portuguesa se restringem apenas para a área da língua portuguesa, mas isso é um pensamento equivocado. Isso nos reflete também, como a falta de domínio prejudica a aquisição de saberes em outras áreas. Nisso, como solução, nos faz pensar que, trabalhar com a leitura constante possibilita formar alunos competentes na escrita e leitura, de tal modo que sejam capazes de produzir textos coesos e coerentes, possuindo domínio destes aspectos.

Diante desta realidade podemos perceber que o baixo domínio de leitura e escrita se tornou algo comum, sem levar em consideração os problemas que podem ocorrer na vida futura do estudante, chegando a atrapalhar em diversos fatores, pois quando uma pessoa possui esta dificuldade para interpretar determinados textos, não se permite gerar uma compreensão ou entendimento acerca do que se está lendo, podendo haver equívocos ou não compreensão do que se está lendo. Esta pessoa, na verdade, apenas decodifica os signos e não se cria um entendimento do contexto de determinado assunto do que está lendo.

3 A LEITURA E A ESCRITA NO ÂMBITO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DA ESCOLA

A formação de indivíduos para o aprendizado na escrita e leitura se inicia desde os primeiros anos escolares, na fase da alfabetização, em que as crianças irão conhecer e aprender o significado do mundo das letras. No entanto, antes mesmo do contato que elas terão na escola com a escrita, elas já fazem representações desta ao seu modo, como os rabiscos, conhecidos como as garatujas. Quando chegam à escola estes rabiscos ganham sentidos e elas aprendem o significado, conhecendo as letras, o alfabeto, o que são consoantes, vogais, e aprendem a escreverem seu nome. Trata-se de uma prática processual, em que se mostra a utilidade e o uso desses artifícios.

Durante o processo, as crianças devem reconhecer que o aprendizado da leitura e da escrita serve para o seu pleno exercício da cidadania, pois são saberes fundamentais para a nossa comunicação enquanto sujeitos em sociedade. Do nosso ponto de vista é no ensino fundamental que os alunos irão desenvolver as bases necessárias para sua vida de cidadão.

Desde os anos iniciais os alunos são preparados nesta perspectiva, com práticas de exercícios para alfabetizar as crianças, adquirindo de fato o letramento. Nos primeiros anos escolares no ensino fundamental é de grande relevância o foco no aprendizado da escrita e leitura, pois estes são bases para os próximos conhecimentos nos anos seguintes escolares, e são aprendizados de fundamental importância ao exercício de nossa cidadania e desenvolvimento intelectual. Neste sentido, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC enfatiza que:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (BRASIL, 2017, p. 59).

Para que possam ser adquiridas tais competências na alfabetização existem várias maneiras que são utilizadas para alfabetizar as crianças, sendo muito considerado o lúdico, porém existem muitos exercícios e métodos utilizados aos anos iniciais que não são vistos de forma positiva para a formação eficiente de leitores e escritores, como a prática da leitura sílaba por sílaba, que é muito criticada e muito comum na alfabetização quando estamos aprendendo a ler, pois segundo Kleiman (2012, p. 51) quando é apresentada letra por letra ou sílaba por sílaba à criança ao chegar à quinta, sexta, sétima sílaba ela poderá não se lembrar das anteriores, e, conseqüentemente não irá entender o significado, e se for uma frase,

dificultará na compreensão do contexto. Em vista disso, é possível afirmar que os professores alfabetizadores devem ter muito cuidado acerca do processo de alfabetização, pois a forma como é ensinado para os alunos hoje, será a base para os alunos amanhã.

Com isso, não podemos descartar a hipótese de que os métodos ensinados nos anos iniciais podem influenciar na forma como iremos ler no futuro na questão da nossa eficiência na leitura. Muitos métodos podem acarretar o baixo domínio da leitura e escrita, a partir de quando somos submetidos a ler antes mesmo de conhecer a dinâmica das letras, uma prática que nos deixavam presos muito tempo apenas em entender as palavras de sílabas por sílabas e não seu significado relacionado ao contexto, à que se associa. E a leitura é um momento que nos permite dar significado a algo, de interpretar, compreender, adquirir conhecimento.

São os primeiros anos que construirão as bases para que possamos adquirir conhecimentos fundamentais para iniciar nossa vida na sociedade, e a leitura e a escrita são as portas para que novos conhecimentos possam ser adquiridos, e na BNCC do ensino fundamental apresentam-se competências para que possam ser desenvolvidas nos alunos durante esta etapa, e ao que se refere neste contexto, o documento diz:

O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades (BRASIL, 2017, p. 67).

E durante o processo do ensino fundamental o documento propõe que seja trabalhado com textos e com seus diversos tipos sobre o ensino da linguagem, de forma que se faça uso produtivo em sala de aula, tendo grande importância para que o aluno possa construir bases fundamentais para as produções textuais, e ao que refere a estas produções a BNCC propõe:

O Eixo da Produção de Textos compreende as práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, com diferentes finalidades e projetos enunciativos como, por exemplo, construir um álbum de personagens famosas, de heróis/heróínas ou de vilões ou vilãs; produzir um almanaque que retrate as práticas culturais da comunidade; narrar fatos cotidianos, de forma crítica, lírica ou bem humorada em uma crônica; comentar e indicar diferentes produções culturais por meio de resenhas ou de playlists comentadas; descrever, avaliar e recomendar (ou não) um game em uma resenha, gameplay ou vlog; escrever verbetes de curiosidades científicas; sistematizar dados de um estudo em um relatório ou relato multimidiático de campo; divulgar conhecimentos específicos por meio de um verbete de enciclopédia digital

colaborativa; relatar fatos relevantes para a comunidade em notícias; cobrir acontecimentos ou levantar dados relevantes para a comunidade em uma reportagem; expressar posição em uma carta de leitor ou artigo de opinião; denunciar situações de desrespeito aos direitos por meio de fotorreportagem, fotodenúncia, poema, lambe-lambe, microrroteiro, dentre outros (BRASIL, 2017, p. 72).

A prática de leitura na escola deve ser constante, produtiva, pois este é um dos caminhos para se formar bons leitores e escritores, no entanto, a prática de ler por si só não proporciona tais aprendizados, é preciso o estímulo da escola, pois nem sempre o aluno estará motivado por estes momentos, e nem todos possuem o hábito e gosto por esta prática, e “[...] uma das primeiras barreiras que o professor tem que negociar para poder ensinar a ler é a resistência do próprio aluno [...]” (KLEIMAN, 2012, p. 24).

Na maioria das vezes os professores costumam trabalhar textos de uma forma que os alunos não veem como algo atrativo, pois as leituras que geralmente acontecem em sala de aula se dá quando o professor apenas escolhe um texto do livro didático e manda cada aluno ler um trecho, sendo que quem ler, na maioria das vezes, não consegue interpretar o que leu assim se tornando uma leitura sem significado, pois os alunos em sua maioria se sentem pressionados pela leitura como obrigação e não pelo hábito.

Além de almejar que os alunos possam adquirir gosto pela leitura, é preciso compreender o sentido real da formação de bons leitores e escritores, de forma que os estudantes não sejam necessariamente fissurados por livros de literatura, por exemplo, mas que sejam capazes de ler e interpretar dos mais diferentes tipos de textos relacionados a diversos assuntos, pois como afirma Ferreiro (2011, p. 18-19):

A declaração sobre “o prazer da leitura” leva a privilegiar um único tipo de texto: a narrativa ou a literatura de ficção, esquecendo que uma das funções principais da leitura ao longo de toda a escolaridade é a obtenção de informação a partir de textos escritos. Ainda que as crianças devam ler nas aulas de Estudos Sociais, Ciências Naturais e Matemática, essa leitura aparece dissociada da “leitura” que corresponde às aulas de língua. Um dos resultados é, uma vez mais, um déficit bem conhecido em nível dos cursos médio e superior: os estudantes não sabem resumir um texto, não são capazes de reconhecer as ideias principais e, o que é pior, não sabem seguir uma linha argumentativa de modo a identificar se as conclusões que se apresentam são coerentes com a argumentação precedente. Portanto, não são leitores críticos capazes de pergunta-se, diante de um texto, se há razões para compartilhar do ponto de vista ou da argumentação do autor.

Em meio a esta realidade, ainda existem as atividades relacionadas aos textos, que é comum encontrar nos livros didáticos, e apesar da leitura sem nenhum aproveitamento, ainda são submetidos muitas vezes a responderem os exercícios sem que haja uma interação produtiva da aula. Precisamos saber reconhecer que “não se aprende por exercícios, mas por práticas significativas” (GERALDI et al., 2011, p. 36).

Em muitos casos, fazendo referência à alfabetização, comumente os professores trabalham com contos, em que muitas vezes, apenas é retirada a moral da história, quando se possui muitas possibilidades para trabalhar com um texto que contribua para o desenvolvimento do aluno nos conhecimentos linguísticos, para que assim, possa favorecer nas competências adequadas para cada etapa, sem pular saberes, evitando futuras consequências, como o baixo domínio.

Nisso, é importante saber ao se trabalhar com textos em sala de aula que as leituras não ocorram de forma isoladas, sem sentido, mas que nelas sejam atribuídos significados, de modo que os alunos aprendam a ler de fato. Que saibam assim interpretar, a reconhecer como se escreve corretamente as palavras, como acentuá-las, desenvolvendo assim um domínio. Neste caso, trata-se de não apenas aprender a ler o que está escrito, mas a partir de uma boa leitura, o aluno desenvolva competências fundamentais sobre estes aspectos, não sendo assim uma forma de decodificação das regras, mas que a partir da leitura o aluno possa apreendê-las.

Nisso, como nos diz Bagno (2001, p. 59):

Também não quer dizer simplesmente levar o aluno a conhecer todas as regras padronizadas, a familiarizar-se com elas, para saber aplicá-las com precisão e adequação. É muito mais que isso. Sou a favor de um ensino crítico da norma-padrão. E para compreender essa crítica, é necessário despejar sobre o pano de fundo homogêneo da norma-padrão clássica a heterogeneidade da língua realmente usada. Para isso, a escola deve dar espaço ao maior número possível de manifestações linguísticas, concretizadas no maior número possível de gêneros textuais e de variedades de língua: rurais, urbanas, orais, escritas, formais, informais, cultas, não cultas etc.

Por este contexto, então, na formação da escrita devem se considerar as variações linguísticas, não sendo julgadas como um falar ou escrever errado é preciso saber diferenciá-las quanto às situações de uso. Nisso, Ferreiro (2011, p. 28) nos diz que durante as primeiras etapas da alfabetização não se deve corrigir as crianças ortograficamente, para que não

confunda as mesmas, levando a desprezar as variações linguísticas. Por isso, é importante sermos objetivos no ensino em questão das variações, do que é certo e o que é diferente, e não errado.

Em questão dos recursos utilizados em sala de aula, muitos professores infelizmente se apegam muito ainda aos materiais didáticos da escola e muitas vezes seguem o projeto da instituição à risca, sem utilizar nenhuma criatividade ou metodologia que possa de fato favorecer o aprendizado dos alunos, e nisso implica também na formação de bons leitores e escritores.

Frequentemente, pesquisadores são chamados para falar a professores, na esperança de que aqueles apresentem um programa de ensino que funcione. Em certas circunstâncias, espera-se que tal programa funcione sem qualquer outra mudança na escola e nos professores. Espera-se que os especialistas tragam propostas “práticas” (GERALDI, et al. 2011, p. 32).

Com isso, muitos professores buscam a solução dos problemas da instituição na maioria das vezes, sem ao menos analisarem o contexto, que se trata da sua auto avaliação, tanto dos professores como da instituição como um todo, em verificar como está sendo sua prática, o que espera que os alunos aprendam qual o desempenho e realidade dos estudantes e quais os objetivos da instituição e assim verificando por uma forma coletiva, os resultados diante das práticas, e em cima disso, buscar formas solucionadoras. Afinal, para que uma escola atinja resultados ideais, necessita principalmente do comprometimento dos envolvidos na educação dos alunos e de se permitirem se avaliarem e em vista disso, buscarem melhores condições de ensino.

Neste sentido, Geraldi et al. (2011, p. 32) diz que é preciso reconhecer o fracasso da escola, quando são diagnosticadas as fragilidades nos alunos em questão da escrita e na oralidade, é preciso analisar como está sendo o ensino da língua portuguesa, de que a culpa não é somente do aluno que não ler, e muito menos só do professor, o trabalho na educação deve ser feito pensando sempre em buscar melhorias e não buscando culpados, desta forma, trabalhando coletivamente entre professores, gestão, membros da escola, comunidade e pais. Sendo isto não somente mais um discurso, mas que possa ser realidade através de nossa iniciativa.

Em vista disso, as dificuldades na escrita e leitura, especificamente na produção textual e interpretação, no entanto, é uma realidade muito perceptível em muitos estudantes em nosso país, pois nunca escrevemos tão errado e se interpretou tão mal, e isso nos faz

questionarmos bastante, por que temos tanta dificuldade na nossa língua materna, sendo que estudamos tanto tempo sobre, e que muitas pessoas ao terminarem os estudos ainda apresentam tais dificuldades? Fator este que atrapalha tanto no momento em que muitos que possuem esta falta de domínio sentem ao ter que fazer alguma prova para uma seleção de emprego ou até mesmo para ingressar numa faculdade, que neste caso, quando iniciam a vida acadêmica se deparam com o insucesso, pois nesta realidade apresenta-se muita complexidade nas avaliações e produções textuais.

Nisso, podemos perceber que:

Dominar o sistema de escrita do português do Brasil não é uma tarefa tão simples: trata-se de um processo de construção de habilidades e capacidades de análise e de transcodificação linguística. Um dos fatos que frequentemente se esquece é que estamos tratando de uma nova forma ou modo (gráfico) de representar o português do Brasil, ou seja, estamos tratando de uma língua com suas variedades de fala regionais, sociais, com seus alofones, e não de fonemas neutralizados e despidos de sua vida na língua falada local. De certa maneira, é o alfabeto que neutraliza essas variações na escrita (BRASIL, 2017, p. 88).

É muito perceptível o quanto ainda inexistem discursos acerca de buscar soluções diante desta realidade que parece muitas vezes definida como algo comum diante dos olhares de muitos, como se fosse um problema dos próprios alunos e não do modo de ensino. Nisso, muitas vezes ocorre de determinar que os alunos possam ter problemas no desenvolvimento intelectual e colocando-os em um atendimento especializado, pois como afirma Ferreira (2011, p. 14),

[...] trata-se a criança como se ela levasse consigo a causa de seu próprio transtorno. A instituição escolar fica livre de responsabilidade. Algo deve haver na própria criança que a leva a fracassar. E, como o fracasso escolar inicial não se distribui democraticamente pelo conjunto da população, pois se concentra nas crianças carentes das regiões pobres, é quase imediato passar para uma visão “patologizante” e considerar essas crianças como portadores de uma patologia individual (imaturidade, falta de coordenação visomotora, falta de discriminação visual ou auditiva etc.) ou de uma “patologia social” (falta de estímulo no lar, deficiências linguísticas e culturais etc.). Por mais precauções que se tome a respeito, não conheço casos onde o encaminhamento dessas crianças a um sistema de educação especial não cumpra uma função discriminatória.

Podemos dizer que isso ocorre porque muitas vezes as escolas não querem admitir seu fracasso ou até mesmo os professores não se permitem fazer avaliações da sua própria prática educativa em prol do diagnóstico de falhas que pode ocasionar tais problemas nos alunos.

Além disso, devemos considerar que a prática pedagógica não funciona sozinha, mas sim, a partir de um conjunto de pessoas empenhadas a fazer acontecer um objetivo.

Portanto, para se obter uma resposta clara para as causas deste problema não é tão fácil, existem diversos fatores que podem contribuir para tais fragilidades, como a prática do professor, objetivos da escola, alunos e a realidade, cabendo assim, buscarmos maneiras de mudar esta realidade e fazer a diferença proporcionando um ensino interdisciplinar acerca da leitura.

4 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA

Sabemos que a leitura e a escrita possuem suma importância para nossas atividades do dia a dia bem como para o nosso desenvolvimento intelectual. Em vista disso, desde cedo somos inseridos na educação escolar, para que possamos aprender tais habilidades essenciais. E, é nos anos iniciais do ensino fundamental que somos instruídos acerca da aprendizagem da leitura e escrita, pois por mais que,

desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua (BRASIL, 2017, p. 87).

Uma nova fase está se iniciando, e a criança já começa a perceber que não apenas trata de somente pintar, desenhar ou brincar, é um momento em que aos poucos são instruídos para novos saberes. É uma fase que pode provocar muitos estranhamentos e confusões psicológicas, pois além da escrita e leitura nos próximos anos, as operações matemáticas também estarão envolvidas neste processo de aprendizagem.

A alfabetização é processo árduo, que requer muita responsabilidade, técnica e didática do docente. É uma etapa em que muitos professores sentem dificuldades, pois em

meio a um método de ensino, existem os diferentes níveis de aprendizagem num mesmo espaço para que possa ser atingido o mesmo objetivo: alfabetizar todas as crianças da classe.

Alfabetizar trata-se de uma etapa em que requer muita atenção dos professores, pois devem observar o processo de aprendizagem dos alunos, de modo a verificar os avanços e as dificuldades. Torna-se um processo desafiador muitas vezes, pois algumas crianças podem aprender mais rápido do que as outras, e muitas podem sentir dificuldades de aprendizagem ocasionadas por diversos fatores existentes.

Quando os alunos chegam à etapa da alfabetização podem perceber as diferenças e as obrigações referentes às atividades, pois estão sendo incorporados em um novo patamar de sua vida escolar, que o processo de aquisição da leitura e escrita. Porém, antes destes processos escolares, e até mesmo da educação infantil, não quer dizer que as crianças chegaram totalmente leigas acerca do que é ler ou escrever, pois antes mesmo de frequentarem a escola, já tenham presenciado através dos familiares tais atos, mesmo que imperceptível, pois,

Um adulto realiza cotidianamente uma série de atos de leitura diante da criança, sem transmitir-lhe explicitamente sua significação. Assim, por exemplo, um adulto busca informação no escrito, não somente quando lê o jornal ou quando lê um livro, mas também quando lê placas indicadores da cidade para se orientar, uma bula de remédio para saber a maneira de cumprir as indicações, ou o cardápio de um restaurante antes de se decidir sobre o que vai comer, lê revistas informativas antes de escolher um programa de TV, etc. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1999, p. 165)

Nisso, as crianças já vivenciam práticas de leitura e escrita antes de chegar à escola sem antes mesmo delas aprenderem, pois observam seus pares e a partir disso tende a levar elas a compreender o sentido de tais práticas, através do que está em sua volta no seu dia a dia.

Por outro lado, as aprendizagens acerca do letramento na escola acontecem de forma processual, com diversos exercícios e treinamentos de escrita e leitura. Para isso existem vários métodos de alfabetização, nisso, várias formas de ensino. E, neste meio,

Quando se analisa a literatura sobre a aprendizagem da língua escrita, encontramos, basicamente, dois tipos de trabalhos: os dedicados a difundir tal ou qual metodologia como sendo a solução para todos os problemas, e os trabalhos dedicados a estabelecer a lista das capacidades ou das aptidões necessárias envolvidas nessa aprendizagem (FERREIRO e TEBEROSKY, 1999, p. 28).

A cada ano escolar os alunos são instruídos a novos saberes, assim cada ano compreende por uma nova capacidade a ser desenvolvida e nisso, novas habilidades são aprendidas, neste caso, cada estágio dessa fase torna-se mais complexa.

O processo de aquisição da leitura e escrita envolve diversos fatores, nisso, várias discussões surgem acerca de qual melhor forma de ensino possibilita uma aprendizagem eficiente, e como afirmam Ferreiro e Teberosky (1999, p. 21):

Tradicionalmente, conforme uma perspectiva pedagógica, o problema da aprendizagem da leitura e escrita tem sido exposto como uma questão de métodos. A preocupação dos educadores tem-se voltado para a busca de “melhor” ou “mais eficaz” deles, levantando-se, assim, uma polêmica em torno de dois tipos fundamentais: métodos *sintéticos*, que partem de elementos menores que a palavra, e métodos *analíticos*, que partem da palavra ou de unidades maiores. Em defesa das respectivas virtudes de um e de outro, originou-se uma discussão registrada em extensa literatura; literatura que tanto faz referência ao aspecto metodológico em si como aos processos psicológicos subjacentes.

Com isso, tomamos por hipótese de que a raiz do problema pode estar nos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, na alfabetização através dos métodos sintético¹ e analítico² que podemos dizer que se tratam de formas tradicionais de ensino. Tais modelos são bastante criticados hoje na alfabetização, por se tratar por muitos de uma forma isolada e sem sentidos da iniciação da escrita e leitura, pois ao se trabalhar com palavras e frases, muito se percebe uma grande falta de associar estas quanto seu uso no texto. Ao contrário perdem tempo na maioria das vezes tentando fazer com que os alunos compreendam, por exemplo, as regras gramaticais, a definição de sinônimos, encontros vocálicos, isso produz um ensino solto, sem nenhuma aplicação prática destes conteúdos. Porém:

Existe uma convicção generalizada de que as metodologias tradicionais alfabetizam. E essa convicção parece estar correta, quando examinados dados estatísticos de evolução da população alfabetizada no mundo. A parcela de nações que obteve êxito na generalização da alfabetização coincide com o grupo dos países desenvolvidos. Para esses países – alguns com mais de cem anos de tradição escolar –, da democratização escolar derivou o desaparecimento quase total do analfabetismo, não configurando, porém, o aparecimento do leitor (BARBOSA, 1994, p. 24).

Neste caso, podemos argumentar de que não se refere a forma como é a metodologia, mas como se é aplicada na prática. Nisso, o método em si não é suficiente, é preciso ter domínio da metodologia, saber como conduzi-la para a eficácia, para que todos possam

¹ Método sintético – O caminho sintético tem seu ponto de partida no estudo dos elementos da língua – letra, fonema, sílaba. E considera o processo da leitura como um esquema somatório: pela soma dos elementos mínimos – o fonema ou a sílaba –, o aprendiz aprende a palavra.

² Método analítico – parte dos elementos de significação da língua – palavra, frase, conto. E por uma operação de análise, a palavra é segmentada em seus elementos mínimos: o fonema ou a sílaba (BARBOSA, p. 46).

compreender a sua maneira. Por isso, prezamos por um ensino que possibilite mais significados e sentidos, ou seja, que o aluno possa usufruir dos conhecimentos aprendidos no seu dia a dia e ressignifica-los, usar a favor do seu desenvolvimento, caso contrário, continuará não atrativo e desestimulante, e diante disso,

Com enormes dificuldades de leitura, o aluno se vê frustrado no seu esforço de estudar outras disciplinas e, quase sempre, “deixa” a escola com a quase inabalável certeza de que é incapaz, de que é linguisticamente deficiente, inferior, não podendo, portanto, tomar a palavra ou ter voz para fazer valer seus direitos, para participar ativa e criticamente daquilo que acontece à sua volta. Naturalmente, como tantos outros, vai ficar à margem do entendimento e das decisões de construção da sociedade (ANTUNES, 2003, p. 20).

Isso vale também para a escrita, principalmente, pois é através disso em que o aluno irá ser mais avaliado diante da escola bem como da sociedade, para avaliar suas competências e conhecimentos, que para isso, para ter bons resultados necessita ser um bom leitor.

E, diante disso, surge uma reflexão do que seria um bom leitor, evidentemente aquele que não apenas ler tudo, ou fanático por livros, mas que a partir da leitura saiba utilizar os conhecimentos ao seu favor. É preciso que se tenha gosto pela leitura e do aprender através desta prática. Esta é uma realidade que muitos desejam para os estudantes do ensino básico e público, que possam se formar através de um ensino digno, que se tornem bons leitores e escritores, com entusiasmo pelo aprender.

Mas em vista do que muito podemos observar, tais práticas de leitura e escrita no ensino brasileiro, parecem nada contribuir para esta realidade que desejamos que aqui se discute, sendo mais que mero devaneio, pois como critica ANTUNES (2003, p. 25), fazendo referência ao ensino da escrita ela constata que:

- um processo de aquisição da escrita que ignora a interferência decisiva do sujeito aprendiz, na construção e na testagem de suas hipóteses de representação gráfica da língua;
- a prática de uma escrita mecânica e periférica, centrada, inicialmente, nas habilidades motoras de produzir sinais gráficos e, mais adiante, na memorização pura e simples de regras ortográficas: para muita gente, não saber escrever ainda equivale a escrever com erros de ortografia;
- a prática de uma escrita que se limita a oportunidades de exercitar aspectos não relevantes da língua, nessa altura do processo de apreensão da escrita, como, por exemplo, a fixação nos exercícios de separação de sílabas, de reconhecimento de dígrafos, encontros vocálicos e consonantais e outros inteiramente adíaveis;
- a prática, enfim, de uma escrita improvisada, sem planejamento e sem revisão, na qual o que conta é, prioritariamente, a tarefa de realizá-la, não importa “o que se diga” e o “como se faz”. (É a “língua da escola”, como observou um menino sabido!).

E, referente ao ensino da leitura, a autora também tem suas críticas que condizem com a realidade de muitas escolas do nosso país, pois muitas vezes trata-se de:

- uma atividade de leitura centrada nas habilidades mecânicas de decodificação da escrita [...]
- uma atividade de leitura sem interesse, sem função, pois aparece inteiramente desvinculada dos diferentes usos sociais que se faz da leitura atualmente;
- uma atividade de leitura puramente escolar, sem gosto, sem prazer, convertida em momento de treino, de avaliação ou em oportunidade para futuras “cobranças”; leitura que é, assim, reduzida a momentos de exercício, sejam aquelas da “leitura em voz alta” realizados, quase sempre, com interesses avaliativos, sejam aqueles que têm de culminar com a elaboração das conhecidas “fichas de leitura”;
- uma atividade incapaz de suscitar no aluno a compreensão das múltiplas funções sociais da leitura (muitas vezes, o que se lê na escola não coincide com o que se precisa ler fora dela); (ANTUNES, 2003, p. 27 - 28).

Assim, podemos depreender que este é um retrato do que acontece por muitos anos na maioria das escolas, práticas estas que podem ser fatores que acarretam o baixo domínio de vários estudantes tanto na alfabetização quanto ao ensino da língua portuguesa nos anos seguintes. Tomamos isso por métodos tradicionais, constituídos de um ensino mecanizado, que não se propõe levar o aluno a reflexão sobre sua realidade e de associar a esta, como também proporcionar que desenvolvam um conhecimento amplo acerca da aprendizagem que está posto a ele.

Ao refletirmos acerca das críticas supracitadas, os fatores mais observados ao se prezar por um ensino que consideramos eficiente, aquele que pode realmente contribuir para uma aprendizagem significativa, isto é, em que se faça presente em toda sua vida, possui vários obstáculos para que seja alcançado tal ensino, como: práticas pedagógicas realizadas muitas vezes de forma isoladas e sem sentidos, ocorrendo de um modo em que os alunos não consigam compreender o porquê de estarem aprendendo determinado conteúdo ou de não possibilitar ao aluno fazer uma associação dos conceitos no exercício de suas práticas na sociedade.

Neste sentido, o processo de ensino-aprendizagem a partir de práticas tradicionais torna-se obstáculo que impede de termos um ensino básico público de qualidade, (por q ocasiona um ensino mecanizado) que venha contribuir para a formação de pessoas eficientes na leitura e escrita. Acontece que, ainda existe uma grande falta de compromisso e de profissionais que estejam dispostos a enfrentar os desafios da educação para proporcionar um bom ensino.

Talvez a ideia do que seja uma boa educação também nos parece equivocada. Há um pensamento de que muitas vezes somente com boa estrutura e bons materiais, isso pode proporcionar um ensino excelente, mas um professor que realmente saiba usar seus conhecimentos pedagógicos saberá que não precisará de muito para proporcionar um ensino significativo para seus alunos, pois através de uma boa didática até debaixo de uma árvore torna-se um local rico de aprendizagem. Precisamos que a situação atual da educação seja repensada. É preciso não se deixar reproduzir estas práticas que pouco contribuem para a formação de uma sociedade assertiva e consciente. E, nisso, segundo Bagno (2001, p. 58):

[...] em vez de re-pe-tir a escola deve levar o aluno a re-fle-tir sobre as informações que está recebendo aqui dentro e lá fora. Parar de aceitar passivamente o pacote de verdades tradicionais e passar a *refletir* sobre elas, a questiona-las, a critica-las a duvidar inclusive, se for o caso, de sua veracidade. Assim teremos base também para descartar as noções tradicionais e substituí-las por novas informações, mais próximas do real.

É necessário que as escolas reflitam acerca das práticas de ensino que se tem em suas instituições, de se permitirem se avaliarem e diagnosticarem possíveis falhas para então buscar soluções. Porém, diante disso, o ensino no Brasil por muito tempo resiste a mudanças e conseqüentemente surgem inseguranças sobre novas formas de ensino. Nisso, muitos reproduzem as formas de ensino, se acomodam e conseqüentemente cada vez mais este problema vai se tornando comum, por falta de iniciativas que estejam realmente dispostas para tomar atitudes cabíveis acerca das mudanças no ensino.

4.1 O PROBLEMA DO BAIXO DOMÍNIO NA LEITURA E NA ESCRITA: ANÁLISE DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

É fácil falarmos que precisa que as escolas reflitam e repensem novos métodos, mas, sabemos que nem todos possuem esta preocupação. Muitos profissionais da educação podem objetivar fielmente um bom ensino, buscarem inovações e o bem-estar de sua instituição, mas outros podem não ter o mesmo pensamento, sendo estes mais acomodados ou sem esperanças de que poderá existir um ensino de qualidade. Porém, o profissional que assim se comporta, mal o sabe que, para que ocorra uma boa educação, depende dele, de sua contribuição juntamente com os demais para fazer a diferença no ensino e não um milagre que surgirá.

Enquanto poucas soluções aparecem, alguns professores argumentam que as dificuldades pela falta de domínio da escrita ou leitura estão relacionadas a problemas psicológicos, como sobredito. Em outros casos, associa-se à vivência social da criança como

fator da dificuldade de aprendizagem, o que envolve alunos de vulnerabilidade social ou que possuam problemas familiares. Tomamos isso como umas das hipóteses do baixo desempenho escolar ou em específico, da leitura e escrita, pois isso acaba por afetar muito o psicológico da criança. No entanto, não se pode afirmar que todos os alunos que demonstram dificuldade com a produção textual e a interpretação estão relacionados a esses fatores, tendo em vista de que são muitos alunos e há mais outros aspectos para se analisar em frente a este problema.

Muitos são os que possuem dificuldades, não sendo difícil encontrar, temos que focar que isso se trata de uma realidade e que precisa ser discutida de modo a buscar algo para além das soluções, ou seja, executá-las. É um problema que provavelmente se cria nos anos iniciais e que pode se agravar nos anos seguintes, e quando esta fase passa, sentimos o peso quando precisamos demonstrar domínio em processos de avaliação, seja para um emprego ou até mesmo para um vestibular. Diante disso, em questão dos anos iniciais e anteriormente a esta etapa:

Algumas crianças, antes de entrar para o 1º ano, têm contato com muitos textos que lhes são lidos, veem livros, revistas e jornais no seu dia a dia. Porém, outras não têm livros, nem revistas, nem jornais em casa e começam a se familiarizar com livros somente na escola, onde se defrontam com alguns, entre eles a cartilha ou o livro de histórias pedido pelo professor. Passam nove anos na escola de ensino fundamental e a bagagem de leitura é mínima. Sua formação foi um absoluto fracasso! (CAGLIARI, 2009, p. 154).

Neste contexto, a leitura tem fundamental importância em nossa formação para a vida, pois sem estas habilidades somos mais um ser, limitado ao senso comum e fechados ao diálogo e calados diante de vários ataques contra a democracia e direitos do cidadão que percebemos nesta sociedade atual.

Ensinar está imbuído de propósitos, uma dela, com certeza, é a aprendizagem, e a partir disso, o aluno possui autonomia para o que fazer com seu conhecimento adquirido, muitos desejam o aprender sempre mais, outros, para obter alguma posição na sociedade, seja um trabalho ou conseguir um curso superior. Em meio a esses desempenhos, pontuamos o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que se refere a uma prova em que avalia os conhecimentos dos participantes nas áreas estudadas durante o ensino médio e sobre assuntos da atualidade para o ingresso no ensino superior. Se o aluno obtiver uma boa média, fica em boas colocações e assim possui chances para conseguir o curso que deseja.

Diante disso, em meio a toda uma concorrência e a necessidade de aprender conteúdos a serem estudados, existe o temor, pois, esta avaliação é considerada por muitos uma prova complexa, em que envolve muitos assuntos, questões longas, muitos textos, e principalmente, a redação. São pontos estes em que, para quem não possui muito domínio, sente muitas dificuldades, especificadamente na área da língua portuguesa. Para se responder aos questionários requer uma boa interpretação e para a redação, necessita que o candidato saiba dominar bem a escrita, afinal, um dos critérios de avaliação é que se faça um texto claro, objetivo, coeso e coerente, e principalmente sem erros ortográficos. O candidato que menos apresentar estes critérios, menos pontos conseguirá.

Assim, percebe-se que mesmo que o participante domine a matemática, ainda assim necessita dos conhecimentos da língua portuguesa, neste caso, da interpretação, para entender as questões relacionadas a esta área, e, portanto, compreender com clareza o que se pede para não correr o risco de errar. Aqui se destaca a relevância deste saber, de que o aprendizado da língua portuguesa não se restringe apenas na sua área, pois a partir deste saber é fundamental para a compreensão e aquisição de outros saberes.

Através deste contexto, surge uma reflexão: estudamos tanto tempo a língua portuguesa durante todos os anos escolares e mesmo assim, muitos concluem com dificuldades de escrita e leitura que não deveriam existir, pois o processo do ensino fundamental é longo, uma etapa em que devem ser desenvolvidas capacidades e competências para então obter domínios acerca da leitura e escrita, como está previsto na LDBEN 9394, de 1996, ao dizer no art. 32, que:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; (BRASIL, 1996).

Neste caso, percebe-se que existe muito descuido e falta de compromisso para o desenvolvimento destas competências, mais uma prova de que é uma realidade que apenas existe no papel, pouco observada, pouco discutida e que poucos reagem para que se exista um ensino que de fato, seja de qualidade. Por outro lado, que os professores não foquem em desenvolver estas habilidades apenas porque pede a legislação, mas sim, pois se trata de habilidades fundamentais para o desenvolvimento em sociedade.

Entende-se assim, que, a partir da LDB de 1996, o ensino fundamental é a etapa em que os alunos devem desenvolver domínios com a língua portuguesa, aprende-se sobre sua língua materna. No entanto, se não aprende nesta etapa, dificilmente aprenderão nas próximas, que se trata do ensino médio, em que existem outras competências para serem desenvolvidas, mas, requer muito o domínio das anteriores. Nisso, por suposição, professores desta fase, podem ter atitude de simplesmente ignorar estas dificuldades e o aluno de alguma forma aprender, ou outra, ter que ensiná-lo.

Diante desta realidade, podemos encontrar ainda muitas análises em busca de justificar esse aspecto através do comportamento dos alunos e seu contexto social, porém, não podemos dizer que todos os alunos vivem em situação de vulnerabilidade ou que não possuem pais presentes na educação. Precisamos dar mais ênfase ao problema das práticas pedagógicas e comprometimento do professor como um fator desse contexto problemático, pois a forma como ocorre a prática docente é que resultará em grande parte do desempenho do aluno, começando pela motivação dos alunos pelos estudos, para isso necessita que se tenha um docente comprometido e persistente com a educação. Não falando de romantizar a educação, mas que seja um professor que acredite na sua capacidade e na dos seus alunos, reconhecendo a importância e a responsabilidade do seu trabalho para o futuro das gerações.

Por outro olhar, pode-se perceber que este problema não surge apenas nos anos finais do ensino fundamental e médio, ele já está presente desde os anos iniciais quando muitas crianças com idade de já estarem alfabetizadas ainda não aprenderam a ler e a escrever. Algo que nos comprova isto, foi o surgimento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, programa este, criado pelo governo federal em 2012, com o propósito de que todas as crianças até os oito anos de idade devem estar alfabetizadas. Em vista disso, tomando por hipótese, podemos perceber que anterior ao surgimento deste programa, já havia uma preocupação, e isso pode nos mostrar que muitas crianças com idades avançadas não sabiam ler ou escrever, fato que tornou preocupante em que ocasionou a criação de um programa. Por estas razões nos leva a crê, que, muitas crianças com idades superiores ainda não sabiam ler e escrever.

A partir do surgimento deste programa, podemos observar a existência de uma fragilidade no ensino brasileiro desde os anos iniciais, pois foi criado através da percepção que muitas crianças não estavam sendo alfabetizadas no tempo ideal. Isso nos permite compreender também que, anteriormente à criação do PNAIC, conseqüentemente as crianças

eram avançadas para os anos seguintes sem ainda estarem alfabetizadas, pois nos três primeiros anos não são permitidas reprovações, pois se tratam de um único ciclo de aprendizagem. Isso pode afetar o desempenho nos próximos anos, pois como já dito, cada ano possui diferentes competências, e assim a criança tende a se frustrar diante de outros conteúdos mais complexos, sem ter desenvolvido as competências anteriores.

Com isso, o problema pode se tornar uma “bola de neve”, pois as crianças avançam sem o desenvolvimento fundamental, surgem as dificuldades, que poderão se tornar maiores nos próximos anos, pois a criança passou por uma formação que não foi completa, houve quebras, ou seja, não houve eficiência do ensino para desenvolver as competências necessárias. Nisso, podemos notar claramente as falhas que o sistema educacional possui, deixando que crianças avancem sem estarem alfabetizadas.

Talvez isso indique motivos pelos quais muitas pessoas possuem baixo domínio na escrita e leitura, o que compromete a produção textual e a interpretação futuramente, pois algo não foi concluído. É como se passássemos para outra etapa, sem desenvolver bem os conhecimentos fundamentais anteriores. Nisso, pode-se dizer, que também dificulta o trabalho dos professores, por ter que lidar com essa diferença na sala de aula, alunos que estão avançados e outros que ainda não desenvolveram as habilidades, assim tendo que dividir seu planejamento, para os que já sabem ler e para os que não sabem ainda.

Neste contexto, surgem as salas de progressão continuada, com o propósito de evitar as repetências e a evasão dos estudantes, pois os alunos que apresentam baixo rendimento são incluídos nestas classes de modo a recuperarem o desempenho esperado, ou seja, alunos que demonstraram desempenho insatisfatório são direcionados a ter um acompanhamento nestas salas de forma que possam avançar e não correr o risco de repetirem o ano. Podemos ver que se trata basicamente de um reforço, momento este em que os conteúdos são reforçados e os alunos possam desenvolver as competências necessárias, de forma satisfatória, não prejudicando seu tempo escolar e o desempenho para os próximos anos.

As salas de progressão continuada não são recentes, embora nos dias atuais apresentem-se com mais frequência, mas este tipo de turma já vem previsto desde a década de 90, através da LDB 9394/96, em que estabelece no:

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação

do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 1996).

Neste caso, de modo a evitar os atrasos, ou seja, as repetências dos alunos criaram-se então estas turmas. Por uma análise superficial destas salas, é possível notar uma boa solução acerca das dificuldades dos alunos, pois pode-se pensar que os mesmos não terão prejuízos e conseguirão superar o tempo perdido e assim compreender os conteúdos em que apresentam baixo desempenho, porém, seria fácil pensar se realmente tudo funcionasse como deveria, pois, como no ensino existem falhas, quem garante que este processo ocorrerá com qualidade para estes alunos, atendendo de forma satisfatória. Esta é uma questão que abrange a organização da escola acerca deste ensino, no sentido de ela possuir estratégias, currículos e metodologias apropriadas e principalmente professores comprometidos com o ensino e a aprendizagem. Percebemos de forma mais visível o intuito de evitar as repetências dos alunos, mas não como um propósito inicial de ajudar os alunos, pois como evidencia Vercesi (2014, p. 2-3):

A partir da LDB em 1996, e da implantação dos nove anos para o Ensino Fundamental, as Secretarias de Educação implementaram a progressão continuada em modalidade de ciclos, o que possibilitou a superação da reprovação nos anos iniciais; porém, o que se evidenciou nessa passagem foi o risco de não tornar prioridade a aprendizagem completa que alcance o êxito escolar dos alunos. Outro ponto relevante nessa adoção da modalidade de ciclos pelas Secretarias Educação é a de que a repetência para os órgãos governamentais significa uma oneração aos cofres públicos, por ter que custear um número alto de estudantes que levavam de dois a cinco anos a mais para completar, ou não, o ensino fundamental.

O que de início nos parecia uma solução muito bem intencionada, percebemos a estratégia do governo de diminuir gastos na educação, evitando as repetências. Porém, não se pode descartar o lado positivo de estas turmas existirem, pois apesar deste intuito, elas cumprem algum papel e objetivos em favor dos estudantes, de modo que a aprendizagem seja priorizada, para que se evite que estas salas caiam no temor de tornarem-se multiplicadoras de defasagens ou que sejam apenas objetos de promoção escolar.

Além do que é recomendado através dos programas do governo, temos o Plano Nacional de Educação³ que reforça que os estudantes concluam o ensino fundamental na idade certa, ao evidenciar na meta 2:

Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos

³ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. MEC. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> acesso em: 20 set. 2019.

concluem essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE (PNE, 2014, p. 33).

Neste caso, esta meta tem o objetivo de ser alcançada dentre dez anos, ou seja, de 2014, a 2024, estando ainda vigência, em que as instituições devem trabalhar. Porém, não avançando os alunos apenas para obedecer a um sistema, fechando os olhos para os problemas e impossibilitando que os alunos possam se desenvolver e torna-se grandes pensadores e críticos, mas que estes alunos avancem possuindo um aprendizado satisfatório, permitindo a eles o que tem por direito, uma educação de qualidade para todos, sem exceção, de forma a possibilitar o exercício de sua cidadania.

Em vista disso, sabemos que as crianças não aprendem de forma igual, elas aprendem de forma diferente, não sendo no mesmo nível, pois temos experiências e vivências que nos constrói com diferentes concepções e perspectiva sobre a realidade. Tanto na sala de progressão como em qualquer outra classe escolar difícil encontrarmos que os alunos possuam as mesmas dificuldades, afinal, alguns podem não ter um bom desempenho em matemática e outros em português, por exemplo. O mesmo vale para a forma como aprendem.

Acerca destas desigualdades de aprendizagens e dificuldades, muitos pesquisadores estudaram e estudam em busca de compreender como se dá nossa capacidade de desenvolvimento e aprendizagem. Muitos desses estudos se voltam em análises comportamentais e cognitivos. Na Pedagogia, temos dois grandes nomes conhecidos por suas teorias sobre desenvolvimento humano ao que se refere à cognição, que são: Piaget e Vigotsky. Por uma análise, começando por Piaget, seus estudos nos leva a compreender que a criança se desenvolve e aprende a partir de sua interação com o meio social, reconhecendo que os processos cognitivos se dão a partir do desenvolvimento biológico do sujeito. Assim, este processo é chamado de: construtivismo, e,

Piaget explica esta interação valendo-se dos conceitos de assimilação, acomodação e adaptação, termos tomados da Biologia. A assimilação é a incorporação de um novo objeto ou ideia ao que já é conhecido, ou seja, implica na transformação que o organismo sofre para poder lidar com o ambiente. Assim, diante de um objeto novo ou de uma ideia, a criança modifica seus esquemas adquiridos anteriormente, tentando adaptar-se à nova situação (GOULART, 2003, p. 14-15).

Desse ponto de vista, o aluno aprende a partir da interação com o ambiente, em um momento em que ele não aprende de forma mecanizada, mas se reinventa, recria, cria e ressignifica seu aprendizado “A criança é, pois, o próprio agente de seu desenvolvimento;” (GOULART, 1983, p. 15). Com isso, a partir do conhecimento aprendido, o aluno reconstrói ao seu modo. E, em vista disso:

De acordo com Vygotsky, o desenvolvimento e a aprendizagem estão inter-relacionados desde o nascimento da criança. [...] desde muito pequenas, através da interação com o meio físico e social, as crianças realizam uma série de aprendizados. No seu cotidiano, observando, experimentando, imitando e recebendo instruções das pessoas mais experientes de sua cultura, aprende a fazer perguntas e também a obter respostas para uma série de questões. Como membro de um grupo sócio-cultural determinado, ela vivencia um conjunto de experiências e opera sobre todo o material cultural (conceitos, valores, ideias, objetos concretos, concepção de mundo etc.) a que tem acesso. Deste modo, muito antes de entrar na escola, já construiu uma série de conhecimentos do mundo que a cerca. Por exemplo, antes de estudar matemática na escola, a criança já teve experiências com quantidades e, portanto, já lidou com noções matemáticas. No entanto, ao ingressar na escola, um outro tipo de conhecimento se processa (REGO, 2011, p.76-77).

Tomando estes conceitos muito pertinentes para a pedagogia, percebemos, portanto, o quão complexo é o processo de ensino–aprendizagem, em que temos que saber lidar com diferentes formas de pensamento e desenvolvimento dos alunos. Duas teorias que se divergem, mas que se podem encontrar as duas nas salas de aulas, dois modos em que os alunos absorvem o conhecimento tanto fora como dentro da escola.

Com isso, a partir destas concepções entendemos como os alunos constroem seus conhecimentos, sendo isso muito relevante para o educador, pois:

uma aprendizagem compreensiva requer que o professor conheça o processo de pensamento do aprendiz, apresente problemas que lhe pareçam interessantes para os quais ele possa oferecer resposta. Isto significa, em outras palavras, que professor precisa sondar o nível de desenvolvimento da criança antes de planejar o ensino (GOULART, 2003, p. 20).

Neste caso, o docente precisa compreender como se dá este processo de aprendizagem nos alunos, de modo que reconheça quais estratégias irá utilizar. Nisso, percebemos que não basta apenas dominar os conteúdos, mas também compreender o processo de desenvolvimento dos alunos bem como o de aprendizagem. Entender isto possui suma importância também, em questão principalmente de se buscar soluções para as dificuldades dos alunos, e as teorias pode propiciar ao docente fazer análises e reflexões acerca da prática que se está fazendo. Em vista disso, e em concordância com Barbosa (1994, p. 139):

Acreditamos que o professor não pode e não deve confiar em uma metodologia especial, milagrosa, mas na sua experiência, fundamentada por sua competência pedagógica. É ele quem, observando seus alunos, refletindo sobre sua prática e aprofundando seus conhecimentos sobre leitura e aprendizagem, pode compreender e atender às necessidades, às dificuldades e ao interesse de cada criança num dado momento.

Neste sentido, a aprendizagem da leitura e da escrita é um procedimento em que os alunos têm que ser estimulados, propor sentidos no ensino para que assim possam aprender e ressignificar seu conhecimento, podendo assim se reinventar e recriar ao seu modo, construindo outros saberes. Estes são aspectos que contribuí para um desenvolvimento enriquecedor e significativo.

Por esta perspectiva, muitas vezes achamos que é uma ilusão ou que é simples propor um ensino que realmente desperte o aluno para o conhecimento e que o faça adquirir prazer pelo aprender, percebemos que a realidade é árdua, cheia de obstáculos, porém, devemos ser persistentes na busca de um ensino que não precisa de muitos recursos, mas que despertando este gostar, somará de forma muito significativa na vida das pessoas.

Em contrapartida, as instituições educadoras devem proporcionar um ensino em que instigue o aluno ao conhecimento e ir além, e não apenas transmitir um conteúdo como algo estático ou mecânico, mas que a partir da aprendizagem ele possa utilizá-la ao seu modo e gerar novos saberes e indagações, como, de acordo com Bagno (2001, p. 57):

Assim, me parece que a função principal da escola, além de transmitir alguns conhecimentos básicos, instrumentais, é ajudar o estudante a produzir seu próprio conhecimento. A escola tem que fazer o que eu chamo de troca de sílabas. Com essa troca de sílabas pode ser que a escola deixe de ser quadrada, fechada dentro de si mesma, e fechada para o mundo, e se torne dinâmica, uma rede de circulação do saber, saber que circula dentro dela mesma e que também se projeta para fora, gerando frutos que podem ser úteis a toda a sociedade.

Neste contexto, os professores devem saber diagnosticar e avaliar o processo pedagógico, de forma que encontre as dificuldades e as fragilidades, bem como reconhecer os fracassos que podem ocorrer na prática, pois se os alunos não estão tendo um bom desempenho, devem analisar os aspectos que os levam as dificuldades e não simplesmente ignorá-las ou buscar culpados. Nisso, compreendemos a relevância do conhecimento do processo de desenvolvimento e aprendizagem, para que saibamos melhor analisar a prática pedagógica, porém, entender estes fatores requer muito do olhar crítico e soluções favoráveis acerca do baixo domínio dos alunos, pois a relação do desenvolvimento e aprendizagem deve estar ligadas uma na outra, movida de sentidos e construção de conhecimento. E, em vista disso, Vigotsky (1991, p. 53) nos diz que:

Os problemas encontrados na análise psicológica do ensino não podem ser corretamente resolvidos ou mesmo formulados sem nos referirmos à relação entre o aprendizado e o desenvolvimento em crianças em idade escolar. Este ainda é o mais obscuro de todos os problemas básicos necessários à aplicação de teorias do

desenvolvimento da criança aos processos educacionais. E desnecessário dizer que essa falta de clareza teórica não significa que o assunto esteja completamente à margem dos esforços correntes de pesquisa em aprendizado; nenhum dos estudos pode evitar essa questão teórica central. No entanto, a relação entre aprendizado e desenvolvimento permanece, do ponto de vista metodológico, obscura, uma vez que pesquisas concretas sobre o problema dessa relação fundamental incorporaram postulados, premissas e soluções exóticas, teoricamente vagos, não avaliados criticamente e, algumas vezes, internamente contraditórios: disso resultou, obviamente, uma série de erros.

Por essas razões, podemos compreender que, problemas como do baixo domínio na escrita e na leitura, podem ser causas desses fatores, isto é, a desatenção com o processo de aprendizagem e por descuidos não possui um olhar crítico acerca do ensino destas práticas. Podemos notar que pouco existe soluções que realmente possam contribuir para o desenvolvimento intelectual dos alunos, e muitas dessas, não condizem com a realidade de muitas escolas. Nisso, surge o temor de que tais problemas possam estar sendo comuns a ponto de ocorrer uma falta de debates acerca, em busca de resoluções pertinentes que possam amenizar o baixo desempenho. Diante desse contexto, devemos compreender que a relação desenvolvimento e aprendizagem devem andar juntos, ou seja, a criança deve aprender e desenvolver, pois o conhecimento deve levar o aluno ir além, proporcionando diversos saberes e oportunidades.

4.2 PLANEJAMENTO E PRÁTICA DOCENTE: CONTEXTUALIZANDO REALIDADES E ASPECTOS FUNDAMENTAIS PARA A FORMAÇÃO DE BONS LEITORES E ESCRITORES

Falando sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, em busca de compreendê-lo, envolverá também, principalmente, o plano de ensino e a ação docente, ou seja, quais estratégias e metodologias serão aplicadas para a aprendizagem do aluno. Esta preparação são práticas principais na educação e que devem ser tratadas com grande relevância. Para isso, antes de planejar a prática em sala de aula, a prática de toda escola deve ser planejada, como a construção do currículo sobre para que está formando e que tipo de aluno formarão, pois

Planejar uma escola é definir claramente suas metas e seus objetivos educacionais: o que pretende que seus alunos aprendam enquanto conhecimentos, habilidades e atitudes; para que pretende formar seus alunos; que cidadãos quer formar; como vê seu papel nessa formação. Enfim, a escola vai definir sua filosofia de educação e as diretrizes básicas que orientarão sua atividade educativa(MASETTO, 1997, p. 77).

Nisso, todo o planejamento influenciará na forma como se realizará a prática, pois nele estão expostas as ações que se pretende executar. Em vista disso, é possível notar que entre planejamento e prática sempre há questionamentos acerca de como fazer um ensino que atenda as demandas no processo de alfabetização dos alunos de forma satisfatória. Neste caso, questiona-se quais estratégias serão capazes de ofertar um ensino que possibilite um avanço positivo nos alunos. Nisso, o professor se defronta com a diversidade da turma e um objetivo: alfabetiza-las. Pensar em metodologias e estratégias para o ensino aprendizagem requer pensar em um ensino que abranja todos, mesmo com suas dificuldades e singularidades.

Em vista disso, em se referindo ao ensino da leitura e a escrita, toda essa heterogeneidade torna um desafio para a escola como um todo, em formar bons leitores e escritores. A formação de bons leitores e escritores aqui discutidos vai além do que somente saber ler algo com clareza e escrever algo, é ter uma boa interpretação e argumentação crítica sobre o que se está lendo em sua volta, e na escrita ter-se um bom domínio, sem ocorrer dúvidas ou até mesmo erros ortográficos que não deviam existir, pois muito ainda desconhecemos a nossa língua nativa.

Por essa questão, a dificuldade de produzir bons textos e do saber interpretá-los ainda é uma realidade que preocupa muito dos envolvidos na educação brasileira, e não é de hoje que debates sobre a melhoria existem, pois:

Desde o início da década de 80, o ensino da língua portuguesa nas escolas tem sido o centro da discussão acerca da necessidade de melhorar a qualidade da educação no país. No ensino fundamental, o eixo da discussão, no que se refere ao fracasso escolar, tem sido a questão da leitura e da escrita (BRASIL, 1997, p. 19).

Assim, percebe-se que desde muito tempo existem discussões em relação a um ensino eficiente. Atualmente muitos estudantes que estão saindo do ensino fundamental para ingressarem no ensino médio poucos dominam a gramática, e em específico a produção textual e a leitura, sem deixar de falar também nos que partem para o ensino superior apresentando tais dificuldades, o que torna um grande desafio, pois nesta fase da vida utiliza-se bastante das produções e compreensões textuais.

No entanto, estes déficits podem estar relacionados com as práticas no ensino fundamental, pelos mínimos métodos no início do ensino fundamental, tendo a possível

consequência dos enfoques muito das vezes no conhecimento das sílabas e do aprender a pronunciar bem as palavras. Com isso, muitos professores acabam deixando de lado a estimulação pelo hábito da leitura. Este que de forma contínua, desde os anos iniciais pode fazer com que ao redigimos um texto sobre determinado assunto não tenhamos dificuldades, pois através da leitura nos permite desenvolver o nosso cognitivo, nossa capacidade de fluir nossos pensamentos no que facilita no momento de discorrer sobre algum assunto.

Deste modo, surge uma crítica: De que as aulas de língua portuguesa deveriam garantir tais capacidades; E também algo questionador: o porquê de não conseguirem. A resposta parece não ser tão fácil de entender, pois, há muitos fatores envolvidos, desde hipóteses de irresponsabilidades tanto do cumprimento do currículo, como também do compromisso com problemas sociais, ao que relaciona frustrações familiares e a falta de apoio da família.

Neste sentido, existem diversos questionamentos sobre que tipo de ensino é capaz de proporcionar uma formação de bons leitores e escritores. Não é de hoje que representantes educacionais buscam formas para que as escolas consigam alcançar o objetivo de um bom ensino que possa formar os alunos competentes na escrita e leitura. Isso muito é discutido, porém, pouco parece que algo é feito. No entanto, existem diversos fatores ocasionais envolvidos nesta realidade.

Muitas vezes criticam-se o que falta em um ensino para que alcance bons resultados, nisso, crescendo uma parcela de cobrança para o professor em que muitas vezes são envolvidos em formações continuadas, no entanto, estas ações são de suma importância e contribuem muito para a prática pedagógica, mas pouco é discutido o que os professores já sabem para que possa ser melhorado, pois como Lima (2006, p. 190) afirma:

Em vez de investigar a falta de saber, torna-se necessário investigar o que os professores sabem e precisam dominar de modo mais amplo para lidar com as crianças. Quais são os saberes que possuem? Como esses saberes são mobilizados quando o domínio conceitual lhes falta? Em síntese, investigar nas ações dos professores os conhecimentos que mobilizam quando se deparam com um conceito científico que não conhecem. Que saberes relevantes são esses a serem mobilizados nessas situações? Que estratégias utilizam? Que sentido e importância isso guarda no desenvolvimento da criança?.

Nisso, faz necessário investigar a forma como a prática docente está sendo conduzida, em busca de uma compreensão sobre a formação que os alunos estão tendo, ao invés de apontamentos da falta de saber. Com isso, analisar as estratégias didáticas e metodologias que fazem uso em prol da aprendizagem dos alunos.

Por outro lado, nos perguntamos como seria um ensino de qualidade, quais requisitos a escola deve atender para que alcance este nível e voltando novamente a discussão: “O que os professores conhecem? Que conhecimento é essencial para o ensino? Quais práticas, saberes, habilidades e competências aumentam a eficácia no ensino?” (LIMA, 2006, p. 186) Ao refletirmos, logo, nos faz pensar em escolas bem equipadas, com boa estrutura, com diversos materiais a disposição, professores com boas formações. Mas, diante desse contexto, ao pensar sobre isso, pensa-se: será que com isso será alcançado um nível de ensino qualitativo? Novamente, pensando sobre, chega-se a conclusão, de que, por mais que uma escola seja bem equipada, com os melhores professores, se não houver objetivos e compromisso e principalmente participação dos membros envolvidos, dificilmente alcançará um ensino satisfatório, e isso que faz proporcionar um ensino de qualidade, como nos diz Libâneo (2004, p. 21):

As escolas são organizações educativas que têm tarefas sociais e éticas peculiares, com um caráter profundamente democrático. Para atingir seus objetivos sociopolíticos, precisam dispor de meios operacionais, isto é, criar e desenvolver uma estrutura organizacional (setores, cargos, atribuições, normas), uma tecnologia, uma cultura organizacional, processos de gestão e tomada de decisões, assim como a análise dos resultados que contribuem para o processo formativo e para o aperfeiçoamento da gestão.

Com isso, compreende-se que a partir dos objetivos e compromisso, o planejamento com análise da realidade é de suma importância para a prática pedagógica, pois através desta, demonstra a dedicação sobre a execução da docência, na preocupação em realizar um ensino que leve em consideração às necessidades e realidade dos alunos. A partir disso, podemos perceber o desafio do professor em proporcionar um ensino que considere todas as diferenças da turma, bem como as singularidades, as dificuldades dos alunos, ao que envolve o número alto da turma e a falta de apoio tanto da própria instituição como principalmente da família.

Partindo da raiz do problema do baixo domínio, aqui considerado como hipótese nesta discussão, que é desde os anos iniciais, questiona-se qual seria uma educação de qualidade, de forma que possa despertar nos alunos a importância da leitura bem como dos estudos, para

que nos anos mais avançados não se dispersem e que enxerguem sentidos no ato de estudar. Com isso, tomando o conceito de Libâneo (2004, p. 66):

Educação de qualidade é aquela que promove para todos o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em outras palavras, escola com qualidade social significa a inter-relação entre qualidade formal e política, é aquela baseada no conhecimento e na ampliação de capacidades cognitivas, operativas e sociais, com alto grau de inclusão.

Nisso, percebe-se que educar trata-se de um processo contínuo em que um ano não é mais importante que o outro, mas que em todos possa proporcionar para os alunos significados e importância na vida dos estudantes, levando - os as aprendizagens necessárias e efetivas.

Em vista de como proporcionar uma educação de qualidade, muitas vezes nos parece uma utopia, quando se trata da realidade da educação pública brasileira, mas não menosprezando, a educação de qualidade não se faz somente por toda a escola, às vezes dentro de uma simples sala de aula a educação acontece, nisso, quando os elos estão unidos: objetivo-escola-família-compromisso-ação, é construído em um processo. Quando o conjunto está determinado a proporcionar um bom ensino, os resultados vão surtindo efeitos, porém, a falta de um, compromete todo o processo, surgindo os desafios e dificuldades, e é isso que na maioria das vezes percebemos na educação, uma corrente faltando pedaços, sem participação de muitos e com objetivo de querer fazer acontecer ou simplesmente fecham os olhos para as situações.

Por uma visão teórica e prática, temos o Projeto Político Pedagógico - PPP, que trata-se da proposta pedagógica da escola, ao que envolve os objetivos, aos quais a mesma acredita para a educação. Em contrapartida “[...] é o instrumento de articulação entre fins e meios. Ele faz o ordenamento de todas as atividades pedagógicas, curriculares e organizativas da escola, tendo em vista os objetivos educacionais” (LIBÂNEO, 2004, p. 72).

Trata-se em teoria do que a escola almeja na sua prática e pretende agir. É comumente conhecido como PPP, é um documento que possui suma importância no conhecimento dele por parte dos envolvidos na educação, pois sua construção também se faz a partir do coletivo bem como sua execução. Nisso, inicia-se a discussão: é um documento com as propostas pedagógicas e objetivos postos a serem executados, mas muitas vezes não é cumprido, em outras situações, muitas escolas não possuem este atualizado ou se quer possuem.

Nesta perspectiva, observamos mais um problema que pode influenciar na prática educativa, pois não se vê responsabilidade e o compromisso com a educação quando não se tem objetivo e metas constantes dentro do contexto escolar, pois ter um documento, mas estando desatualizado não reflete compromisso, pois o contexto escolar está em constantes mudanças, em que precisa sempre de novos olhares e busca por melhorias cada vez mais. Quando se tem, a consulta e o conhecimento sobre as propostas muitas vezes são raras. Nisso, podemos dizer que, a ideia que possui nele muitas vezes são boas, mas ainda é pouco valorizado e executado pelas instituições educacionais.

Em razão disso, tomemos como mais uma hipótese para o problema na aprendizagem dos alunos: a falta de compromisso com o planejamento das práticas educacionais, nisso envolvendo, de primeira, os procedimentos do trabalho gestacional em favor de traçar objetivos e formulação de um currículo para a escola, bem como a execução para o que está no papel aconteça na prática. Contudo, não defendendo que tudo tem que acontecer da mesma maneira que está escrito, mas que seja da melhor forma para que os alunos aprendam, pois verdadeiros professores sabem que devemos ensinar da melhor forma para a compreensão dos alunos.

Diante dessa realidade, a gestão possui o papel de organizar o contexto escolar, bem como unificar o trabalho para que juntos proporcionem melhores pensamentos e estratégias em favor da educação, nisso necessariamente, problemas dentro da sala de aula, em questão da prática pedagógica podem estar relacionados com este problema.

Nisso, nós questionamos de que forma o mau trabalho da gestão influencia nas práticas pedagógicas. Mas ao analisarmos podemos perceber que, uma gestão que não incentiva professores com novos métodos, não incentiva debates e discussões acerca dos possíveis problemas, não estão atualizados com formações de professores pensando numa melhor preparação, uma gestão que muitas vezes deixa de ser o pilar, poderá levar ao desmoronamento da instituição, pois muitas vezes ela que organiza e incentiva para que todo o contexto se eleve, ou também que permita que o redor se sinta a vontade para dar opiniões e trazer inovações para o contexto escolar. Que todos possam ter autonomia para participarem, pensando no melhor para aquele espaço. Pois, nesse sentido Ferreira (2013, p. 138), nos diz que:

Um processo de gestão que construa coletivamente um projeto pedagógico de trabalho tem já, na sua raiz, a potência da transformação. Por isso é necessário que atuem na escola com maior competência, para que o ensino realmente se faça e

que a aprendizagem se realize, para que as convicções se construam no diálogo e no respeito e as práticas se efetivem, coletivamente, no companheirismo e na solidariedade.

Nisso, podemos perceber o quanto uma gestão ativa em favor da educação faz toda a diferença no contexto escolar, sendo a base para as práticas pedagógicas, em que o restante da estrutura possui seu papel importante em contribuir neste processo ao que nos mostra que realmente a união faz a força, através da parceria e diálogos com objetivos de apoio pedagógico e também de mudanças necessárias. Para tanto, a gestão possui muita relevância no planejamento pedagógico, pois deve-se apoiar a prática do professor e está sempre presente, dando incentivos e sugestões para a melhoria do ensino, a favor do cumprimento dos objetivos e metas da instituição.

Neste contexto, faz necessário o comprometimento do trabalho em equipe, para que possam ocorrer trocas de ideias, inovações, e entre outros fatores que possam contribuir, e sendo desta forma que possa caminhar para uma educação de qualidade, e que para que isso ocorra envolve todo o conjunto da escola, trabalhando com os mesmos objetivos, porém, o difícil é todos quererem a mesma coisa, as pessoas possuem concepções diferentes, mas preciso saber ouvir as opiniões, e chegarem ao acordo do que é melhor, não sabendo ouvir acaba dificultando todo o trabalho pedagógico, precisa ter sintonia entre a equipe escolar e comunidade. Nisso, podemos notar que ações desencontradas podem tornar uma bagunça em um contexto como esse, pois:

Observam-se casos em que, embora existam certos instrumentos e condições para orientar a realização de ensino de qualidade, estes se tornam ineficazes por falta de ações articuladas e conjuntas. Por exemplo, existem escolas com excelentes condições físicas e materiais, em que os alunos vivenciam uma escolaridade conservadora; outras, em que o trabalho consciente de professores competentes perde-se no conjunto de ações pedagógicas desarticuladas; outras ainda que, embora tenham uma proposta pedagógica avançada e bem articulada, não conseguem traduzi-la em ações efetivas, por falta de sinergia coletiva e comprometimento conjunto de seus profissionais (LÜCK, 2011, p. 41- 42).

Além destes fatores acerca do trabalho da gestão, partimos agora para a análise da prática pedagógica do docente, em que muitos problemas influenciam nos níveis de qualidade. Falar da prática docente, logo vem em mente um trabalho árduo, cansativo e de muita dedicação, em que parece não ser apenas um papel, mais sim vários ao mesmo tempo. É

uma ação que requer muito de atenção e um domínio de flexibilidade acerca do ensino, de forma a torná-lo acessível para todos os alunos.

Analisando a prática docente é possível encontrar muitas barreiras no processo de ensino-aprendizagem em que dificulta uma educação satisfatória, que vão desde salas de aulas lotadas e a falta de apoio das famílias. Por outro lado, existem alguns fatores que também contribuem, começando pela didática, muitos professores estão cansados de darem aulas, se estressam ou perdem a esperança na educação ou que traz por consequência aulas sem dinâmicas e sem significados para os alunos, muitos que não acreditam no potencial dos alunos até mesmo no próprio potencial de poder favorecer os alunos.

Neste sentido, é de suma importância que o professor tenha uma boa didática que estimule os alunos à aprendizagem. Nisso, nos perguntamos de início do que se trata didática?. Neste caso, “O termo “didática” é conhecido desde a Grécia antiga e lá significava “ensinar, instruir, fazer aprender” (MASETTO, 1997, p. 12). Percebemos que é um conceito que desde muito tempo já se era empregado em sua função de conduzir algum conhecimento.

Para Comênio (2006, p. 13) “didática significa a arte de ensinar”. Nesse sentido, para ele, a didática possuía o propósito de ensinar tudo a todos, de forma prazerosa para alunos e professores que garanta bons resultados. Nesta perspectiva, o docente deve-se ter uma boa didática não no sentido de ter bons materiais, mas que tenha um bom domínio no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, e mais que isso, que seja compreensível e que desperte a atenção nos alunos, não sendo também um trabalho sobrecarregado. Mas que a partir de uma metodologia simples, seja capaz de envolver e incluir todos.

Pensar desta forma parece algo impossível, desenvolver uma metodologia simples e que possa chamar a atenção dos alunos. Proporcionar uma educação de qualidade não se refere apenas a bons materiais, pois muitas coisas com recicláveis podem fazer a diferença e tornar uma aula muito atrativa. Mas, poucos optam por sair do tradicional, e prende-se aos livros didáticos, com aulas cansativas e monótonas na maioria do tempo.

Muitos dos livros didáticos possuem conteúdos interessantes, porém a forma como são trabalhados não é favorável na maioria das vezes, pois acabam realizando um ensino raso, os alunos não prestam atenção, não realizam as atividades como se é muito perceptível diante da realidade no cotidiano escolar . A prática docente deve se permitir sempre se inovar, porém,

muitos obstáculos parecem tornar as mudanças não resistentes nesse contexto, e os principais são:

[...] Currículo engessado, conteudista; a formação deficiente de professores e alunos; a cultura da aula tradicional, que leva os professores a privilegiarem o ensino, a informação e o monopólio da fala. Também são obstáculos: o excessivo número de alunos, de turmas e de matérias que muitos professores assumem [...] (MORAN, 2012, p. 45).

A prática docente é um trabalho complexo, em que se trata de um contínuo processo em que se constrói seu domínio em ensinar, pois “ensinar supõe aprender a ensinar, ou seja, aprender a dominar progressivamente os saberes necessários à realização do trabalho docente” (TARDIF, 2011, p. 20). Nisso, o docente aprende em seu cotidiano, adquirindo domínios sobre as peculiaridades do contexto educacional. Desenvolvendo habilidades e estratégias para lidar com este meio, tendo como base e de fundamental importância a sua formação inicial.

Com o passar dos anos, com uma rotina sobrecarregada, muitos professores podem se cansar da profissão, não mais existindo tanto entusiasmo na prática para poder se inovar, nisso, as aulas vão seguindo um conteúdo padrão e mecanizado, ou seja, sendo feito da mesma forma todos os anos. Isso poderia não ser problema se, o contexto educacional fosse homogêneo. Mas, com o passar do tempo, a escola vai ser tornando cada mais inclusiva, em que cada vez mais alunos com necessidades especiais e com dificuldades de aprendizagem chegam a escola e nisso, é preciso tornar a educação adaptável, não sendo um ambiente estático, com uma metodologia estática. Nisso, “ensinar é mobilizar uma ampla variedade de saberes, reutilizando-os no trabalho para adaptá-los e transformá-los” (TARDIF, 2011, p. 21).

Em vista disso, a escola deveria mobilizar o quadro docente para a realização de projetos, de modo que a instituição não fique tanto estagnada, e construindo um currículo com um ensino flexível para atender de acordo com as necessidades dos alunos. Para isso, a escola deve saber para que formar e como formar os alunos. Para que assim, sua didática e seu currículo de proporcionar uma boa educação, seja rotina, não caindo em acomodações e um ensino solto, sem significados. Diante disso:

O currículo precisa estar ligado à vida, ao cotidiano, fazer sentido, ter significado, ser contextualizado. Muito do que os alunos estudam está solto, desligado da realidade deles, de suas expectativas e necessidades. O conhecimento acontece quando algo faz sentido, quando é experimentado, quando poder ser aplicado de alguma forma ou em algum momento. A escola tem de se adaptar ao aluno e não ao contrário (MORAN, 2012, p. 23).

Além de um currículo bem estruturado e executado efetivamente, outro fator, é o professor ter uma formação inicial, pois muitas vezes pode notar que muitos ocupam um ofício em que não possuem formação, apenas são contratados como “quebra-galhos” da instituição, que são admitidos por conhecidos próximos. É inadmissível um profissional que não teve uma formação de professor, ocupar um cargo de docente, pois, ele não teve o preparo ideal para assumir tanta responsabilidade, que se é ensinar. Por mais que a experiência se dê no cotidiano, ele não saberá como deve se comportar dentro da sala de aula, nisso, o profissional atua de forma tradicional e agressivo com os alunos, em que muitas vezes acredita que o silêncio e os alunos sempre sentados escrevendo é a forma de dominar a sala de aula. Neste caso, passando apenas qualquer coisa para escreverem, não prezando a aprendizagem e muito menos a educação de qualidade.

Neste sentido, com relação ao ensino da leitura e escrita, sérios problemas podem surgir, pois os alunos não avançarão com um planejamento em que não objetiva o aprendizado. Nisso, os alunos são submetidos a práticas tradicionais, de disciplina, sem perspectiva de desenvolvimento educacional, ocasionando assim, repetências. Práticas estas de contratação de pessoas não formadas pode ser um grande problema principalmente na alfabetização, que é o pilar na educação.

Existem outros fatores que podem também atrapalhar esta formação além da didática do professor, que conseqüentemente as outras afetam esta atuação, e um dos problemas é a resistência dos alunos. Essa se torna uma grande barreira quando o aluno vem de casa sem nenhum estímulo por parte da família. Muitos chegam à escola não fazem nada, apenas ficam com mau comportamento, por mais que é chamada a atenção deles e dos pais, parece que nada faz efeito. Isso pode estar relacionado com a falta de estímulo dos familiares em casa, nisso, os alunos não veem como obrigação, não são instruídos dentro de uma responsabilidade para os estudos, com isso, podem ficar dispersos na escola.

Porém, esse desestímulo não pode ser resistente, é preciso buscar meios para que isso ainda possa ser resolvido, como envolver mais os alunos no meio educacional por mais tempo dentro da escola, como exemplo, criação de projetos de reforço, oficinas e esportes, mas que sejam atrativos, que chamem a atenção dos alunos, para que tenham gosto de estarem dentro da escola por mais tempo. Nisso, não desistindo da participação das famílias, deve-se a escola se unir em prol de estratégias para que estejam mais presentes na educação dos alunos. É

preciso estimular essa participação para que o aluno esteja mais seguro e motivado. Pois, como afirma Moran (2012, p. 29):

As mudanças na educação dependem também dos alunos curiosos e motivados facilitam enormemente o processo, estimulam as melhores qualidades do professor, tornam-se interlocutores lúcidos e parceiros de caminhada do professor-educador. Alunos motivados aprendem e ensinam, avançam mais, ajudam o professor a ajudá-los melhor. Alunos que provêm de famílias abertas, que apoiam as mudanças, que estimulam afetivamente os filhos, que desenvolvem ambientes culturalmente ricos, aprendem mais rapidamente, crescem mais confiantes e se tornam pessoas mais produtivas.

Para isso, uma das estratégias para motivar os alunos além da participação da família no processo educativo, é investir na relação professor-aluno, criando laços afetivos, ganhando a confiança do aluno e despertando o seu potencial. Esta relação transforma-se em um processo de aprendizagem, que para Weisz (2009, p. 65):

O processo de aprendizagem não responde necessariamente ao processo de ensino, como tantos imaginam. Ou seja, não existe um processo único de “ensino-aprendizagem”, como muitas vezes se diz, mas dois processos distintos: o de aprendizagem, desenvolvido pelo aluno, e o de ensino, pelo professor. São dois processos que se comunicam, mas não se confundem: o sujeito do processo de ensino é o professor, enquanto o do processo de aprendizagem é o aluno.

Neste caso, o processo de aprendizagem, refere-se a duas etapas, ao ensino do professor e a aprendizagem do aluno, numa relação que deve sempre dialogar na prática educativa. Em que, a partir do ensino o professor não só transmita o conteúdo ensinado, mas que desperte uma visão de mundo no aluno, novos olhares sobre as coisas, a partir da reflexão e a criticidade, proporcionando assim ao aluno, a construção de seu conhecimento, pois como afirma Barbosa (1994, p. 128) “O papel do professor nos primeiros momentos da aprendizagem não se resume a transmitir conhecimentos; seu papel é o de criar situações significativas que deem condições à criança de se apropriar de um conhecimento ou de uma prática”.

Uma das estratégias que possuem muito significado e é privilegiado, é a abordagem dos conteúdos a partir da realidade do aluno, pois nessa perspectiva o aluno se identifica e demonstra mais interesse quando se trata de algo que é de sua convivência, nisso, ele traz algum conhecimento sobre o assunto, o que o deixa mais seguro. Além disso, trazer um conteúdo acessível e compreensível para os alunos, respeitando cada etapa do aluno. Uma linguagem clara tornará o conteúdo mais acessível para os alunos.

Em questão das práticas de leitura e escrita, estes conceitos supracitados podem ser empregados, pois trabalhar com escrita e leitura a partir de uma linguagem compreensível e a partir da realidade pode ajudar no processo de alfabetização, um exemplo tem do grande Paulo Freire, que educou diversas pessoas a partir da realidade das mesmas e obteve muito sucesso, tornando uma referência para a Pedagogia. Nisso, podemos perceber que a estratégia didática possui muita importância neste processo, em que ajudará bastante no desenvolvimento dos alunos na leitura e escrita. Não basta ter bons materiais, é preciso ter criatividade em boas metodologias e estratégias para alcançar o objetivo. Como nos diz Morais (2007, p. 74) em relação as metodologias do ensino da língua portuguesa:

A escola precisa provocar nos sujeitos uma reflexão sobre a língua, pois um saber metalinguístico que relacione ortografia e significado poderá levar os sujeitos a um melhor desempenho da escrita convencional. Os professores deveriam pesquisar junto com seus alunos, partindo do conhecimento que esses têm, das concepções e “teorias” por eles hipotetizadas, buscando analisar a língua portuguesa tanto morfológicamente como semanticamente.

Existem diversos métodos de alfabetizar e muito deles são muito criticados, pois muitos julgam como métodos tradicionais, um exemplo, são as conhecidas cartilhas⁴ ou método silábico, este que se refere ao ensino da leitura a partir de sílabas separadas até a leitura de toda a palavra. No entanto, muitos argumentam como já sobreditos, que tais métodos alfabetizam, pelo fato dos países desenvolvidos possuírem tal método, “porém essa eficácia é questionada quando examinamos o problema do analfabetismo nos países de economia periférica, ou em vias de desenvolvimento” (BARBOSA, 1994, p. 24) e ainda:

[...] no caso brasileiro, por exemplo, 50% das crianças que frequentam a escola pública fracassam no seu intento de se alfabetizarem. Denunciada como promotora do fracasso escolar, essa escola também utiliza as tradicionais metodologias, colocando em dúvida, portanto, sua eficácia (BARBOSA, 1994, p. 24).

Diante desses dados, nos faz perceber um questionamento: os métodos tradicionais podem sim alfabetizar, mas será que possibilita uma formação de bons leitores e escritores? Pois, a partir destes métodos podem apenas conseguir ler e escrever algo, mas como já foi dito, saber ler e escrever vai além, pois envolve a interpretação e a produção textual. E, ainda, o método tradicional pode ser um processo lento para a aquisição da leitura e escrita.

Em meio a diversas críticas, nos perguntamos quais métodos são eficazes para proporcionar uma formação de bons leitores e escritores? De início, muitos podem responder

⁴ Cartilhas são livros didáticos infantis destinados ao período da alfabetização (Barbosa, 1994, p. 54).

que a prática constante de leitura ajudará nesta formação. Não é uma resposta errada, porém, a ação não é tão fácil como parece, pois, não basta apenas ter leitura constante, o desafio é como tornar este ato constante na vida dos alunos para que futuramente possa ter um domínio. Para isso, possui de suma importância envolver os alunos desde cedo, formando um hábito desde a alfabetização. Nisso, a escola deve ter esta perspectiva na formação dos alunos, bem como ser objetivo dos professores.

Nesta discussão, surge uma observação do problema do baixo domínio: práticas de leitura podem não ser constantes na maioria das vezes nas escolas, não sendo realizada com frequência ou não é uma ação privilegiada pela a escola no intuito de formar alunos que gostem de ler. Como resultado, os alunos que avançam para os próximos anos não possuem o hábito, nisso não possuindo paciência para ler.

E, isso vai se tornando um problema quando esses alunos crescem, pois as exigências acerca da leitura aumentam, como também sobre uma boa produção textual, e através da leitura, que a escrita também é favorecida, pois a partir do ato de ler, desenvolvemos nosso cognitivo, e nisso possuímos um bom vocabulário e habilidades de escrita, não tendo problemas com possíveis bloqueios na hora de escrever, pois através da leitura nossa mente torna mais aberta, e nisso, vemos que:

A atividade fundamental desenvolvida pela escola para a formação dos alunos é a leitura. É muito mais importante saber ler do que saber escrever. O melhor que a escola pode oferecer aos alunos deve estar voltado para a leitura. Se um aluno não se sair muito bem nas outras atividades, mas for um bom leitor, penso que a escola cumpriu em grande parte sua tarefa. Se, porém, outro aluno tiver notas excelentes em tudo, mas não se tornar um bom leitor, sua formação será profundamente defeituosa e ele terá menos chances no futuro do que aquele que, apesar das reprovações, se tornou um bom leitor.

A leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma (CAGLIARI, 2009. p. 130).

Portanto, em vista desse contexto, antes de planejar a prática em sala de aula, a mesma de toda a escola deve ser planejada, como a construção de um currículo sobre para que está formando e que tipo de aluno formarão, neste caso, a escola que visa formar bons leitores e escritores deve-se construir junto um currículo que possua práticas que contribua para esta formação. Para isso, diante da realidade que conhecemos do ensino, as escolas deveriam preencher horários vagos com atividades voltadas para o fortalecimento dos alunos na educação, como forma de trazê-lo para aquela realidade e passando a ser um ambiente transformador na vida dele, pois tratam de vivências de interações bastante produtivas.

5 O PROBLEMA DO BAIXO DOMÍNIO DA LEITURA E A ESCRITA NO BRASIL: DADOS AVALIATIVOS DO NÍVEL DE DESEMPENHO DA ALFABETIZAÇÃO

A ineficiência na leitura e escrita ainda é muito notável, principalmente quando se trata da produção textual e a interpretação. Problemas estes são preocupantes, pois são déficits que não estão se referindo a problemas patológicos, mas sim, de pessoas do ponto de vista biológico, sadias intelectualmente, mas que apresentam muita dificuldade para produzir bons textos e interpretar com competência.

Não é difícil encontrar pessoas que possuem confiança no momento de redigir um texto, pensam logo que “vai dar um branco”, que não conseguem apresentar boas ideias, ou até mesmo, escrever corretamente do ponto de vista ortográfico. Esse medo é comum em participantes de vestibulares. Embora muitos pareçam ter estas dificuldades, poucas discussões são notadas, ou até mesmo atenções acerca do processo de alfabetização de modo que evite tais problemas nos anos seguintes.

No Brasil, em vista desse problema foi lançado um plano para que as escolas trabalhem de modo que consigam alfabetizar os alunos até os oito anos de idade, como já sobredito, que é o Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que:

[...] tem o propósito de apoiar todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapa, a planejarem as aulas e a usarem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC às redes que aderirem ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e desenvolverem as ações desse Pacto (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, 2017).

Instituído em 2013,

A ação é um compromisso formal assumido pelos governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao fim do segundo ano do ensino fundamental. Isso implica uma articulação entre todos os secretários estaduais e municipais de educação, com o objetivo de ofertar cursos de formação continuada a professores alfabetizadores, com tutoria permanente e auxílio de orientadores de estudo (FNDE, 2017).

Dessa forma, a partir da criação, espera-se que as escolas se adequem e trabalhem nesta perspectiva de cumprir a meta, de que todas as crianças ao final do terceiro ano estejam alfabetizadas. É um projeto interessante, mas não podemos romantiza-lo quando já analisamos a realidade caótica da prática educacional.

Por outro lado, é interessante esta preocupação na educação brasileira, e proporcionar uma formação continuada para professores acerca da alfabetização de modo que ajude os alunos a avançar. Lembrando que, nos dois primeiros anos do ensino fundamental os alunos não são retidos, fator este que, se analisarmos, percebemos a responsabilidade de alfabetizar, para que os alunos ao chegar ao terceiro ano tenham a autonomia na leitura e escrita.

Para acompanhar os resultados do PNAIC, o Ministério da Educação - MEC, criou a Avaliação Nacional de Alfabetização - ANA em 2013, segundo o órgão:

A Avaliação Nacional de Alfabetização é fundamental para medir a qualidade de educação do Brasil. A pesquisa avalia o conhecimento de crianças em fase final do ciclo de alfabetização, de modo a cumprir a meta do Pnaic, de que todas as crianças até os oito anos de idade sejam alfabetizadas em português e matemática (MEC, 2018).

A avaliação externa, a ANA, mede o desempenho dos anos iniciais do ensino fundamental, enquanto a prova Brasil avalia os anos finais. Porém, a partir de 2019, segundo o portal do MEC em 2018, a ANA e a prova Brasil passarão a se chamar de SAEB, que é o Sistema de Avaliação de Educação Básica⁵. Além dessa mudança nos nomes, a educação infantil também passará a ser avaliada, compreendido por creches e pré-escolas.

Outra mudança presenciada foi a retirada do terceiro ano do ensino fundamental da avaliação, pois “A Base antecipou a meta de alfabetização do país para a faixa etária de sete anos, idade em que a criança está matriculada no segundo ano” (MEC, 2018). Neste caso, adequando-se a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. O MEC ressalta ainda, que as provas serão aplicadas em anos ímpares e os resultados sairão em anos pares. Neste caso, os anos contemplados no ensino fundamental no SAEB a partir de 2019 segundo o portal do MEC, são: 2º, 5º e 9º ano, e no ensino médio: 3º e 4º série.

Percebemos que existem muitos instrumentos de avaliação, nisso, propicia que a partir dos dados tenham-se diagnósticos acerca da educação para analisar e avaliar o desempenho. Para isso, requer também que se tenham metas, para verificar se os objetivos foram atingidos, por isso, existe o Plano Nacional de Educação – PNE, que “determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024” (MEC/PNE, 2018), aprovado através da lei nº 13.005/2014:

⁵ é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb> acesso em: 27 set. 2019.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo ;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Em vista dessas diretrizes, analisaremos os dados acerca da leitura e escrita nos últimos anos, a partir dos resultados da ANA, realizada em 2016, com o PNAIC em vigor, analisando assim sua proficiência, neste caso, se as metas previstas para os últimos anos foram alcançadas ou satisfatórias.

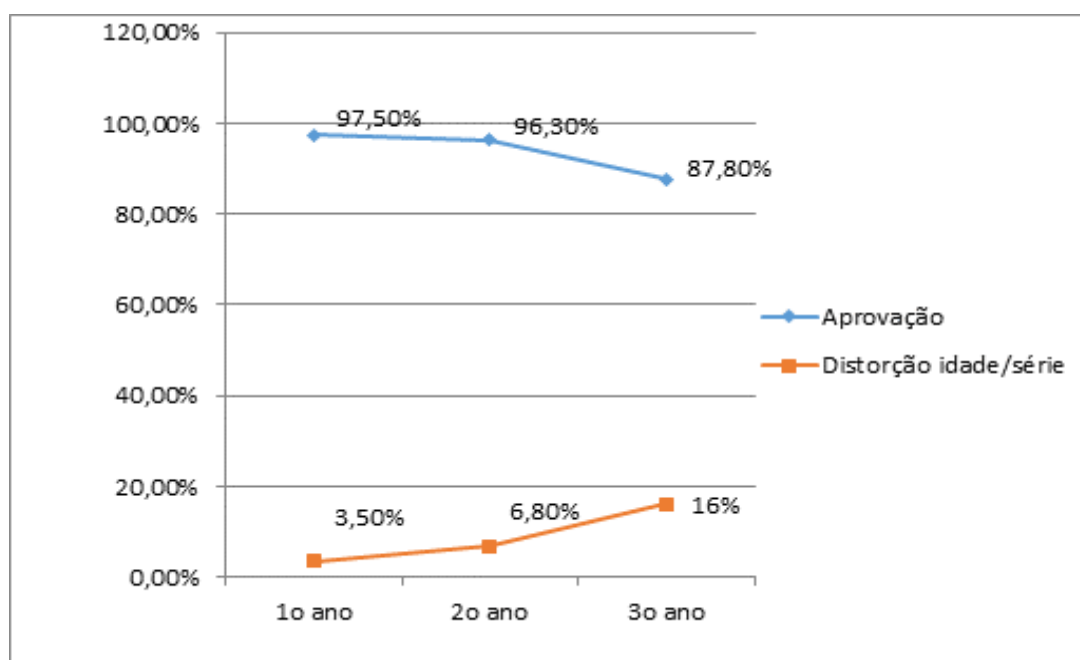
Levando em consideração os problemas da falta de competência na leitura e na escrita, aqui discutidos, os resultados da ANA em 2014 e 2016, nos mostra dados preocupantes acerca das competências na leitura e escrita em alunos ao final do terceiro ciclo de alfabetização divulgado no portal do MEC em 2018, a partir da fala do ministro da educação na época, Mendonça filho:

Os resultados 2014 da ANA mostram níveis insuficientes de alfabetização e letramento dos estudantes, ao final do primeiro ciclo (primeiro ao terceiro ano) do

ensino fundamental. “Estamos falando de um cenário de crianças com oito anos de idade que frequentaram a escola por três anos e que, ao final desse ciclo, mal sabem ler e escrever. Interpretar, nem se fala. Portanto, alfabetizá-las correta e efetivamente até os oito anos exige medidas robustas e urgentes, pois, a cada ano, quando não o fazemos, estamos ocasionando um atraso social sem precedentes”, destaca Mendonça Filho (MEC, 2018).

A partir disso percebemos a situação preocupante, em um cenário em que muitos alunos fora de faixa etária ainda não leem e nem escrevem. Com base nesses dados o portal ainda disponibilizou um gráfico que melhor representa os resultados do ano de 2014, com relação à aprovação e alunos fora de faixa etária nos anos escolares, isto é, alunos com idades para estarem em outro ano escolar, seguindo a meta de que a idade esteja de acordo com o ano escolar. Segue abaixo o gráfico:

Gráfico 1 - Taxa de aprovação e distorção idade/série - 1º ao 3º ano do EF



Fonte: site do MEC apud censo escolar 2018

Com base na análise, percebemos um regresso na educação, em que as aprovações diminuíram e conseqüentemente muito alunos com atraso escolar cresceu. É uma situação preocupante, pois podemos ver o quanto a educação estava fragilizada nos últimos anos anteriores a 2014, o que nos faz pensar sobre que tipo de educação estava ocorrendo nas escolas brasileiras.

Segundo Seabra e Capovilla (2010, p. 17) acerca do fracasso na leitura e escrita nos alunos, criticam as metodologias utilizadas e defendem que os problemas não possuem relação com fatores patológicos, como afirmam:

O fracasso de leitura e escrita das coortes anuais de alunos analfabetos brasileiros não se deve a fatores hereditários e constitucionais com substrato anatômico e funcional identificável como em dislexia do desenvolvimento (A. Capovilla, & Capovilla, 2004^a, 2004b; F. Capovilla & Capovilla, 2004b, 2006d) e distúrbios de processamento auditivo central (F. Capovilla, 2002, 2004b) e do sistema vestibular (A. Capovilla, Myamoto, & Capovilla, 2003a, 2003b), mas sim, a erros grosseiros na alfabetização. Pesquisa científica (e.g., A. Capovilla & Capovilla, 2000, 2002, 2004^a, 2004c, 2004d, 2007a, 2007b; F. Capovilla, 2005) descobriu que esses erros consistem em privar a criança das instruções fônicas (i.e., relações grafema-fonema) e metafonológicas (i.e., exercícios de consciência fonológica) explícitas e sistemáticas necessárias à aquisição das competências de (de)codificação. E na insistência na errônea abordagem videovisual de induzir a criança a tentar memorizar as palavras inteiras e adivinhar seu significado em textos complexos introduzidos desde o início sem qualquer preparação prévia ou controle do grau de dificuldade.

Neste caso, verifica-se um déficit na forma como os alunos estão sendo conduzidos na alfabetização, por erros que mesmo sem perceber estão acarretando sérios problemas futuros na vida das pessoas, e que muitas vezes acabam levantando hipóteses de que as crianças possuem problemas, sem notar que o problema pode está na forma como está ensinando. Nisso, percebemos o quão se trata de uma prática que requer muita responsabilidade no momento de ensino e aprendizagem, ao saber conduzir adequadamente.

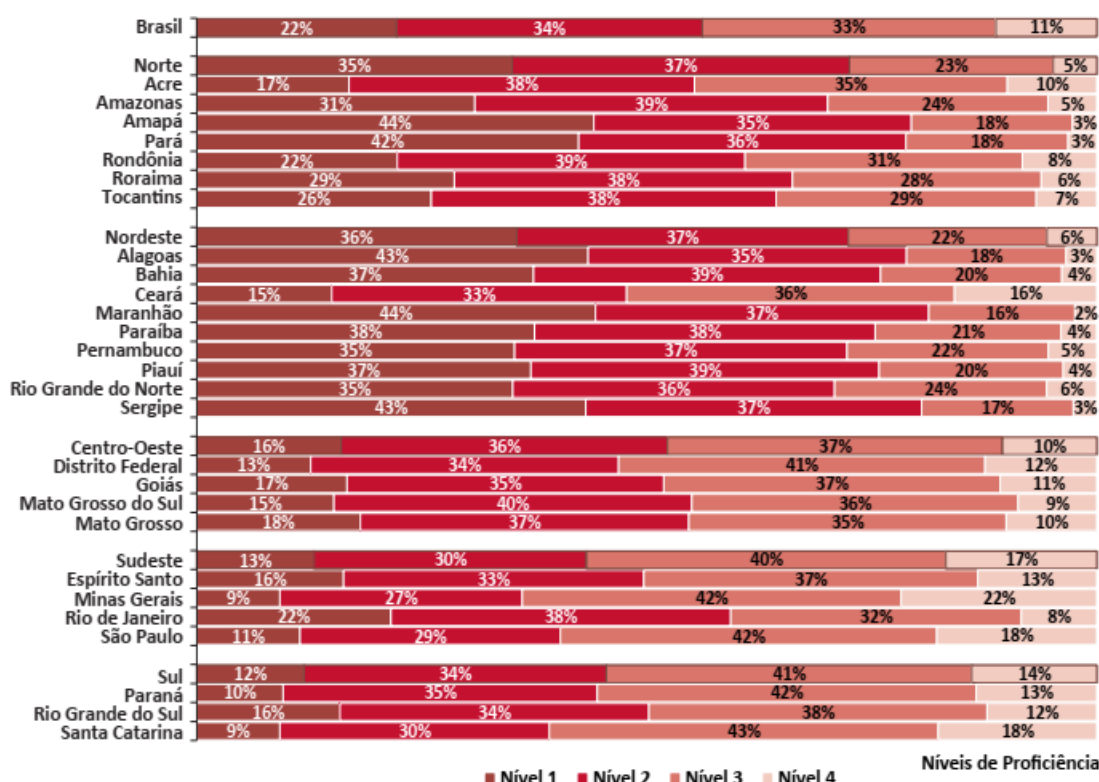
Falando acerca da alfabetização, o PNE traz uma meta, identificada por meta 5, em que se pretende “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental” (PNE, 2014), implementando assim estratégias para auxiliar os processo pedagógicos, de modo que a meta possa alcançada.

Esta meta, como pode ver, aborda, sem exceção, alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do terceiro ano, a partir de 2014 a 2024, neste plano espera-se que as escolas motivem a trabalhar em prol do alcance desta meta, aprimorando assim suas práticas, e isso interfere diretamente nos anos iniciais, ou seja, na alfabetização.

Deste modo, analisaremos dados da Avaliação Nacional de Alfabetização acerca da proficiência na leitura e escrita do ano de 2014 (ano em que o PNE começa a entrar em vigor), e do ano de 2016 dos alunos do terceiro ano do ensino fundamental no Brasil, a partir do monitoramento disponibilizado pelo PNE, a partir de um relatório divulgado a cada biênio. O percentual refere-se a meta 5 do PNE.

Primeiramente o relatório aborda as habilidades esperadas em português e em matemática e em seguida, para compreender melhor os resultados, possuem a escala de proficiência, dividido em quatro níveis com pontuações de forma crescente para cada nível. A seguir o gráfico mostra o percentual de proficiência na leitura na edição de 2014:

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em Leitura na edição de 2014 da ANA, por região geográfica e unidade da Federação

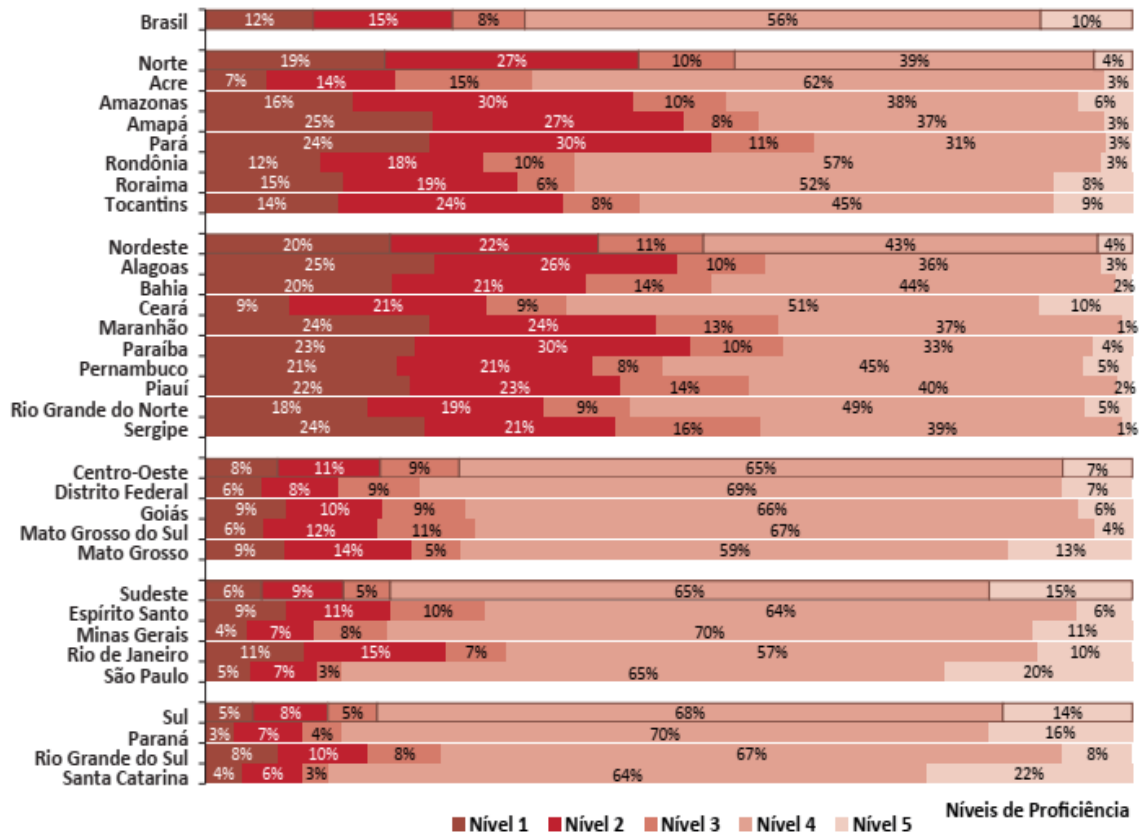


Fonte: Inep/Daeb apud Relatório do primeiro ciclo de monitoramento de metas do PNE: biênio 2014-2016.

A partir da análise do gráfico da proficiência em leitura e também mostrado no relatório, nota-se que as regiões norte (nível 4: 23%) e nordeste (nível 4: 22%) possuem um percentual menor, isto é, possui o menor percentual na proficiência quatro, nível este que possui melhor desempenho e maior pontuação no índice. Sendo mostrado então, que, as regiões sul (nível 2: 34%; nível 3: 41%), centro-oeste (nível 2: 36%; nível 3: 37%) e sudeste (nível 2: 30%; nível 3: 40%) possuem a maior percentual nos níveis 2 e 3.

Do mesmo modo a escrita também é avaliada com os níveis de proficiência por região, mas diferente da leitura, esta possui 5 níveis de proficiência para avaliação. Abaixo mostra o gráfico do percentual acerca da escrita:

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em escrita na edição de 2014 da ANA, por região geográfica e unidade da Federação



Fonte: Inep/Daeb apud Relatório do primeiro ciclo de monitoramento de metas do PNE: biênio 2014-2016.

A análise acerca da escrita consequentemente, obtém resultados próximos, liderando assim as regiões sul(68%), sudeste (65%) e centro-oeste (65%), que se aproximam do nível 4. Observa-se também que, apesar de terem melhor índice no nível 4, no 5 a média mostra-se muito baixa, o que percebe-se que não se tem competência ideal no nível maior que é o 5 acerca da escrita. Por vez, esta é uma análise geral do Brasil, mas segundo análise do relatório, algumas cidades das regiões que demonstram o nível 4 menor, possuem o melhor percentual, como consta no relatório:

Em todas as regiões do Brasil há maioria de municípios em que predominam estudantes localizados no nível 4 de proficiência em Escrita. Nas regiões Sul, Sudeste e centro-oeste, o percentual de municípios que concentram estudantes nesse nível supera os 97%. Apenas em poucos municípios paulistas, mineiros, catarinenses e rio-grandenses se observam manchas indicando o predomínio de estudantes no nível 5. Na região Nordeste, também há o predomínio de municípios que concentram estudantes no nível 4 de proficiência em Escrita, embora em um patamar inferior às regiões anteriores: 76%. Além disso, observa-se que nessa região apenas

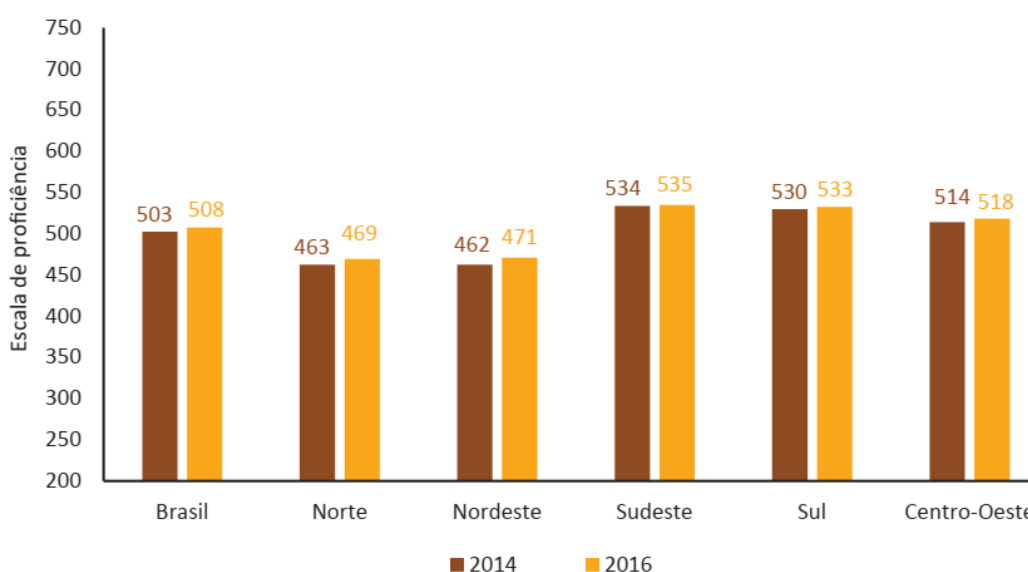
o estado do Ceará indica a presença de um município em que predominam estudantes no nível 5 (BRASIL, 2016, p. 127-128).

Da região nordeste, o estado do Ceará possui o melhor índice de alfabetização, reduzindo satisfatoriamente o analfabetismo, pois, como divulgado no site do MEC, em 2018, diz:

Segundo dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), divulgada recentemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o município situado no noroeste do Ceará reduziu a taxa de analfabetismo em literatura de 53,05% em 2013 para 11,36% em 2014. Esse número corresponde aos alunos capazes de ler palavras com estrutura silábica. Em matemática, o índice caiu de 53,76% para 9,76% no mesmo período.

Nisso, percebemos que de todo o Brasil, uma escola se destacou alcançando o nível 5, ao que equivale a um ótimo nível de eficiência acerca da leitura e escrita, nisso percebemos que, apesar da média geral não atender ao nível desejado, escolas de determinadas regiões, especificadamente do nordeste se destacam com níveis de competências excelentes. Acerca desses dados de 2014, existem também resultados mais recentes, do ano de 2016, sobre as mesmas competências. Trata-se de uma análise relevante, pois já são dois anos do PNE. Com base na análise, podemos perceber que poucos avanços ocorreram dentro desse período de dois anos, como podemos observar no gráfico abaixo, acerca da leitura:

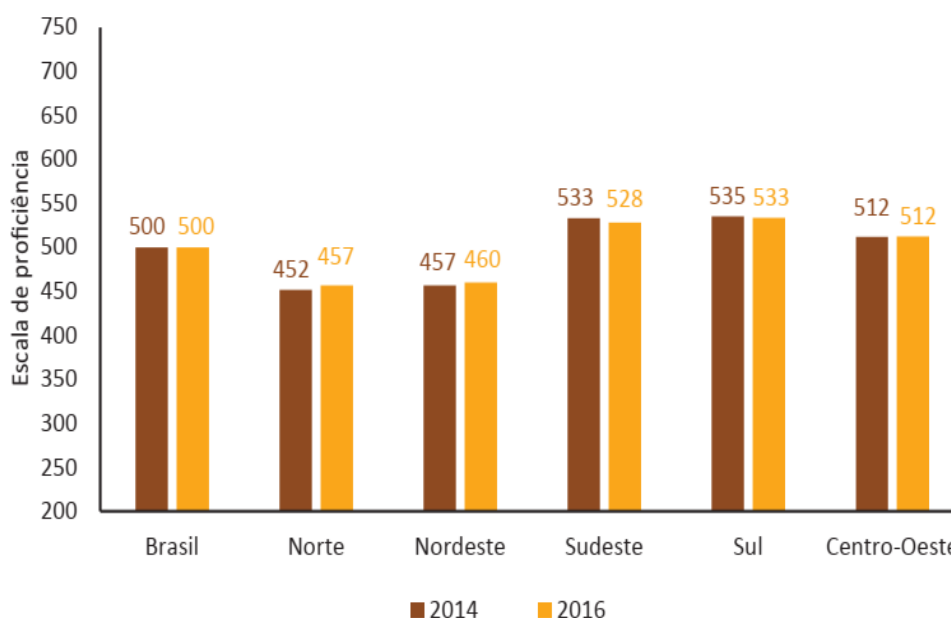
Gráfico 4 - Média de proficiência dos estudantes em leitura na ANA – Brasil e grande região – 2014/ 2016



Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da ANA/Inep (2014/2016) apud Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação – 2018.

As colunas representam a pontuação a partir da escala de proficiência, em que a avaliação se dá por cinco níveis, com pontuação crescente. Em análise ao gráfico percebemos que em relação ao ano de 2016, as regiões sul, sudeste e centro-oeste continuam liderando no percentual de proficiência, enquanto as demais regiões apresentam ainda o menor. Além disso, pouco avanço ocorreu em três anos, por uma análise geral de todas as regiões, porém com relação a média obtida em 2014 das regiões norte e nordeste com relação a média de 2016 avançaram mais que as demais localidades. Já com relação a escrita, verificamos o gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Média de proficiência dos estudantes em escrita na ANA – Brasil e grande região – 2014/ 2016



Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da ANA/Inep (2014/2016) apud Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação – 2018.

Notamos resultados quase que iguais, com relação ao ano de 2014 e média igual em 2014 e 2016, como mostra o relatório:

Em geral, os resultados observados são muito próximos nos dois anos avaliados para as cinco regiões e para maioria dos estados. Os estados com maior aumento no desempenho médio em escrita foram Ceará e Espírito Santo, com 15,6 e 11,1 pontos na escala de proficiência, respectivamente. Já os estados com maior queda na média de proficiência dos seus estudantes foram Roraima (-26,8 pontos), Santa Catarina, São Paulo e Pernambuco -10 aproximadamente (BRASIL, 2018, p. 102).

Por este ponto, consideramos certo ponto negativo, pois se percebe que na região Sudeste e Sul, a média teve uma queda, e na região Centro-Oeste, possuindo os mesmos resultados, contudo, as regiões Norte e Nordeste continuam com dados crescentes apesar da média geral ser baixa ainda. Com isso, nos faz pensar, que a meta 5, que tem como objetivo alfabetizar todas as crianças até o terceiro ano, está fluindo em um processo lento, ocorrendo certos regressos, o que torna uma situação preocupante, pois logo, imaginemos qual cenário educacional estamos tendo para que se tenha estes resultados.

Em vista dessa situação, em que os resultados não foram tão bons, as escolas que ficaram com médias baixas, devem fazer um diagnóstico acerca das causas, fazendo assim uma análise do contexto educacional, sobre o que precisa ser ajustado. Com base nos dados da ANA de 2014, o site do MEC em 2018 menciona que:

A ANA de 2014 indica a necessidade de o país evoluir nos índices de alfabetização dos mais de 20% dos estudantes que estão no nível 1 (alunos provavelmente capazes de ler palavras com estrutura silábica canônica, não canônica e ainda que alternem sílabas canônicas e não canônicas) em leitura e matemática e dos 35% que ainda não conseguem escrever textos. Os dados da avaliação confirmam a influência de fatores alheios à escola no processo de ensino-aprendizagem, principalmente a desigualdade social.

Com relação aos gráficos referentes ano de 2016, considera-se uma situação preocupante, pois houve uma queda quando se esperava progresso, pois segundo o MEC (2018):

Os resultados da ANA revelam que 54,73% dos estudantes acima dos 8 anos, faixa etária de 90% dos avaliados, permanecem em níveis insuficientes de leitura. Encontram-se nos níveis 1 e 2 (elementares). Na avaliação realizada em 2014, esse percentual era de 56,1. Outros 45,2% dos estudantes avaliados obtiveram níveis satisfatórios em leitura, com desempenho nos níveis 3 (adequado) e 4 (desejável). Em 2014, esse percentual era de 43,8.

Neste caso, fatores referentes ao processo de ensino-aprendizagem e a fatores sociais comprometem o nível de desempenho de uma escola, pois tais fatores são comprometidos quando não se tem apoio da família, que é fundamental nesse processo e para a prática pedagógica. Nisso, diversas são as causas que colaboram com estes problemas de alfabetização nos alunos, problemas estes que vão desde a prática pedagógica a fatores sociais. É um cenário preocupante e desafiador em questão destas metas que precisam ser alcançadas, para o desenvolvimento do país.

Lembrando que, os dados aqui expostos, referem-se aos anos de 2014 e 2016, pois os relatórios são divulgados por biênios. Com base nesses dados divulgados no relatório de monitoramento do PNE a partir da SAEB, existe outro órgão que liga ambos, sendo ferramenta para os mesmos, que é o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, este que:

[...] criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.

As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos (MEC, 2018).

Nisso, o PNE e o SAEB possuem relevante relação, pois o SAEB coleta dados, o PNE planeja e traça metas, e o IDEB verifica o nível de desempenho como também lança metas, ou seja, os dados do SAEB ajudam a verificar se as metas estão sendo alcançadas e o índice mostra se a educação está possuindo um bom desempenho de acordo com as médias desejadas. Como segundo o INEP (2019):

O Saeb permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências.

O IDEB está incluso no PNE na meta 7, em que está explícito: “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais” que são:

Tabela 1 – Projeções da Meta 7 do Plano Nacional de Educação

IDEB	2015	2017	2019	2021
------	------	------	------	------

Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Portal do MEC/ Plano Nacional de Educação – PNE, 2014.

As médias previstas quando atingidas indicam que a instituição está possuindo um desempenho satisfatório. Essas médias são metas que estimulam as ações pedagógicas para a qualidade do ensino. Os resultados ajudam a reformular e planejar ações, em prol de melhorias na educação.

Além de ser importante para o SAEB e PNE, o IDEB também é para o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que:

é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança.

É considerado um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

O PDE-Escola constitui um esforço disciplinado da escola para produzir decisões e ações fundamentais que moldam e guiam o que ela é, o que faz e por que assim o faz, com um foco no futuro (MEC, 2018).

Neste sentido, os resultados obtidos pelo IDEB possuem extrema importância, pois a partir deles, tem-se um diagnóstico da instituição podendo auxiliar as instituições a verificarem suas práticas. Vale ressaltar como os resultados do IDEB são obtidos para se então ter-se as médias, nesse sentido:

Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios” (INEP, 2019).

Neste caso, a partir dos resultados e da prova Brasil verifica-se o desempenho e consequentemente as médias a partir das avaliações feitas nas correções.

Falando acerca do PNE, voltando ao assunto, a meta 7 traz as médias que almejam serem atingidas, como representação de um ensino de qualidade. Neste caso, analisaremos as médias obtidas no Brasil, nos anos iniciais do ensino fundamental. Segue abaixo a tabela:

Tabela 2 – Resultados (2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017) e metas dos Anos iniciais do ensino fundamental

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Dependência Administrativa															
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8

Fonte: IDEB

Como pode observar, são metas de médias lançadas de 2005 até 2021. Estes resultados estão disponíveis no portal do INEP para consulta. Os quadros marcados em verde indicam as médias obtidas nos determinados anos que estão localizados, enquanto os demais em branco, referem-se as metas, cujo resultado ainda não foram divulgados.

De acordo com as metas de médias que estão no PNE previstas para os anos de 2015 a 2021, mostrada anteriormente, percebe-se um leve avanço, as que se referem de 2015 a 2017. A meta para 2015 é de 5,2, e tendo com resultado, 5,5. E em 2017 a meta era de 5,5, obtendo então o resultado de 5,8 com relação a meta 7, em que presa pela qualidade na educação.

Com base nestes dados, notamos que a educação avança, mas em um processo muito lento, que nos faz questionar se, as metas serão cumpridas até 2021. Este processo lento nos faz perceber o quanto a educação é uma área desafiadora e complexa, em que precisa de

muito esforço para que possa ser alcançado uma educação que realmente possa chegar a um nível de qualidade, formando bons leitores e escritores.

Fazendo uma análise destes dados e dos programas que constantemente surgem, nos faz refletir na possibilidade de que a raiz do problema não foi encontrada pela as autoridades, em que as soluções estão se concentrando em formação continuada, em tentar ensinar mais para o professor. Deve-se ser pensando em como o aluno aprende em sua especificidade, no que ele sabe ou não e no que ele tem dificuldade.

Analisando outro ponto acerca destes dados, como especificadamente no IDEB, podemos notar certo lado negativo, por muitas escolas focarem mais no reconhecimento da instituição a partir dos índices e também a chegada de verbas, neste caso, podendo ocorrer uma pressão da escola para com os profissionais em busca de serem atingidas tais metas. Podíamos dizer que seria bom, já que os professores fariam o melhor para que seja alcançando a meta, mas com relação à espontaneidade do ensino, a sua essência, não se refere a atingir notas e médias, mas sim a aprendizagem, o desejo por uma educação de qualidade para a população. Esta afirmação pode soar como um pensamento inocente, mas se a dedicação for voltada para aprendizagem, conseqüentemente, as metas serão atingidas e sem pressões.

Nesta perspectiva da escola pressionar os professores, pode ocorrer dos docentes facilitar a aprendizagem e até mesmo as avaliações, pelo fato de que a escola deve alcançar aquela meta. Nisso, o aprendizado é atropelado, e realiza-se uma prática em que não põe diante do aluno os desafios, as resoluções de problemas, ou seja, de permitir ao aluno pensar. É uma ação que não deixará de existir o fracasso, como afirma Souza (1991, p. 105) “[...] O facilitar a aprovação não permite reduzir verdadeiramente o fracasso, pois esta se dá como uma medida isolada, não acompanhada de um trabalho subsequente que efetivamente dê condições de superação das dificuldades”, nisso, vai se criando uma bola de neve, em que as dificuldades se acumulam, os alunos acabam sendo aprovados, sem ao menos compreenderem parte do que deveria ter aprendido. Com isso, os alunos avançam para os próximos bimestres sem saberem quase nada, e forem aprovados, sofrem nos próximos anos, ocasionando diversos problemas no desempenho escolar.

Por esta forma de avaliação, muitos fecham os olhos para a construção de uma escola que funcione com intuito de uma educação de qualidade, mas o que acontece na maioria é a

vontade de apenas ter o mérito de está entre as melhores nos índices de desenvolvimento, sem estruturar a instituição em prol deste objetivo. Por esta perspectiva:

É comum ouvir dos profissionais de educação que a comunidade apenas enxerga a escola como um lugar seguro e confiável para deixar seus filhos, porém não a caracteriza como espaço de conhecimento. Por outro lado, o sistema de ensino tem a preocupação somente com índices de avaliações externas (Prova Brasil, SAEB, PISA), não havendo preocupação com a qualidade da educação (CANDIDO, 2014, p. 2).

Por esta visão, são como se os alunos não existissem, apenas números que devem ser alcançados e não a aprendizagem em si ou a motivação por fazer um trabalho que possibilite muitas coisas que venha a somar na vida das pessoas. Nisso, notamos que o ego das pessoas ganha mais espaço, pela a vontade de está sempre a frente.

Outro fator pode ser que as escolas foquem muito nos conteúdos que são previstos nas avaliações externas, nesse caso limita os alunos, ou privam de certos conhecimentos, como um ensino mecanizado, não possuindo um ensino amplo.

5.1 AVALIAÇÃO: DA APRENDIZAGEM A PRÁTICA DOCENTE

A partir desta discussão, acerca das avaliações ao que se refere a aprendizagem dos alunos, foi discutido sobre a importância que as avaliações externas possuem acerca do diagnóstico da escola, bem como do ensino, favorecendo assim para o melhoramento das ações. Falando das avaliações em um sentido menos amplo, como no caso das avaliações da aprendizagem, estas que possuem extrema importância, primeiramente, pois também possuem relação com as avaliações de larga escala. Neste caso, se a instituição prevalece um bom ensino, resultando em um desempenho dos alunos satisfatórios, isso será refletido nas avaliações.

Quando se tem um objetivo, queremos alcançá-lo, e em alguns casos, podemos verificar se estes foram atingidos, no caso, na escola, a partir das avaliações notamos os rendimentos dos alunos e a partir disso, diagnosticar se o ensino foi satisfatório ou não. Nesse sentido, compreendemos que, avaliação e aprendizagem não são dissociáveis, pois:

No processo de ensino-aprendizagem escolar, o ensino e a avaliação se interdependem. Não teria sentido avaliar o que não foi objeto de ensino, como não teria sentido também avaliar sem que os resultados dessa avaliação se refletissem nas próximas atuações de ensino. Assim, um alimenta o outro – tudo, é claro, em função de se conseguir realizar o objetivo maior que é desenvolver competências nos campos que elegemos (ANTUNES, 2003, p. 155).

Nisso, as avaliações não atuam por si só, são resultados refletidos da forma de ensino que a escola está possuindo, não que a mesma não possui um bom ensino, mas podemos dizer que se trata de uma junção de vários elementos para que determinados resultados sejam refletidos nas avaliações. Porém:

Por esse ponto de vista, falando sobre os dados das avaliações externas, com base nos dados, percebemos que não se trata apenas do desempenho do aluno, as avaliações permitem um olhar aprofundado dos problemas educacionais. No caso, quando um desses problemas, se refere ao baixo domínio da leitura e escrita, percebidos em resultados ruins dos anos iniciais do ensino fundamental, e a partir disso, buscam-se melhorias, porém, em um trabalho do ponto de vista complexo, buscar como melhorar, pois a partir das avaliações, sabe-se os problemas, mas não como surgiram, tornando assim difícil, em que e aonde consertar. Nisso, pode-se dizer o porquê de a educação brasileira pública não ser realidade na maioria das vezes. Neste caso:

Os professores e agentes educacionais são levados a implementar políticas na escola decididas verticalmente, mesmo assim são responsabilizados se os índices não satisfazem. Para dificultar as relações das diferentes instâncias colegiadas falta recursos. O docente, em sala de aula, tenta atacar o problema buscando mostrar o desinteresse do aluno pelo conhecimento praticando uma avaliação autoritária, seletiva e excludente. O educador não tem conseguido mudar sua “forma de trabalhar em sala de aula” e a precarização crescente em seu trabalho contribui a esta situação. Precarização esta do trabalho/trabalhador, em especial do magistério, no sentido de baixos salários e cargas horárias estendidas, bem como a má formação; o educador foi se distanciando do fazer pedagógico (CANDIDO, 2014, p. 2).

Em questão dos problemas de leitura e escrita, as avaliações da aprendizagem devem ser mais planejadas e sistematizadas com uso de diferentes instrumentos que possibilitem identificar as dificuldades dos alunos nos anos iniciais, pois é onde as crianças começam a desenvolver estas habilidades, nisso, prezando por melhores formações continuadas bem como formações iniciais de docentes. Não que a preparação acerca da leitura e escrita tenha que ser mais qualitativa e os anos seguintes não, mas que seja a porta para que os alunos compreendam o sentido de estarem na escola, e adquiram assim gosto pelo aprender, neste caso, que os anos iniciais sejam a base para o conhecimento e que não permita que aconteça uma dispersão.

Nisso, ao todo que já foi discutido, os problemas educacionais por muito se ocasionam pela falta de compromisso e principalmente sem a participação e planejamento do coletivo. É necessário que as instituições busquem sempre se avaliarem acerca dos desempenhos dos

alunos, buscar meios para proporcionar um ensino compreensível para todos, ou seja, possibilitar um ensino acessível, respeitando todas as peculiaridades e especificidades, isso, o que faz da educação ser uma luta e não fácil, para vencer.

Diante disso, precisamos nos aprimorar para um dia vencer, pois na educação a vitória não é contínua, um dia você consegue, outro dia não, e é nisso, que sempre buscamos melhorar, saber avaliar e se avaliar, pois o ensino não funciona como um manual, muitas vezes se reinventar é preciso. Educar é lidar com várias pessoas que pensam diferente uma das outras e níveis diferentes.

6 METODOLOGIA

Ao se produzir um trabalho de pesquisa deve-se possuir uma temática de estudo, em que se busca analisá-la em prol de respostas. Muitas das vezes a investigação parte de uma pergunta problema para que possamos desenvolver o percurso a ser realizado na pesquisa e chegar a uma conclusão. Isso se chama metodologia, que é por onde o pesquisador traça um caminho para ir em busca dos objetivos e finalidades do estudo realizado. Em geral, têm-se suas estratégias para a coleta de dados e análises das mesmas, formulando suas hipóteses e principalmente respostas do caso estudado.

6.1 A PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se em duas abordagens metodológicas: a revisão bibliográfica e a estudo de caso, em que se buscou de forma qualitativa analisar e discutir acerca do problema estudado. A abordagem bibliográfica se caracterizou a partir dos conhecimentos de autores da área, contribuindo em uma discussão acerca das práticas de leitura e escrita, dialogando com as análises colhidas na pesquisa.

A partir das observações feitas no contato com a realidade, ou seja, do problema observado do baixo domínio na leitura e na escrita e nas análises do questionário respondido pela a pessoa pesquisada, contribui para uma perspectiva da realidade acerca do ensino da leitura e escrita durante o ensino fundamental em uma escola pública.

6.1.1 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada na escola municipal de educação básica irmã Dulce, localizada no município de Delmiro Gouveia, na Rua 21 de abril, nº 228, sua dependência administrativa é pertencente ao órgão municipal. O seu entorno é considerado tranquilo

segundo gestores, sem registros de acontecimentos violentos, tanto fora da escola, nas proximidades, quanto dentro da instituição. A escola funciona nos horários matutino e vespertino, atendendo do maternal ao 5º ano do ensino fundamental.

A escola está localizada no centro da cidade entre a área comercial do município, sendo assim em seus arredores de classe média. Apesar disso, a maioria do alunado da instituição é pertencente da classe de baixa renda, tendo em vista que a escola recebe alunos de vários bairros da cidade e da zona rural. Muitos alunos possuem em seu meio familiar muitos conflitos, o que ocasiona de muitos não ter a presença dos pais ou mesmo morar com os mesmos.

Foi fundada em 1986, e o nome da escola se originou a partir de uma homenagem feita por uma das fundadoras e professora, chamada Creuza de Oliveira, que tinha muita admiração pela beata Irmã Dulce, e por este motivo, a escola ganha este nome.

Em vista da pesquisa realizada, como a mesma se direciona em trazer uma visão de como estão sendo planejadas e realizadas as práticas de leitura e de escrita, foi cabível coletar dados através de um questionário aberto com perguntas em que cujo objetivo tem-se em obter com maior precisão dados acerca das práticas de ensino. O questionário foi respondido por uma professora com experiência em atuação nos anos iniciais, especificadamente no terceiro ano do ensino fundamental, em torno de dez dias. A mesma foi escolhida, pois, se trata da professora supervisora do estágio III no ensino fundamental, nisso, a aproximação com a professora e a turma foi importante, em vista de que o problema foi observado na turma em que foi realizado o estágio, em que cujos alunos em sua maioria apresentaram grandes dificuldades na leitura e escrita.

A escolha de o pesquisado ser uma professora se deu por buscar compreender como estão sendo planejadas e desenvolvidas as práticas de leitura e escrita, em questão de uma boa formação. A professora entrevistada atua há 18 anos na educação, formada em pedagogia e é concursada pela rede municipal.

De início foi pensado em elaborar uma pesquisa com os alunos, mas optou-se por pesquisar a docente, com ênfase na mediação do ensino, já que se é notável muitas vezes o problema nos alunos, que no caso, se trata do problema da pesquisa.

6.1.2 ANÁLISE DOS DADOS

As informações coletadas no questionário com 11 perguntas abertas foram analisadas de forma qualitativa, buscando identificar possíveis causas do baixo domínio na leitura e escrita e, bem como verificar como estão sendo as práticas de leitura e escrita no ensino público, de forma que possibilite uma percepção de qual formação estão sendo realizadas e conseqüentemente se possui a perspectiva de uma formação de bons leitores e escritores analisado a partir dos dados mostrado através das perguntas baseadas na dinâmica escolar no cotidiano educacional.

Para melhor compreensão, as respostas foram inseridas em uma discussão com contribuições de autores da área e dos documentos oficiais, como as Diretrizes Nacionais do ensino fundamental (2010) e a Base Nacional Comum Curricular (2017) em seguida, feita a análise, como também uma conclusão sobre a pesquisa realizada.

7 PRÁTICAS E METODOLOGIAS DE LEITURA E ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL E O PROBLEMA DO BAIXO DESEMPENHO

O contexto educacional possui uma difícil realidade, algo que torna um grande desafio para os que desejam transformar vidas, de proporcionar uma educação melhor. Muitos professores possuem a vontade de ao lecionar, poder fazer com que os alunos se envolvam de forma significativa no conhecimento e na aprendizagem. Mas, isso não depende apenas do nosso querer, existem diversos fatores que podem atrapalhar esta relação de funcionar como almejado.

O problema do baixo desempenho na leitura e escrita é perceptível em muitas pessoas. Não é difícil encontrar indivíduos que possuem muita insegurança ao redigir um texto ou até mesmo, muitos não leem com eficiência, possuindo uma interpretação não satisfatória. Questionar estes problemas é de suma importância, pois, a leitura e escrita são habilidades fundamentais em nossa vida, e ter-se um bom domínio reflete que não só saber escrever e ler, mas perceber um mundo que muitos não veem, ou seja, é um sujeito crítico que sabe observar e dialogar com diferentes contextos.

Em vista disso, nos perguntamos qual seria o perfil de um bom leitor e escritor, do ponto de vista prático, logo descreveremos aquele que não apenas ler o que está escrito, mas ter-se um olhar além, como já sobredito. Em questão disso, se perguntar qual seria o perfil de um bom leitor e escritor conseqüentemente, faz pensar quais caminhos seguir para torna-lo com este perfil, ou seja, quais práticas.

Mediante a pesquisa, foi perguntado a professora esta mesma questão, de modo que a partir de sua experiência educacional, nos diga qual sua perspectiva de um bom leitor e escritor. Lembrando que, a identificação será preservada por questões de ética. Sendo assim, será identificada no texto, pelo nome: A professora. A transferência das respostas respeitará sua originalidade, sendo digitada da mesma forma como escrita.

Neste caso, a professora entrevistada, através da pergunta no questionário, sobre qual seria o perfil de um bom leitor e de um escritor, respondeu:

“Ler pelo prazer que a leitura proporciona, faz hipótese de escrita, relatar oralmente o que entendeu da história ou leitura” (A professora, 2019).

A leitura por prazer é algo que se adquire aos poucos, e especificadamente, pode ser despertado a partir do contato com a leitura desde cedo e que também desperte coisas boas a partir desse ato. Neste caso, ler por prazer é um resultado de uma ação, ação esta que muitos questionam como despertar este gosto. Com uma hipótese: é preciso que o indivíduo seja estimulado desde cedo, envolvê-lo com naturalidade neste contexto literário, mesmo que ainda não se tenha frequentado a escola, e quando iniciar nesse cenário não será um local desconhecido, e principalmente resistência com relação a leitura. Neste sentido, como afirma Cagliari:

Uma criança que viu desde cedo sua casa cheia de livros, jornais, revistas, que ouviu histórias, que viu as pessoas gastando muito tempo lendo e escrevendo, que desde cedo brincou com lápis, papel, borracha e tinta, quando entra na escola, encontra uma continuação do seu modo de vida e acha natural e lógico o que nela se faz (CAGLIARI, 2009, p. 18 -19).

Um dos aspectos que pode envolver as crianças em contato positivo com a leitura é o seu contexto social, especificadamente na família, mas como sabemos, nem todos possuem uma boa estrutura familiar ou que a mesma tenha disponibilidade para estas práticas de leituras com as crianças. Nisso, são estas situações que corroboram para que muitos cheguem às escolas sem estas vivências em sua casa, sendo assim algo novo para as crianças. Neste contexto, a escola entra em ação, apesar de outros papéis que acabam substituindo da família, como os de bons modos.

O momento da alfabetização deve ser um momento de encantar as crianças para o mundo da leitura, fazer adquirirem o gosto desde então, já que anteriormente não se foi despertado no convívio familiar. Deve-se ser algo com sentido, em que desenvolvam gosto de ler. Neste caso, devem ser pensados quais fatores levam as crianças a gostarem da leitura e

como fazer com que isso seja possível, em casa ou na escola, quando neste caso, a família não incentivou. Neste caso, os professores devem preparar estratégias de leituras, de modo a aproximar os alunos dessa habilidade, como diz Silveira e Oliveira, (2015, p. 24-25):

As estratégias de leitura não são ensináveis, no sentido instrucional do termo. Mas o professor pode elaborar experiências de leitura para que elas se desenvolvam entre seus alunos. Quando o aluno-leitor já tiver automatizado cognitivamente o processo da decodificação da leitura, o professor pode, aos poucos, mas de forma constante, através da leitura de textos significativos, ir tornando o uso dessas estratégias cada vez mais eficaz e, algumas vezes, de forma consciente, principalmente quando enfrentar dificuldades de compreensão. Espera-se, com isso, fazer com que o aluno-leitor passe a ter uma atitude metacognitiva, ou seja, um melhor monitoramento de sua compreensão e, assim, chegar a alcançar graus cada vez mais altos de proficiência.

Nesta perspectiva, a eficiência na leitura se adquire de forma processual, com leituras constantes e significativas, que proporcionem sentidos para os alunos, para que assim, possam adquirir o gosto, não sendo como uma obrigação, ou algo cansativo. Em vista disso, a professora respondeu a partir do seu ponto de vista, qual é uma boa prática na leitura e escrita mediante a realidade:

“Leitura deleite diariamente, leitura individual e coletiva e produção textual”.

A leitura deleite se baseia na prática diária de leituras, isso possui muita importância no decorrer do processo, pois se cria uma vivência natural com a leitura, pois as crianças terão aquele contato com a leitura, mesmo que seja feita por elas ou pelos professores. A professora cita a leitura coletiva como uma prática em que requer que todos os alunos já saibam ler, neste caso, não sendo muito produtivas tais práticas. Nisso, seria necessário, o docente fazer a leitura e os alunos em seguida repetirem e de preferência observando o que está sendo lido. Porém, tais práticas como citadas pela professora, diante da realidade escolar, sabemos que isso não reflete, pois as preocupações com tal formação parece estar cada vez mais escassa, bem como, complexas de se realizar por diversos fatores, como a indisciplina dos alunos e a falta de interesse, alunos sem incentivos por parte da família.

Em relação às práticas de escrita, a professora citou a produção textual, porém, não especificando quais métodos utilizados.

Em questão disso, compreendemos que uma boa prática de escrita requer, que a partir do que o aluno escreveu, ele possa aprender com o erro, não sendo algo negativo, pois é essencial as correções e atenções para as estruturas textual e pontuação.

Em questão da leitura, ao momento em que se adquire um hábito de ler, muitos fatores são desenvolvidos no leitor, como principalmente a comunicação, a forma de pensar, sendo uma pessoa mais segura e crítica. Ler vai além do que somente saber ler o que se está lendo, pois como diz Silveira e Oliveira (2015, p. 32),

[...] o domínio da leitura, como se sabe, é extremamente decisivo para o sucesso do indivíduo no processo de escolarização nos seus diversos níveis; e também na vida profissional, no mundo do trabalho, na mobilidade social, além de ser um fator importante na formação e realização pessoal.

Percebemos até aqui que, práticas de leitura e o contato com a mesma antes mesmo de o aluno ser inserido na escola é fundamental para que se torne um bom leitor, envolvendo estratégias por parte dos professores, desde os anos iniciais, proporcionando tais práticas naturalidade, de forma que aos poucos possa ir se efetivando, ou seja, o aluno vai adquirindo de forma automática e espontânea, a partir de sua vivência com as práticas de leitura.

Neste contexto, o trabalho com o texto possui grande relevância sobre a forma de utiliza-lo, pois é através dele que o aluno terá contato direto com a leitura. Nisso, existem vários tipos textuais que circundam na sociedade, e que possui fundamental importância envolve-los no contexto educacional.

Existem os contos, os jornais, as revistas, histórias em quadrinhos, e entre outras, cada qual com suas características, e ao longo do processo são necessárias que as crianças tenham contato com os diversos tipos e saibam compreendê-los, pois devem perceber o sentido que a leitura nos passa e nos proporciona no nosso dia a dia. Ler permite uma interação do leitor com o que se está lendo, dessa forma, os diferentes tipos de textos possibilitam informações e experiências diferentes. A partir do momento que se lê, acontece o processamento das informações, a compreensão, e nisso,

A leitura é um processo na qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado (...). Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser construídos antes da leitura propriamente dita (Brasil, 1997, p.41).

Ao momento que se lê, determinados conteúdos, nossa mente decodifica, formando uma compreensão do que se leu, porém, muitas pessoas possuem dificuldades nesta habilidade, impossibilitando de terem uma boa compreensão de algum texto, sendo um processo mais lento.

Sobre como os textos utilizados contribuem nas práticas de leitura e escrita, a professora entrevistada respondeu:

“O trabalho com textos contribui para o aluno refletir, criar conclusão e relacionar histórias ouvidas com fatos da sua vida”.

Neste caso, percebe-se que a professora propõe uma leitura mais significativa, algo que esteja próximo dos alunos, e que os textos possibilitem uma reflexão e saber dialogar acerca deles. São aspectos relevantes em uma prática, pois não se deve proporcionar uma leitura em que apenas os alunos leiam apenas por ler, sem intuito ou sem debates quando é uma prática em sala de aula. Através dessa afirmação, traz a tona o problema aqui discutido, do baixo domínio da leitura e escrita, pois muitas pessoas não conseguem uma boa desenvoltura para uma boa interpretação e principalmente discutir sobre o mesmo. Nisso, muitas práticas de leitura com discussão textual podem não funcionar em anos em que os alunos já leem, pois muitos não conseguem formar uma ideia acerca do que leu como afirma Silveira e Oliveira (2015, p. 55-56):

Já é senso comum entre muitos professores, em particular entre nós professores de língua portuguesa, que grande parte dos alunos lê, mas não entende o que lê, no sentido de não conseguir comentar o texto, relacioná-lo com outras informações ou situações, perceber significados implícitos, executar uma tarefa a partir de instruções do texto ou, menos ainda, posicionar-se criticamente diante dele. Boa parte do problema pode estar na concepção de leitura como apenas decodificação linear do texto, uma prática, embora antiga e adequada a certos gêneros textuais, mas que ainda se encontra presente nas aulas de Língua Portuguesa, mesmo quando se apregoa a leitura de diversos gêneros textuais.

Podemos compreender que práticas tradicionais de leitura sem significado, como aquelas leituras em voz alta que muito acontece nas salas de aula, sem discussões acerca, é um grande fator para que muitas pessoas cresçam apresentando tais dificuldades com a compreensão da leitura.

Sabemos que muitos são os fatores ocasionais que atrapalham que o sujeito saiba fazer uma boa leitura, ou seja, ler diferentes textos e ter facilidade de compreensão, além dos problemas causados por práticas superficiais e tradicionais, a forma como o ambiente pode influenciar, como exemplo, se for um local barulhento, ao que pode tirar a concentração da criança. Ao falar sobre as dificuldades enfrentadas ao se trabalhar com o texto em sala de aula, a professora entrevistada respondeu:

“A falta de concentração e atenção dos alunos”.

Em questão disso, promover aulas de leituras é essencial terem uma sala apropriada, se não tiver, que a sala de aula seja um ambiente favorável, pedir que façam silêncio, e mais que isso, que a leitura cativem os alunos, mantendo-os curiosos sobre a leitura. Para isso, existem diversos métodos de promover aulas com contações de histórias e com interação das crianças.

Com relação ao uso de bibliotecas, foi perguntado a professora se costuma utilizar o espaço da sala de leitura e como utiliza, respondeu que:

“Sim, utilizamos a sala de leitura semanalmente mediante aula planejada de literatura infantil de forma lúdica, divertida e prazerosa”.

Logo de início, consideramos que a escola possui uma boa formação acerca da leitura ao proporcionar aulas como essa, porém, aos dias observados na instituição, esta realidade não era presenciada, muito menos práticas como essas dentro da sala de aula. A instituição possui uma boa sala de leitura, com bons acervos literários infantis e um espaço confortável para os alunos lerem, em um tapete com almofadas e mesas com cadeiras, mas pouco é utilizada, sendo mais usada para assistir filmes.

Nisso, observamos que, mesmo a escola tendo ambientes favoráveis, não condiz com uma boa formação de leitura e escrita. Fortalece assim, a ideia de que, precisa mais que tudo, ter pessoas desempenhadas em fazer a diferença, terem atitudes e traçar objetivos, para que uma boa formação aconteça de fato.

Em vista disso, conhecendo a realidade das escolas públicas em nosso país, sabemos que poucas possuem um ambiente agradável com relação a áreas de leitura, como uma boa biblioteca, por exemplo, outras podem possuir, mas pouco são frequentadas ou não são, ficando em sua maioria do tempo fechadas, ou como no caso supracitado. A biblioteca é um lugar muito rico em uma escola, e que pode utiliza-la de forma que proporcione prazer para os estudantes, com leituras lúdicas e ambientes confortantes. Caso a escola não possua, faça acontecer dentro de uma sala de aula, em um cantinho da leitura. Nisso, vemos que para formar bons leitores, é preciso ter condições favoráveis para que práticas de leituras de efetivem no contexto escolar e na vida dos alunos, e uma dessas condições, segundo os PCNs são:

- dispor de uma biblioteca na escola;
- dispor, nos ciclos iniciais, de um acervo de classe com livros e outros materiais de leitura;

- organizar momentos de leitura livre em que o professor também leia para os alunos não acostumados com a participação em atos de leitura que não conhecem o valor que possui, é fundamental ver seu professor envolvido com a leitura e com o que conquista por meio dela. Ver alguém seduzido pelo que faz pode despertar o desejo de fazer também;
- Planejar as atividades diárias garantindo que as de leitura tenham a mesma importância que as demais;
- possibilitar aos alunos a escolha de suas leituras. Fora da escola, o autor, a obra ou o gênero são decisões do leitor. Tanto quanto for possível, é necessário que isso se preserve na escola;
- garantir que os alunos não sejam importunados durante os momentos de leitura com perguntas sobre o que estão achando, se estão entendendo e outras questões;
- possibilitar aos alunos o empréstimo de livros na escola. Bons textos podem ter o poder de provocar momentos de leitura junto com outras pessoas da casa — principalmente quando se trata de histórias tradicionais já conhecidas;
- quando houver oportunidade de sugerir títulos para serem adquiridos pelos alunos, optar sempre pela variedade: é infinitamente mais interessante que haja na classe, por exemplo, 35 diferentes livros — o que já compõe uma biblioteca de classe — do que 35 livros iguais. No primeiro caso, o aluno tem a oportunidade de ler 35 títulos, no segundo apenas um;
- Construir na escola uma política de formação de leitores na qual todos possam contribuir com sugestões para desenvolver uma prática constante de leitura que envolva o conjunto da unidade escolar (BRASIL, 1997, p. 43- 44).

E acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao que se refere as práticas de leituras, a mesma propõe:

Fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades (BRASIL, 2017. p. 69).

Vejamos que, mais do que ter bons espaços de leitura, é preciso fazer com que o aluno tenha vivências com o contato direto com os livros, ou seja, com a leitura, seja em casa ou na escola, que também possa ter sua autonomia para escolha do que se quer ler e possibilitar discussões acerca de temas relevantes. O empréstimo de livros é de grande importância, e isso é um fator que pouco acontece nas escolas. É preciso levar a leitura para mais próximo dos alunos e envolvê-los de forma natural no dia a dia, para que cresça em uma cultura que irá beneficiá-lo em vários aspectos, como principalmente ter competência em interpretação e produção textual. Nisso, é imprescindível que, a escola tenha uma política voltada para uma formação de leitores, ou seja, que em seu currículo priorize tais práticas.

Ao falar sobre leitura, automaticamente podemos relacionar a escrita, pois é a partir da leitura que se surge a escrita, como forma de representação. E ao mencionar que praticas de leituras devem ser constantes, em prol de formar sujeitos competentes na leitura automaticamente, estamos se referindo a formação de um bom escritor, aquele que possui competência para a escrita. Em vista disso:

O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, espaço de construção da intertualidade e fonte de referências modelizadoras. A leitura, por um lado, nos fornece a matéria-prima para a escrita: o que escrever. Por outro, contribui para a constituição de modelos: como escrever (BRASIL, 1997, p. 26).

Neste caso, a leitura possibilita diversos benefícios para quem possui seu hábito, o transformando também em um bom escritor, isto é, que saiba produzir textos sem dificuldades, que expressem suas ideias, que saiba organizar de forma coerente seus pensamentos. Em relação a isso, muitas são as pessoas que julgam não saberem produzirem um bom texto, e que ficam inseguras quando são submetidas seja na escola ou em um vestibular. Poucos são os que possuem o hábito da leitura, e isso torna um grande problema em vários aspectos na vida.

Com relação as práticas de produção textual, foi perguntado a professora (2019) o que a mesma espera dos alunos quando os mesmos são submetidos para produzirem um texto ,e a professora respondeu:

“Que o aluno expresse sentimentos, opiniões e desperte curiosidades”.

E sobre os objetivos na aprendizagem da leitura e escrita a mesma diz:

“Que os alunos desenvolvam o gosto pela leitura e culto domínio da compreensão do texto que a leitura indique caminhos e possibilidades para torna-los capazes de praticar a escrita”.

Nestas respostas, provavelmente, a professora se refere a alunos que já possui a habilidade de escrita efetivada. Espera-se que a partir de suas produções, os alunos, expressem sentimentos e opiniões. Podemos analisar que a resposta, se refere ao um texto exposto de inicio, e para em seguida o aluno escrever sobre, expressando assim opiniões. Visto isso como ponto positivo, se a produção textual foi regida de um debate anteriormente, para que o aluno possa refletir e colocar na escrita suas opiniões, como também argumentar

sobre algum assunto. Que o aluno possa expressar sentimentos, a partir do momento que se trate de uma aula que lhe permita a construção de significados, pois em muitos casos “A escola é talvez o único lugar onde se escreve muitas vezes sem motivo... Certas atividades da escola representam um puro exercício de escrever. Na alfabetização isso pode trazer problemas sérios para certos alunos (CAGLIARI, 2009, p. 86)”.

Em muitos casos, as aulas em que envolve escrita, têm-se os ditados de palavras, feito sem nenhum objetivo, ou quando se trata de aulas com interpretação textual, os textos não são corrigidos de forma que possa ajudar os alunos na escrita. A escrita como na leitura, deve-se ter significado para os alunos, e saberem sua importância.

Em vista dessas habilidades para serem efetivadas, vemos até aqui, que é preciso envolvê-las de forma cotidiana em tais práticas, de modo que possam adquirir de forma automática nesta cultura. Em uma sala, sabemos que muita é a diversidade, em que um aluno não aprenderá da mesma forma que o outro, ou seja, apresentam ritmos diferentes, e isso são ocasionados por diversos fatores, como psicológicos ou sociais, como a professora entrevistada diz acerca das dificuldades encontradas na alfabetização:

Percebe-se que os alunos que possuem ritmos mais lento na aprendizagem geralmente não tem apoio ou ajuda da família na realização das tarefas de casa, seria necessário que a escola proporcionasse aulas de reforço no contra turno (Professora, 2009).

Isso se trata de uma realidade em nosso país, de que alguns possuem o acompanhamento da família e outros não, estes que não possuem, na maioria vivem em torno de vários problemas em seu convívio social, fator que acaba atrapalhando seu rendimento, apesar da falta de acompanhamento e incentivo. Neste contexto, escola deve entrar em ação, quando o auxílio dos alunos por parte da família encontra-se escasso, como diz nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, 2010), ao que diz no § 2º parágrafo segundo que “A educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa” (BRASIL, 2010, p. 2) trazendo assim no inciso III:

III – A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.

Assegurando ainda:

§ 4º A educação escolar, comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando,

assim, o ingresso, a permanência e o sucesso na escola, com a consequente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série (BRASIL, 2010, p. 2).

Nisso, percebemos que quando a família não possui estrutura adequada para auxiliar as crianças nos estudos, o docente não deve cruzar os braços, pois, quando encontra uma criança em desvantagem, em que a família não possui condições de acompanhá-la, a escola tem que garantir que a mesma tenha o acesso ao conhecimento, como os demais, para que não fique em desvantagem.

O docente que preza pela transformação terá seu compromisso em fazer acontecer, auxiliando o aluno de forma que possa dá-lo as mesmas oportunidades que os demais. Como a professora citou, promover momentos de reforço, e contribuindo, seria interessante tentar preencher horários vagos dos alunos para que faça atividades atrativas na escola, desenvolvendo habilidades dos mesmos.

Acerca das aulas de português na educação brasileira, muitas discussões existem, como principalmente em questão de como são realidades, o que gera muita polêmica, pois, muitos criticam que se trata de uma disciplina complexa e exaustiva, definida como chata, por muitos. Pensando nisso, foi perguntado a professora sobre qual a perspectiva das aulas de português que os alunos possuem e a mesma respondeu:

“Acham a gramática complicada, mas realizam as atividades propostas”.

As aulas de português ainda, possuem em sua maioria, aulas com muitas regras, conteúdos em que aparentam confusos para os alunos e quase sem dinâmicas. Isso torna uma aula não atraente e desestimulante, e conseqüentemente, não favorecendo em aprendizagens significativas, pois os alunos não gostarão da disciplina, e nisso, o desempenho pode ser baixo. A disciplina muita das vezes não transmite sentido para os alunos, os mesmos se encontra em um conteúdo repetitivo, como afirma Cagliari (2009, p. 20):

O aluno passa anos e anos, diariamente, em aulas de português, e o que aprende? Sempre as mesmas coisas: o que significa a palavra...telúrico? como se escrevem as palavras... exceção, extenso e estender? qual o plural de... cidadão? a que categorias gramaticais pertencem as palavras... mal e mau? O que é substantivo... concreto, abstrato? qual o coletivo de... lobo? qual é o sujeito das orações... “Caiu no jardim a bola”, “Há vidros na grama”? o que o autor quis dizer com a expressão... seu idiota!? qual é a moral da história? E finalmente: “Faça uma redação sobre o retrato de um cego”.

As aulas de português necessitam de mudanças em suas metodologias, de forma que possam ser mais dinâmicas, que chamem a atenção dos alunos. Nisso, é essencial também que

as práticas de leitura estejam sempre presentes, bem como as de escrita, sem o intuito de repreender o erro, mas que a partir dele os alunos possam aprender. A escola deve estar mais atenta sobre como as práticas estão sendo realizadas, de modo que possam avaliar e repensar no seu currículo. É preciso pensar a leitura e a escrita para além das aulas de língua portuguesa.

Muitos fatores podem estar envolvidos em boas aulas de português como também das demais, precisamos discutir mais sobre os porquês muitas aulas acabam sendo desestimulante, o que está acontecendo com a disposição do professorado, ou como está a organização da escola referente aos seus objetivos e metas. Em questão disso, são fatores que podem influenciar no baixo domínio na leitura e escrita, e nisso, foi perguntado a professora em sua opinião, quais as causas para que se tenha tantas pessoas com baixo desempenho no português, sendo então uma língua nativa, e ela respondeu:

“Pela minha vasta experiência e prática docente, tenho percebido que os contratos que se fazem politicamente tem travado o ensino aprendizagem, profissionais despreparados, sem nenhum compromisso com a melhoria do ensino aprendizagem”.

Na educação brasileira e principalmente nas públicas, muito disso pode ser encontrado, isto é, pessoas que não possuem formação adequada ao cargo, e o pior, são inseridas em salas de alfabetização, sem preparo algum. Nisso, empregam um ensino raso e tradicional, sem objetivo de uma formação de qualidade na maioria das vezes.

É uma percepção constante em diversas escolas acerca de pessoas com formações que não possuem o magistério ou licenciatura estejam lecionando, e isso acaba transformando em um grande problema futuramente para os alunos. Esta prática é uma falta de respeito e compromisso com a humanidade, pois fazendo uma comparação, se colocar uma pessoa que não seja médico para trabalhar em um hospital como médico, consultando várias pessoas, pode imaginar o tamanho do problema, do mesmo modo é na área da educação, é preciso ter formação e conhecimento adequado para estarem em sala de aula.

Como sabemos, a sala de aula é um lugar muito desafiador e complexo, e uma pessoa despreparada não trará produtividade para os alunos e muito menos contribuir em aprendizagens significativas. Diante disso, esta cruel realidade promoverá um conhecimento superficial.

Até aqui percebemos o quão difícil é uma realidade escolar, em que a deficiência por parte de um pode comprometer todo o trabalho, e nisso, vemos o quanto é importante que a escola esteja unida e que pense em cooperação acerca de mudanças no seu contexto e melhorias, quando necessário, neste caso, realizar constantemente o diagnóstico, reflexão e ação. Avaliar, pensar no que será feito e por em prática, de forma que proporcione uma educação digna e de qualidade para os alunos.

Falando sobre diagnóstico, em questão das práticas de leitura e escrita requer muito acompanhamento, neste caso as avaliações, que são imprescindíveis em um contexto escolar, pois é a partir dela que verificamos o desempenho dos alunos bem como os nossos, com docente. E sobre estas práticas, foi perguntado a professora, como ela lida com situações quando percebe que sua prática não está atingido o resultado esperado, e ela respondeu:

“Analisando o diagnóstico negativo apresentado pelos alunos para replanejar junto à coordenação pedagógica definir novas metodologias e estratégias para alcançar metas positivas que favoreçam nossas crianças como elas merecem, o melhor!”.

Nisso, percebemos que ao momento em que diagnosticamos um desempenho ruim na turma, temos que se avaliar e buscar onde está o problema, para que assim possamos replanejar, fazer um novo planejamento em busca de melhores resultados. Notamos também, a importância de envolver o problema para a coordenação em busca de apoio, não deixando que seja resolvido sozinho, mas com a ajuda do conjunto. E, tais atitudes são muito válidas, principalmente quando se trata desse contexto, pois devemos trabalhar em equipe, de modo a proporcionar uma melhor educação.

Porém, em questão dessa cooperação, sabemos que é um dos grandes problemas que existem em um contexto escolar, que no caso, é a falta dessa participação e discussão sobre os resultados, pois na realidade sabemos que muito reflete o individualismo, onde professores guardam situações atípicas e a gestão muitas vezes não compreende e não apoia quando é consultada, buscando culpados sobre algum problema, em que na maioria das vezes o alvo é os professores.

Outro aspecto observado diante da realidade é a falta de replanejamento e a busca por novas metodologias, o que muito acontece, podemos dizer que é a busca por culpados, por exemplo, quando um aluno não vai bem à escola, possui indisciplina, muitos professores julgam que a família é culpada, e fica por isso mesmo na maioria das vezes, sem buscar

formas de envolvê-lo na educação. Tais práticas foram muito observadas na instituição pesquisada.

7.1 PERSPECTIVAS E REALIDADES ACERCA DAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA

É inegável que o cenário educacional brasileiro ainda é muito tradicional na maioria das vezes e resistentes as mudanças, neutros com relação a inovação no ensino. Tudo isso causado por uma sucessão de fatores que origina um campo fragilizado na educação.

Podemos encontrar diversas escolas, que cujo intuito é proporcionar uma boa formação na leitura e na escrita, mas na realidade muitos aspectos contradizem. Práticas de leitura e escrita aqui discutidas, referem-se a um processo produtivo e significativo para os alunos, em que não se trata apenas de práticas específicas na área do português, mas envolvidas em todas as disciplinas, contendo todo um aproveitamento durante as aulas.

Sobre as competências necessárias para que sejamos bons leitores e escritores muitos profissionais da educação argumenta-se que para que não tenhamos problemas com interpretação de textos e produção textual, temos que ler frequentemente, mas só dizer isso não é o suficiente para resolver parte do problema, pois vai além, é preciso saber como despertar isso nos alunos, como lerem frequentemente e tornarem bons leitores. Por isso, é preciso tratar desta importância desde cedo para que seja algo que se tenha inserido de forma natural na vida dos alunos.

Para isso é preciso que as escolas tenham estas aprendizagens como objetivas, e que os professores tenham o apoio do trabalho em equipe para que juntos possam construir seus planejamentos de acordo, formulando ações semelhantes para o desenvolvimento de competências. Diante de tantos problemas na leitura e escrita torna imprescindível pensar em novas metodologias que possam chamar a atenção dos alunos sobre as aulas de português, pois muito percebemos que se trata de aulas pouco atraentes e sem dinâmicas, é fundamental que o tempo das aulas os alunos possam ter mais contato com algo que possam se identificar, com relação a sua realidade. Nisso,

Para ser um bom usuário dos recursos da língua, o aluno tem de ser posto em contato permanente e intenso com textos falados e escritos de onde ele possa apreender esses recursos. É uma inutilidade (e uma crueldade) desperdiçar milhares de horas de aula para ensinar coisas que os alunos já sabem usar, simplesmente para que eles aprendam os nomes que a GT (gramática) dá a essas coisas. Basta a gente ver, por exemplo, com que eficiência todo e qualquer falante de português – incluindo as criancinhas em idade pré-escolar e os adultos totalmente

analfabetos – usa os possessivos. Para que, então, gastar tempo e juízo tentando ensinar que “os possessivos servem para indicar X,Y e Z” e “podem assumir as formas A,B e C” e assim por diante? (BAGNO, 2001, p. 59).

Em contrapartida, na maioria do tempo as aulas de português se prendem no ensino de regras e construção de frases com concordância, e mesmo assim muitos não compreendem, pois tratar em partes de um conteúdo o torna confuso, diferente do contato direto com o texto, em que o aluno estará tendo um contato com mais significado do que ver palavras ou frases soltas.

Neste contexto, percebe-se que ainda há muito um ensino desestimulante e que precisa constantemente ser inovado, pois a cada tempo que se passa a sociedade assume novas características e modos de vidas de diferentes, não sendo as mesmas dos anos 90 ou no início dos anos 2000. A sociedade está em constante mudança e com certeza requer um novo modelo de ensino que os atenda, pois um ensino que tem didáticas utilizadas de décadas atrás pode não ser tão estimulante para as novas gerações em que se encontra em mundo onde tudo é rápido e prático e principalmente virtual, isto é, tempos em que a tecnologia, informática e aparelhos inteligentes predominam. Nisso, a BNCC (2017, p.9) nos diz que:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Neste caso, como estamos vivendo em um mundo globalizado e uma era tecnológica, em que a sociedade na maioria do seu tempo envolve tecnologia, torna-se imprescindível não envolvê-la no contexto educacional, se faz parte da sociedade, conseqüentemente deve-se está incluída na escola. Mas isso, ainda parece está longe de acontecer, pois muitas escolas mal possuem quadros, dirá computadores ou outros aparelhos tecnológicos. Em questão disso, as autoridades devem investir em tecnologias para dentro do campo educacional cada vez mais. Contribuindo em ferramentas para a aprendizagem, especificadamente, na questão de leitura e escrita.

Falar de mudanças no contexto escolar é fundamental, porém trata de uma ação complicada, em vista de diversos fatores, como principalmente, do compromisso que muitos

podem não ter com relação a educação, pois sabemos que não é difícil encontrar professores cansados e desmotivados, e principalmente despreparados, como no caso dos que são contratados sem ao menos terem formação. Isso, se fazendo presente uma grande barreira para a transformação no campo educacional, pois são pessoas que podem não estarem ali para fazer a diferença, mas sim por benefício de ter uma remuneração, podemos dizer.

Contudo, percebemos diante dessas discussões que o problema de leitura e escrita aqui abordados, são ocasionados por um leque de fatores, pois a educação é uma engrenagem que funciona com a ação contínua de cada membro, e ao falhar de uma parte compromete toda a máquina. As instituições precisam adquirir a educação holística, em que todos estejam relacionados contribuindo para o melhor da educação.

Em questão dos problemas na leitura e escrita, é de suma importância que os educadores tenham consciência do quanto os anos iniciais são fundamentais para a construção e o desenvolvimento escolar e principalmente na vida pessoal. Proporcionar aulas mais dinâmicas, como o lúdico, na alfabetização é de grande relevância, pois as crianças terão aprendizagens mais significativas ao momento que se aprende brincando bem como desenvolvendo outras habilidades.

A instituição também deve mobilizar estímulos para trazer os alunos para as vivências educacionais com motivação, como no caso, preencher horários vagos, com outras atividades culturais e aulas de reforço diferenciadas, com mais dinâmica. Sobre as dificuldades na leitura e escrita, como forma de evitar que esse problema seja algo comum e normal, é necessário que a leitura se faça presente na vida dos alunos, sendo também de forma interdisciplinar, em que todas as disciplinas possam trabalhar com o texto. Assim, as crianças vão naturalizando a leitura e conseqüentemente a escrita terá benefícios.

Alunos em que apresentam menos vantagens em questão de terem incentivos e apoio dos pais, estes devem ter mais atenção, se os pais ou familiares não possuem estrutura para com, a escola deve proporcionar que este também tenha um acompanhamento digno, de forma que os alunos possam se igualar em sala de aula, pois:

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias (BRASIL, 2017, p. 15).

Para isso, se aplica o preenchimento dos horários vagos e o acompanhamento de alunos em situações desvantajosas. Fazendo com que os mesmos não deixem de frequentar a escola, mas sim vendo ela como um lugar de transformação, em que saberá valorizar e enxergar que através da educação podemos ir muito longe e mudar nossa vida, para melhor. É necessário que seja mais discutido e mais que isso, que seja buscado soluções para que as pessoas não mais cresçam com tanta dificuldade em nossa língua nativa.

É preciso pensar no novo, e mais que isso, fazer o novo, ter o compromisso de transformar o mundo a partir do conhecimento. Para formar bons leitores e escritores se faz necessário que tenham este objetivo, que a instituição preze por estas aprendizagens, para que sejam despertados outros mais saberes no aluno. Proporcionando aulas mais atrativas e significativas, com um aprendizado a partir de vivências de sua realidade, colaborando com um ensino prazeroso e não cheio de pressões e memorizações, mas sim um ensino aberto, flexível, dialogado e transformador. Assim, valorizando as competências e contribuindo com práticas enriquecedoras para a formação de bons leitores e escritores.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal compreender o problema do baixo desempenho na leitura e escrita em que muitas pessoas se encontram, apesar de estudarem tanto tempo a língua portuguesa. É um problema muito notável, principalmente em pessoas nos anos finais da escola e quando prestam algum vestibular.

A escolha da temática se deu a partir da experiência da autora, por sentir muita dificuldade com relação a interpretação e produção textual e também por perceber diversas discussões referente ao questionamento: Por que mesmo que tenhamos estudado tanto tempo o português, ainda apresentamos várias dificuldades?. Como também, a preocupação das pessoas com a redação dos vestibulares. E, através disso, surgiu o interesse pela busca das causas a partir de fatores da realidade, no intuito de achar possíveis respostas.

As dificuldades encontradas no percurso da produção do trabalho foram: a busca por autores que pudessem contribuir com o problema em questão, nisso tendo que buscar por muitas bibliografias. Durante a pesquisa, a dificuldade foi: a organização de pontos para a busca de indícios e hipóteses sobre o problema, e elaborar um questionário que pudesse coletar o máximo de informações precisas para ajudar na busca por respostas.

A pesquisa permitiu compreender como as coisas são nas legislações e na realidade, com fatores muito contraditórios. Contribuiu para refletirmos sobre como as práticas ainda encontram-se de forma tradicional, com pouca leitura e poucas práticas eficientes de escrita. Além disso, permitiu conhecer o quanto no contexto escolar existem diversos problemas de gestão a partir de contratações de professores não preparados. Como ponto positivo, a pesquisa proporcionou pensar em novas formas de ensino, sobre quais práticas favorecem no ensino-aprendizagem.

O estudo possibilitou ter um olhar amplo sobre diversos fatores na educação, compreendendo como se faz uma educação de qualidade e também como ocorrem os problemas existentes. Além disso, proporcionou estudos sobre fatores psicológicos da criança, de como se dá a aprendizagem na alfabetização, compreendendo assim na teoria e ideias para a prática.

De forma geral, o trabalho de pesquisa desde as bibliografias, permitiu enxergar um lado duro da educação, ao momento em que se pensa no planejamento e na prática, pois, isto

envolve muitos problemas, e um deles refere-se ao comprometimento dos que fazem parte da instituição, e do objetivo de ensino, sobre que aluno formar e para quê.

Foi percebido o quanto o comprometimento é muito escasso, quando os benefícios próprios entram em primeiro lugar, do que o desejo pelo o conhecimento efetivado, como um objeto transformador na vida das pessoas. A escola para que se tenha um bom funcionamento, necessita que todos os membros escolares como também a família estejam envolvidos, pois concluindo que as articulações desses membros fazem toda a diferença na vida educacional das crianças, dando todo o suporte que precisam.

Em se tratando do problema da leitura e escrita, é fácil falarmos que adquire estas habilidades com a leitura constante, mas a questão é como se adquire este hábito, o que acontece no contexto educacional que não desperta isso, como são as aulas de português, nisso percebemos que a questão vai mais além do que simplesmente dar uma solução, se faz necessário coloca-la em pratica.

Nisso, a pesquisa permitiu concluir que, a educação ainda se encontra muito fragilizada e desarticulada, sem compromissos consolidados com a mudança. Muitos professores desmotivados, gestores e autoridades governamentais muitas vezes desorientados sobre o que fazer para mudar este cenário que muitas vezes reflete um fracasso a partir dos índices. Nisso, constantemente mudam-se os programas e estratégias para que possa resolver o problema. A pesquisa permitiu notar também que, práticas e metodologias dos anos iniciais, especificadamente na alfabetização, podem acarretar problemas futuros na leitura e escrita, por compreender em que se trata de um momento que deve ser introduzido com bastante significado a leitura, sem deixar de lado também a introdução na educação infantil, para que as crianças possam ir se familiarizando com o mundo literário.

Com relação a isso, portanto, conclui-se que este é ainda um cenário complexo, cheios de problemas, e que a vontade de cada um, a participação ativa e o compromisso, é que poderá trazer esperanças para que a educação aconteça como deve acontecer, proporcionando o melhor. Aspectos estes válidos desde a educação infantil, para que as crianças possam ver a escola não como uma obrigação, mas como um espaço que tenham gosto pelo o aprender, pois falar da aprendizagem de leitura e escrita envolve todo o conhecimento escolar, pois são habilidades básicas para a aquisição de outros saberes fundamentais.

Diante disso, espera-se que a pesquisa contribua para um olhar mais amplo acerca da realidade escolar, envolvendo o fracasso escolar e as defasagens, para que se possa instigar novas práticas, gerar discussões e reflexões acerca das causas do problema do baixo domínio que muito se tem na leitura e escrita, especificadamente na interpretação e produção textual. Portanto, que contribua principalmente para uma mobilização por parte de estudantes graduandos, professores e gestores, acerca das metodologias e práticas do ensino de leitura e escrita, para que seja pensado no novo e na transformação como algo possível. É necessário sermos resilientes para as mudanças.

REFERÊNCIAS

- _____. Instituto Nacional de estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Saeb**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>. Acesso em: 24 out. 2019.
- _____. Ministério da Educação. **Cidade do interior do Ceará é destaque em alfabetização**. Brasília: 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/31241-cidade-do-interior-do-ceara-e-destaque-em-alfabeti-zacao> Acesso em: 21 out. 2019.
- _____. Ministério da Educação. **Novo desenho de programa de alfabetização vai focar no professor e na aprendizagem do aluno**. Brasília: 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=39241:mec-lanca-pnaic-2016-com-foco-na-aprendizagem-do-aluno>. Acesso em: 10 out. 2019.
- _____. Ministério da Educação. **PDE – Apresentação** - 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/137-programas-e-aco-es-1921564125/pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao-102000926/176-apresentacao>. Acesso em: 26 out. 2019.
- _____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 jul. 2019.
- _____. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). **IDEB – Resultados e metas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 28 out. 2019.
- _____. Ministério da Educação. **Ideb - apresentação**. Brasília: 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb> Acesso em: 22 out. 2019.
- _____. Ministério da educação. **Avaliação de alfabetização divulgará resultados em maio**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36188>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- _____. Ministério da educação. **Ministro da Educação anuncia mudanças no sistema de avaliação a partir de 2019**. Brasília, MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35820>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- ARANHA, Maria Lúcia A. **História da Educação e da Pedagogia – Geral e do Brasil**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2012. P.49-50
- BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL, Ministério da Educação, (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME: 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 24 jun. 2019.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. – Brasília, DF: Inep, 2018.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016**. – Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação ; n. 125) Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20204> Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.274 de 6/02/2006** – Dispõe sobre a duração mínima de nove anos para o Ensino Fundamental com matrícula obrigatória a partir dos seis anos. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em: 05 nov. 2019.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2009.

CANDIDO, Elisabete Luisa. **Avaliação da aprendizagem: concepções e práticas**. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. V. 1. 2014.

COMÊNIO, João Amós. **Didática magna**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COSTE D. et. al. **O texto: leitura & escrita**. Pontes, 2002.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa – PNAIC**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/6433-pacto-nacional-pela-alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-da-idade-certa-%E2%80%93-pnaic>. Acesso em: 20 set. 2019.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Moderna, 2003.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 46 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. 25. São Paulo: PAZ e TERRA, 1996.

GERALDI, João Wanderley. et al. **O texto na sala de aula**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2011
GOULART, Íris Barbosa. **PIAGET: Experiências básicas para utilização pelo professor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 14 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: Uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005. (Coleção primeiros passos)

MASETTO, Marcos Tarciso. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1997.

MORAIS, Artur Gomes de. **O aprendizado da ortografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MORAN, José Manoel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: papiros, 2012.

REGO, Teresa Cristina. **Vigotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ROJO, Roxane. **Alfabetização e letramento: Perspectivas linguísticas**. Campinas, SP: Mercado de letras, 1998.

SEABRA, Alessandra Gotuzo; CAPOVILLA, Fernando César. **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memnon, 2010.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso; OLIVEIRA, Francisco Jailson Dantas de Oliveira. **Leitura: abordagem cognitiva**. Maceió: EDUFAL, 2015.

SOARES, M. **As Condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto**. In: ZILBERMAN, R. SILVA, E. T. (org.). **Leitura: perspectivas disciplinares**. São Paulo: Ática, 2000.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento, Caminhos e Descaminhos**. Pátio, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo horizonte: Autêntica, 2012.

SOUZA, C. P. **Avaliação do rendimento escolar**. Campinas: Papyrus, 1991.

VERCESI, M. **Um olhar crítico sobre a progressão continuada em ciclos e as propostas de mudanças nas redes públicas municipais e estaduais de São Paulo**. Revista Acadêmica Eletrônica Sumaré, São Paulo, 8^a e 9^a ed., p.2-8, 2014.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4^aed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: ática, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE 1

1/2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa *O problema do baixo domínio da leitura e escrita no Brasil: análise de práticas e metodologias do cotidiano escolar* da pesquisadora *Silvana Branca dos Santos de Melo*. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. O estudo se destina a *práticas e metodologias do cotidiano escolar*.....
2. A importância deste estudo é a de *compreender as causas do problema de leitura e escrita*
3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: *encontrar as causas do problema*
4. A coleta de dados começará em *25/07/14* e terminará em *29/07/14*
5. O estudo será feito da seguinte maneira: *entrevista, análise documental e questionário*.....
6. A sua participação será nas seguintes etapas: *Responder o questionário*.....
7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: *x x x x*.....
8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: *contribuir para a busca de respostas do problema*.....
9. Você poderá contar com a seguinte assistência: *x x x*....., sendo responsável(is) por ela: *x x x x x*.....
10. Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
11. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
12. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.
13. **FAZER A OPÇÃO SE HAVERÁ OU NÃO DESPESAS E RESSARCIMENTO:** Você deverá ser ressarcido(a) por todas as despesas que venha a ter com a sua participação nesse estudo, sendo garantida a existência de recursos **OU** O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.
14. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).
15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

2/2

Eu , tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

<p>Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATORIO): Instituição: <i>Universidade Federal de Alagoas - Campus Santa</i> Endereço: <i>R. Floresta Barro Litorâneo nº. 392</i> Complemento: <i>casa</i> Cidade/CEP: <i>Paulo Afonso - BA / 48604-026</i> Telefone: <i>(75) 99993-2301</i> Ponto de referência: <i>Colúmbio Falcão</i></p>

<p>Contato de urgência: Sr(a). — Endereço: — Complemento: — Cidade/CEP: — Telefone: — Ponto de referência: —</p>
--

<p>ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao: Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs. E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com</p>
--

Maceió, 04 de Fevereiro de 2020

<p><i>Silvano Francisco dos Santos de Azeite</i> Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas</p>	<p><i>Silvano Francisco dos Santos de Azeite</i> Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as demais páginas)</p>
--	---

APÊNDICE 2**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE PEDAGOGIA****ATIVIDADE DE PESQUISA PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO –
TCC**

LICENCIANDA: SILMARA FRANCISCA DOS SANTOS DE MELO
ORIENTADOR: PROF. DR. HEDER CLEBER DE CASTRO RANGEL

Entrevista como a professora do 3º ano do ensino fundamental na escola municipal de educação básica Irmã Dulce, localizada na cidade de Delmiro Gouveia, Alagoas.

Temática: Metodologias e práticas do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORA

- 1) Você costuma utilizar a sala de leitura ou a biblioteca? Se sim, de que maneira?
- 2) Para você qual é o perfil de um bom leitor e de um bom escritor?
- 3) Levando em consideração a sua prática de ensino da língua portuguesa, de que forma o trabalho com o texto, em sala de aula, contribui neste processo de aprendizagem?
- 4) Quais são as dificuldades encontradas ao se trabalhar com textos em sala de aula?
- 5) Nas atividades de produção textual, o que você espera dos alunos?
- 6) Quais são as barreiras encontradas no processo de alfabetização tanto nos alunos como na escola?
- 7) A disciplina de português na maioria das vezes se caracteriza por aprendizagem de regras gramaticais, leituras em sala de aula, atividades. Como os alunos reagem?
- 8) Quais são os seus objetivos para o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita?
- 9) Na sua concepção, qual seria uma boa prática de formação de alunos eficientes na escrita e leitura, nestes anos iniciais?

- 10) Tendo em vista a realidade do baixo domínio da leitura e escrita em diversas pessoas no nosso país, diante da sua experiência em sala de aula, quais são as causas deste problema tão comum?
- 11) Ao perceber que sua prática não está surtindo os resultados desejados, como você se comporta diante desta situação?